

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de pós-graduação em Sociologia

AS CRISES FINAIS DOS MODOS DE PRODUÇÃO

TIAGO TEIXEIRA GOMES

Belo Horizonte

2021

TIAGO TEIXEIRA GOMES

AS CRISES FINAIS DOS MODOS DE PRODUÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Alexandre Barbosa Neves.

Belo Horizonte

2021

301	Gomes, Tiago Teixeira.
G633c	As crises finais dos modos de produção [manuscrito] /
2021	Tiago Teixeira Gomes. – 2021.
	103 f.
	Orientador: Jorge Alexandre Barbosa Neves.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	1.Sociologia – Teses. 2.Capitalismo - Teses. I. Neves, Jorge Alexandre Barbosa. II .Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	III. Título.



PPGS UFMG
Programa de Pós-Graduação em Sociologia | FAFICH

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO

TIAGO TEIXEIRA GOMES

Aos 09 (nove) dias do mês de Setembro de 2021 (dois mil e vinte e um), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado, intitulada: **"AS CRISES FINAIS DOS MODOS DE PRODUÇÃO"**. A banca foi composta pelos professores doutores **Jorge Alexandre Barbosa Neves** (Orientador – DSO/UFMG), **Marden Barbosa de Campos** (DSO/UFMG) e **André Luiz Monteiro Mayer** (UFOP). Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação (x)

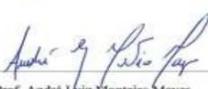
Reprovação da Dissertação ()

Para constar foi lavrada a presente ata, datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 09 de Setembro de 2021.


Prof. Dr. Jorge Alexandre Barbosa Neves (Orientador – DSO/UFMG)


Prof. Dr. Marden Barbosa de Campos (DSO/UFMG)


Prof. André Luiz Monteiro Mayer

Prof. Dr. André Luiz Monteiro Mayer (UFOP)

Dedico este trabalho a todos aqueles que
sofrem com os processos de desigualdade
e sofrimento sobre o sistema capitalista.

AGRADECIMENTOS

Nesse momento de realização e de muitas expectativas poder agradecer a pessoas tão especiais que puderam contribuir com esse momento, não é nada mais que reconhecer a importância das mesmas na possibilidade desse momento acontecer.

Agradeço primeiramente a Deus. Agradeço a minha família pelo incentivo e pelos momentos de apoio nas fases mais difíceis da caminhada. Agradeço também a todos os professores que participaram desse meu processo de formação acadêmica, dos ensinamentos fundamentais até a pós-graduação, sem eles esse momento não aconteceria. Todos eles foram muito importantes para minha formação escolar e social.

Agradeço aos meus colegas de classe do Mestrado 2019/01 pelas conversas, contribuições e discussões a respeito do meu trabalho. Foram ótimas aulas e ótimos aprendizados nos espaços da FAFICH, uma experiência que certamente marcou minha vida de uma forma muito positiva. Uma turma muito participativa e humana, com muitas experiências distintas e com muita empatia.

Agradeço aos professores que participaram do processo seletivo, no qual pude acessar a UFMG, contribuíram para a realização de um sonho. Em especial, ao meu orientador Jorge Alexandre Barbosa Neves, que topou essa empreitada comigo e contribuiu grandemente para esse trabalho. Não sei nem como agradecer tamanha felicidade em minha vida, um realizador de sonhos. Estendo agradecimentos aos professores que participaram da minha banca de qualificação, professores Marden Campos e André Mayer.

Também deixo meu agradecimento especial a CAPES por oportunizar uma bolsa de estudos para poder dar sequência ao Mestrado. Em momentos tão sombrios, nunca foi tão importante defender a Universidade Pública e a assistência a pesquisa, só assim o Brasil de fato poderá crescer cientificamente. Para todos aqueles que saem de escola pública e necessitam fazer uma pós-graduação em uma capital, como Belo Horizonte, uma bolsa de estudos contribui muito para manutenção e formação em determinado curso.

Agradeço a estrutura administrativa da UFMG e da FAFICH pela oportunidade de realização desse sonho. Esse certamente é um momento que marca a vida da gente para sempre. E com certeza marcará a minha. As experiências, a oportunidade de expandir os conhecimentos e contribuir com a pesquisa nacional, nos deixa imensamente feliz.

No mais estendo agradecimentos a todos que direta ou indiretamente participaram desse trabalho e contribuíram de alguma forma com esse momento tão especial em minha vida.

EPÍGRAFE

“O fracasso humano que eu mais gostaria de corrigir é a agressão. Pode ter sido uma vantagem para a sobrevivência na época dos homens das cavernas, para conseguir mais comida, território ou parceiros para reprodução, mas agora é uma ameaça que pode destruir todos nós. Uma grande guerra mundial significaria o fim da civilização e talvez o fim da raça humana”.

(Stephen Hawking, 1942-2018. Museu da Ciência de Londres, 2015)

RESUMO

Os modos de produção pretéritos se configuram como importantes chaves de conhecimento e análise a respeito do desenvolvimento histórico e da divisão do trabalho realizada pela humanidade, que culminou no surgimento do primeiro modo de produção global da história. As correntes de pensamento que debateram e debatem o capitalismo na história, defenderam: a sua eternidade, a sua transição e o seu processo de finitude. No desenvolvimento desse trabalho, os processos de crise-transição dos modos de produção pretéritos, assim como as teorias que definiram o capitalismo, enquanto modo de produção, constituem importantes ferramentas de análise da sociedade capitalista atual. O limite destrutivo racional imposto pelo capital a humanidade, representado pela sua acumulação e na divisão do trabalho sob o mesmo, apresenta tendencialmente riscos para a manutenção do sistema e da própria humanidade. Assim, o pós-capitalismo, não é representativo de uma sociedade capitalista mais redistributiva ou uma nova configuração societária, mais humanista e coletiva. Os seus dispositivos de manutenção levam a um sistema em deterioração, com sintomas de barbárie contra a humanidade. O primeiro modo de produção global da história apresenta riscos para a continuidade da humanidade.

Palavras-chave: Modos de produção; Capitalismo; teorias sobre o capitalismo; pós-capitalismo; riscos; Continuidade da humanidade.

ABSTRACT

Past modes of production are configured as important keys to knowledge and analysis of historical development and the division of labor carried out by humanity, which culminated in the emergence of the first global production mode in history. The currents of thought that debated and debate capitalism in history defended: its eternity, its transition and its finite process. In the development of this work, the crisis-transition processes of past modes of production, as well as the theories that defined capitalism as a mode of production, constitute important tools for analyzing the current capitalist society. The rational destructive limit imposed by capital on humanity, represented by its accumulation and the division of labor under it, tends to present risks for the maintenance of the system and of humanity itself. Thus, post-capitalism is not representative of a more redistributive capitalist society or a new, more humanistic and collective societal configuration. Its maintenance devices lead to a deteriorating system, with symptoms of barbarism against humanity. The first global mode of production in history presents risks for the continuity of humanity.

Keywords: Production modes; Capitalism; theories about capitalism; post-capitalism; risks; Continuity of humanity.

Sumário

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – AS CRISES FINAIS DOS MODOS DE PRODUÇÃO ANTIGO E FEUDAL.....	18
I.I – A crise final do modo de produção antigo.....	21
I.II – A crise final do modo de produção feudal.....	29
CAPÍTULO II – PERPETUIDADE X TRANSITORIEDADE X FINITUDE: O GRANDE DEBATE CAPITALISTA	37
II.I – Perpetuidade, a ordem natural do capital	42
II.II – Transitoriedade em combate a ordem do capital.....	53
II.III – Finitude e o descrédito do sujeito revolucionário na história.....	61
CAPÍTULO III – PÓS-CAPITALISMO: RUPTURAS NO TECIDO SOCIAL DO CAPITALISMO ENTRÓPICO	69
III.I -- Estagnação e esgotamento na periferia do capital.....	75
III.II – Capitalismo entrópico: insegurança ontológica e destrutividade estrutural ..	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS	100

INTRODUÇÃO

Historicamente, as análises a respeito do modo de produção capitalista têm se dividido em dois grandes grupos de combate ideológico: um ligado a eternidade/perpetuidade desse sistema e outro ligado a necessidade de transição desse modo de produção. O primeiro se aproxima das análises ligadas ao progresso da humanidade e conseqüentemente ao progresso capitalista, a necessidade da manutenção e de reforma constante desse sistema. O segundo, decreta a falência desse modo de produção e a necessidade de superação dessa ordem. Busca uma outra alternativa, um outro modo de produção, que se pautem numa lógica e valores distintos dos praticados pelo capitalismo. Esses dois grandes grupos repassaram e repassam a fundo o modo de produção capitalista de forma a encontrar o melhor caminho a ser tomado, de acordo com a visão de mundo que fazem da humanidade. Nos deteremos minuciosamente a esses detalhes mais afrente em um capítulo específico sobre essa temática. Por hora, basta realçarmos esses dois grandes grupos dicotômicos de análise do modo de produção capitalista.

Um terceiro grupo de análise tem surgido no estágio atual, fruto dos acontecimentos gerados a partir de 1970. Esse grupo, de análises de finitude, não acredita na perpetuidade do sistema do capital, pela sua imprevisibilidade enquanto sistema social e também já não acredita na superação desse modo de produção. Pois, as determinações que o sistema impôs a humanidade não apresentam saídas visíveis para uma outra formação societária e nem para sua perpetuidade. Desse modo, passa-se a entender o capitalismo e sua lógica de funcionamento, como representativa de riscos que tendem a levar toda a humanidade a um colapso total. Estamos falando de um atentado do sistema contra si mesmo, a criação de barbárie contra si, a partir da falência dos seus dispositivos de manutenção societária.

Perpetuidade, transitoriedade e finitude foram impactados pela derrota dos regimes socialistas no pós-Guerra Fria (ANDERSON, 1992). Esse acontecimento histórico, marcou a vitória do capitalismo sobre uma outra forma de organização societária e reforçou as análises a respeito da força capitalista e de seu caráter eterno e reformista. Os defensores da transição e esgotamento desse sistema sofreram um impacto forte nas suas formulações e descrédito da ciência quanto as suas metanarrativas, fruto da

derrota das experiências inspiradas no modelo socialista. Já os autores identificados com análises de finitude, que não vê a eternidade do capitalismo e nem um horizonte de transição visível passa a ganhar espaço nas análises sobre o momento atual de organização do capitalismo.

Essas análises de finitude da sociedade surgem nos períodos de crise aguda, com rompimentos visíveis no tecido de manutenção de determinado modo de produção. Nesse sentido, Durkheim nos traz considerações interessantes sobre a crise moral vivida por ele na modernidade e que inspirou a sua análise sobre o suicídio como patologia social.

A melancolia, portanto, só é mórbida quando ocupa um lugar excessivo na vida; mas não é menos mórbido excluí-la completamente. É preciso que o gosto pela explosão de alegria seja moderado pelo gosto contrário, só sob essa condição ele manterá a medida e estará em harmonia com as coisas. Com as sociedades ocorre o mesmo que com os indivíduos. [...] É preciso, portanto, que a sensibilidade coletiva reflita esse lado da existência. **Por isso, ao lado da corrente otimista que leva os homens a encararem o mundo com confiança, é necessário que haja uma corrente contrária, menos intensa, sem dúvida, e menos geral que a anterior, todavia que tenha condições de a conter parcialmente;** pois uma tendência não limita a si mesma, ela só pode ser limitada por uma outra tendência. (DURKHEIM, 2000, 477 e 478. Grifo nosso).

Vemos então, que é preciso uma dose de melancolia na sociedade para que se mantenha um padrão estável de manutenção. Durkheim estava preocupado com os fatores que interferiam no suicídio, enquanto patologia social. Como também, na crise moral vivida no início do período moderno. Com grandes mudanças, fraturas e rompimentos na estrutura e superestrutura que soterraram a ordem feudal e abriram caminho para o surgimento do capitalismo.

Esses momentos de crise ressaltam a melancolia e as análises de desconfiança e descrédito com relação a determinado modo de produção em crise. Como salientou Durkheim é preciso que haja análises que divirjam quanto ao rumo que a humanidade pode tomar. As análises otimistas na manutenção e reforma do capitalismo e na sua eternidade ou na inevitável necessidade de transição desse modo de produção; precisam conviver com análises de desconfiança e finitude, a respeito da condição que a sociedade capitalista tem apresentado. Pois, existe a tendência a se considerar a corrente atual como mera escatologia ou uma interpretação fatalista da história, que não condiz com a ação humana no modo de produção capitalista (HARVEY, 2016).

O termo crise surge da medicina como fase decisiva de uma doença, um momento de desequilíbrio sensível (DUROZOI E ROUSSEL, 1996, p.111), um momento agudo de decisão, essa doença pode levar a melhora ou morte do paciente. Fazendo um paralelo com o modo de produção capitalista, ele se agudiza a bastante tempo. Está relacionado

com a sua vivência sobre uma crise imanente do sistema, uma crise estrutural, fruto da contradição básica sob a qual se assenta. Uma produção socializada e uma apropriação privada da riqueza. É daí que se abre espaço para as crises adjacentes desse sistema. O capitalismo é o único modo de produção na história que por sua lógica de acumulação fabrica crises contra si mesmo e depende dessas crises para se manter.

Um modo de produção é a forma como determinada organização social resolve organizar a sua produção, o seu contato e extração da natureza através do trabalho. São as formas de trabalho, as formas como determinado coletivo humano exerce o trabalho em determinada sociedade e momento histórico, a partir das condições de desenvolvimento apresentado. É essa organização que vai pautar a forma como as classes se organizam em torno da produção. Estabelecendo assim os que tem e os que não tem os meios de produção nessa sociedade.

Assim, os modos de produção pretéritos conviviam com crises focalizadas e de manutenção, referentes aos aspectos da natureza que barravam determinada produção ou crises referentes as guerras e os chamados povos “bárbaros”. É inegável que o potencial destrutivo na contemporaneidade, no modo de produção capitalista maduro, é muito maior do que aquela do fim da Antiguidade e da sociedade feudal. Ainda não existiam um sistema global de relações integradas. Ou seja, a crise daquelas sociedades, não poderiam levar toda a humanidade ao colapso. Talvez a levaria a um outro tipo de desenvolvimento. O que não acontece sobre o capitalismo, já que estamos falando de um modo de produção global e maduro.

Conviver com as crises que ele mesmo produz é tarefa do capitalismo, a questão é saber até quando isso vai se manter. Para as análises liberais e de progresso histórico linear é necessário reformar o sistema para que ele se mantenha. Para as análises de ruptura é preciso superar esse modo de produção em falência e buscar uma nova forma de se produzir e organizar-se em sociedade, uma forma mais coletiva. Para as análises de finitude, como a que estamos trazendo, a humanidade tende a se manter agudizando nesse modo de produção em processo de esgotamento, destruindo a si mesmo e consequentemente ao sistema.

Para estabelecer essa discussão, consideramos necessário o entendimento de três pontos metodológicos, que são: a análise dos modos de produção pretéritos no seu processo de crise-transição; um balanço das perspectivas de *perpetuidade*, *transitoriedade* e *finitude* do modo de produção capitalista; e a análise do estágio mais recente do capitalismo, entendendo como sua crise o esgotamento da periferia do capital.

Na análise da crise dos modos de produção pretéritos o que se pretende captar é que quando um modo de produção entra em crise, o sofrimento da humanidade aumenta. Pois, a crise de uma sociabilidade se dá na crise de um modo de produção. Como também, dado o caráter local e não global, aqueles modos de produção não tinham a capacidade de colapsar a humanidade. Não havia desenvolvimento tecnológico e expansão global para possibilitar esse processo.

O segundo ponto é estabelecer um balanço das diferentes análises a respeito do modo de produção capitalista. Já passamos por isso inicialmente e sabemos que existem dois grandes grupos que debateram o capitalismo ao longo da história, *eternidade/perpetuidade* versus *transição*. Um surgido de motivações liberais e de naturalidade da ordem capitalista, já o outro preocupado com a classe trabalhadora e suas dificuldades de manutenção. O terceiro grupo, que surge no estágio mais recente do capitalismo, está baseado no caráter de *finitude* desse modo de produção. Ele não é natural e eterno, mas também não possibilita transição. Por isso, adensado pela lógica de sua acumulação e pelo seu caráter global enquanto modo de produção, ele apresenta riscos à continuidade da humanidade.

Feito esse panorama inicial faz-se necessário introduzirmos o terceiro ponto importante para a nossa análise, o entendimento a respeito da crise atual do capitalismo e seus determinantes que trazem riscos de descontinuidade da humanidade, sobre esse sistema.

Para isso retornamos a Marx (1996b), em dois momentos constitutivos do desenvolvimento do capitalismo. Os processos de concentração e centralização de capitais, que levaram no processo de acumulação ampliada de capital ao surgimento dos monopólios e conseqüente crescimento do proletariado. Esse processo leva o capitalismo, na sua lógica de acumulação, a buscar cada vez mais mercados para se expandir. Assim, concentração e centralização de capitais representam não só o monopólio entre capitalistas. Mas, também entre estados capitalistas. Outro ponto importante é o surgimento do capitalismo, na sua forma clássica inglesa, na destituição das terras camponesas e formação da “mão-de-obra livre como um pássaro” do meio rural para as cidades. Se ele surge da espoliação da zona rural para as cidades. Se desenvolve enquanto sistema, através da espoliação do centro pela periferia para expandir os seus lucros.

Isso nos possibilita entender a interdependência entre centro e periferia, que no estágio mais recente traz determinantes de grande risco para continuidade da humanidade. Se o sistema depende da espoliação da periferia para garantir o seu excedente de

acumulação, se ele se desenvolveu a partir do seu processo de expansão global. Mas, no mesmo processo cria instabilidade, esgotamento e barbárie contra a periferia do capital. Ele cria uma crise de manutenção contra si, pois no mesmo processo que depende do excedente da periferia precisa criar contra ela instabilidade, pela lógica de sua acumulação.

Se Marx estabelece que a *Lei Geral da Acumulação Capitalista*, representa: “A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital” (MARX, 1996b, p.275). Essa relação também se dá entre centro e periferia, a maior concentração e centralização de riquezas no desenvolvimento dos países de capitalismo central. Consequentemente, representou maior pobreza aos países que sofreram com o processo de dominação e que convivem com uma instabilidade estrutural.

Como observado por Florestan Fernandes (1975), na sua análise de capitalismo dependente, os padrões de dominação externa sobre a América Latina se iniciam de forma direta com as colônias e vai desembocar no estágio atual de uma dominação em todas as esferas da sociedade, com um aparato econômico e cultural muito forte. Assim, o capitalismo é capaz de reorganizar a geografia terrestre através do seu processo de acumulação flexível. Grandes monopólios pulverizam-se pelo mundo para atingir os seus índices de acumulação e quando são impedidos, vão para outros lugares. Desse modo, essa dependência imperialista se torna condição histórica da periferia do capital.

A partir de Harvey (2011), temos que a necessidade de criar a estabilidade no centro, a partir da exploração do excedente gerado pela periferia do capital, faz com que a instabilidade se torne condição histórica da periferia do capital. Nesse sentido, para manter os seus índices de acumulação, o sistema capitalista se aproveita da condição de dependência para executar todos os tipos de processo no sentido de manter um índice de acumulação alto. Mesmo que isso cause miséria, sofrimento, caos social, tudo se justifica para manter a acumulação do sistema. Como observado por Žižek (2012), essa crise/trauma do sistema se apresenta de forma diferente para o centro e para a periferia. Enquanto a periferia sofre exaustivamente o processo de exploração desse modo de produção, como condição histórica de dependência. O capitalismo central sofre perturbações momentâneas, que vem aumentando no estágio atual.

O esgotamento da periferia do capital também é uma crise estrutural do sistema, surgida dos processos de *desenvolvimento desigual e combinado* (Fernandes, 1975). Pois,

como estamos propondo, o desenvolvimento do sistema gera uma relação de subjugação assim como a relação capitalista e trabalhador. Já que os países representam a concentração daqueles que detêm e dos que não detêm os meios de produção. Os países de capitalismo central experimentam assim, pela concentração e centralização de capitais, uma estabilidade que não é vivida pelos países de periferia do capital, uma relação de riqueza e pobreza.

Todo esse processo representa na nossa análise um risco a continuidade da humanidade, pelo fato de que o sistema depende da espoliação da sua periferia para se manter. Porém, ele cria contra a periferia, pela lógica de sua acumulação, uma tendência de esgotamento. Assim, se o sistema se desenvolveu a partir da espoliação da periferia e continua dependendo da sua espoliação para se manter enquanto modo de produção. O esgotamento da periferia do capital, representa um risco do sistema contra si mesmo e contra a humanidade.

E esse risco à continuidade da humanidade se dá pelo fato de que quando a acumulação falha, o capital necessita da guerra e do conflito para reestabelecer o processo de acumulação. “Crescimento e expansão são necessidades imanentes do sistema de produção capitalista, e quando os limites locais são atingidos não resta outra saída a não ser reajustar violentamente a relação dominante de forças” (Mészáros, 2011, p.1002).

Porém, essa destrutividade não é algo que ocorre somente no período de crise econômica aguda do capitalismo, ela é estrutural do sistema. Já que o sistema se desenvolveu a partir da destruição causada a determinados povos no seu processo de acumulação, povos indígenas e africanos que sofreram com o desenvolvimento e a destrutividade do capital por todo o mundo. Assim, a destrutividade é algo inato a esse sistema. E se ele foi capaz e é capaz de ser destrutivo com esses povos, ele pode ser destrutivo com toda a humanidade no seu processo de acumulação e desenvolvimento.

Portanto, o que estamos propondo é que a tendência ao esgotamento da periferia do capital estabelece um processo de colapso da humanidade, na medida em que a guerra e o conflito por recuperação de acumulação se tornem constante sobre esse sistema. E dada a sua condição de destrutividade estrutural, a humanidade pode sucumbir a esse processo de esgotamento do sistema. Já que a acumulação de capital é por si só um processo que causa destrutividade.

O que diferencia o capitalismo dos modos de produção pretéritos é que permeado por tanta contradição, sendo contradição imanente, já era para ter sido superado enquanto modo de produção. Porém, como observado por Marx (1996a), a capacidade de falsear

as relações de produção e dominação, no seu processo de alienação, faz com que esse sistema permaneça organizando a vida social. Certamente, tanta contradição nos modos de produção pretéritos assinalaria o seu fim. Mas, o capitalismo se difere exatamente aí, ele coopta todos os procedimentos possíveis. Se desenvolveu de tal forma, que quando entra em crise econômica, adota procedimentos de recuperação e reforma para se manter enquanto ordem social e evitar uma crise social aguda. Os dispositivos de manutenção dos modos de produção pretéritos eram falhos nesse sentido, não haviam se desenvolvido tão fortemente, por isso crises agudas assinalaram o seu fim.

Essa conjuntura nos deixa preocupado quanto a lógica destrutiva desse sistema. Marx e Engels (2007, pag. 38 e 39), identificaram na crise final capitalista, o momento em que a alienação conduziu a humanidade a uma condição insuportável de barbárie, que se tornaria: “um poder contra o qual se faz uma revolução, é preciso que ela tenha produzido a massa da humanidade como absolutamente “sem propriedade” e, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riqueza e de cultura existente”. O esgotamento da periferia do capital poderá levar a humanidade a uma hecatombe de barbárie, que a conduza a manutenção desse sistema ou a transformação. Mas, pode também ser destrutiva com o gênero humano.

Portanto, se as análises de *perpetuidade* acreditam na manutenção desse modo de produção, sempre se recuperando, reformando ou retornando a determinados estágios anteriores. As análises de *transição* acreditam num pós-capitalismo em que a produção seja socializada e que se busque outras formas de se tratar a humanidade. Já as análises de *finitude*, não enxergam no horizonte um pós-capitalismo. Os dispositivos de manutenção desse sistema inviabilizam a superação desse modo de produção. Certamente, em modos de produção passados essa organização social já teria sido superada. Como também, ele não é eterno e natural e suas reformas ao garantir a sobrevivência do sistema, não necessariamente garante a sobrevivência da humanidade. Assim, pelo risco de esgotamento da periferia do capital e a destrutividade estrutural desse sistema, não existem saídas visíveis para a humanidade frente a esse modo de produção.

Nos deteremos a essas questões nos próximos capítulos. O primeiro capítulo busca entender a crise final dos modos de produção pretéritos e o processo de crise-transição que eles passaram tentando identificar elementos que auxiliem na análise do modo de produção capitalista em crise. O segundo capítulo apresenta um balanço das correntes de *perpetuidade*, *transição* e *finitude* na análise do modo de produção capitalista em crise. Já o terceiro capítulo, apresenta aquilo que consideramos de grande risco para a

humanidade, no estágio atual do capitalismo. O risco de continuidade da humanidade a partir da lógica de acumulação capitalista.

Não buscaremos ser deterministas na nossa análise a respeito de um modo de produção em crise. Através da análise das crises finais dos modos de produção pretéritos; da revisão do debate a respeito do sistema capitalista; e na definição da crise que consideramos de grande risco, vamos apresentar uma discussão concisa a respeito de um modo de produção em crise. A instabilidade é a marca do momento atual do capital, não existe garantia e segurança em suas relações sociais. O sistema tem na sua estrutura uma destrutividade, que ceifou povos no seu processo de desenvolvimento e de acumulação. Não sabemos se esse momento é o momento do tardo capitalismo, não sabemos se sua crise final e da humanidade está próxima. O que pretendemos apontar, a partir de uma revisão histórica, se reside num panorama da crise atual que consideramos como tendência de grande risco de descontinuidade da humanidade.

CAPÍTULO I – AS CRISES FINAIS DOS MODOS DE PRODUÇÃO ANTIGO E FEUDAL

Antes de analisarmos as consequências dos processos de crise-transição dos modos de produção antigo e feudal, nos deteremos nesse espaço introdutório do capítulo I, ao modo de produção anterior a estes, o Modo de Produção Primitivo ou Comunismo Primitivo.

Na primeira forma dessa propriedade de terras, inicialmente aparece como primeiro pressuposto uma comunidade natural. A família e a família ampliada no clã, ou pelo intercasamento entre famílias, ou ainda pela combinação de clãs. Como podemos admitir que a vida pastoril, a migração como tal, foi a primeira forma de existência, que o clã não se fixava em um determinado lugar, mas se alimentava do que encontrava pela frente – os seres humanos não são sedentários por natureza (a não ser em ambientes naturais particularmente férteis, em que ficariam presos às árvores como os macacos; de resto, errantes como os animais selvagens) [–], a coletividade tribal, a comunidade natural, não aparece como resultado, mas como pressuposto da apropriação (temporária) e utilização coletivas do solo. (MARX, 2011, pag. 628 e 629).

O estabelecimento desses “clãs”, famílias ou “tribos”; como se queira chamar, em espaços geográficos, climáticos e naturais favoráveis ao seu estabelecimento enquanto comunidade, tende a moldar o associativismo primitivo ou gregarismo em busca de propriedades naturais favoráveis para manutenção de vida desses povos.

A tendência a diversas formações de propriedade tribal, organizadas em torno do trabalho na terra para sustento das diversas famílias em conjunto, por meio da: agricultura, pesca, caça e criação de animais. São demonstrativos da maior organização e divisão do trabalho por parte dessas sociedades primitivas, essas formações propiciam a criação de valores conjuntos – linguagens e costumes experimentados entre si, na formação do grupo.

Neste último caso, a propriedade tribal pressupõe uma grande quantidade de terras incultas. Nessa fase, a divisão do trabalho é, ainda, bem pouco desenvolvida e se limita a uma maior extensão da divisão natural do trabalho que já existia na família: os chefes patriarcais da tribo, abaixo deles os membros da tribo e, por fim, os escravos. A escravidão latente na família se desenvolve apenas aos poucos, com o aumento da população e das necessidades, e com a expansão do intercâmbio externo, tanto da guerra como da troca. (MARX E ENGELS, 2007, p.90)

A divisão do trabalho endógeno de cada tribo ou clã leva a uma maior especialização e organização do trabalho que complexifica as relações e as necessidades dos mesmos com relação a propriedade e o trabalho. O crescimento desses aglomerados em constante divisão do trabalho, cria a necessidade de expandir as formas de organização

do trabalho. Uma delas, a escravidão, que seria base do modo de produção antigo que viria mais afrente.

Essas diversas tribos espaçadas começam a criar relações entre si, maiores trocas, maiores desenvolvimento do trabalho levam ao surgimento de cidades, territórios em comum que vão ser importante espaço para intercâmbio. Assim como, rivalidades entre si que alimentam guerras entre as tribos, esse desenvolvimento abre espaço para transição ao modo de produção antigo.

O modo de produção primitivo não entrou em crise, o desenvolvimento da divisão do trabalho e maior especialização da propriedade compartilhada levaram ao surgimento das cidades e criação das bases para surgimento do próximo modo de produção a ser analisado. O associativismo primitivo ou gregarismo deram espaço a uma divisão do trabalho cada vez mais especializada e uma maior organização em torno da propriedade, que deram as bases para transição a um outro modo de produção.

Na sequência desse capítulo daremos atenção ao modo de produção da Antiguidade tomando por base o Império Romano e as consequências do desenvolvimento dessas forças produtivas e de propriedade a nível europeu. O fato de se considerar o recorte europeu para análise deve-se ao processo de crise-transição que leva ao surgimento do capitalismo naquele continente. Assim, como o modo de produção capitalista é o foco da nossa análise daremos atenção aos modos de produção pretéritos, que contribuíram para o surgimento do mesmo.

Outro motivo para essa escolha metodológica deve-se ao número grande de modos de produção que organizaram diversas sociedades nas Américas, África e demais partes do globo e que conviveram no mesmo período, espaçadas pela “localidade” de suas influências. Também por reconhecer que o espaço do mestrado seria inviável para tal empreendimento, podendo ser feito em momento mais oportuno.

Embora, esse processo não atrapalha a totalidade da análise, pois as considerações apresentadas tem como foco os desenvolvimentos que levaram ao surgimento do Capitalismo na Inglaterra. Por isso, o foco nos dois processos de desenvolvimento que geraram os antecessores do capitalismo e como esses antecessores podem trazer pistas sobre modos de produção em crise e o seu processo de transição, primeiro nos recortes geográficos menores, delimitado pelos modos de produção antigos, até a generalização de um modo de produção; que por natureza necessita ser global. Pela lógica de sua acumulação, o capitalismo não pode ser restringido geograficamente, por isso quanto mais mercados busca maior risco apresenta para continuidade da humanidade, pois a

maior extensão de suas ações representa maior preocupação contra os reflexos desse processo.

I.I – A crise final do modo de produção antigo

A historiografia recentemente tem rediscutido o “fim do mundo antigo”, a “Antiguidade Tardia”, a partir da revisão das primeiras análises (MACHADO, 2015). O que a historiografia da Antiguidade tem posto à prova, são: o questionamento do conceito de “Antiguidade Tardia”; a periodização do que seria o fim da Antiguidade; a pluralidade de povos e impérios na Antiguidade, conformando Antiguidades; a não consideração do fim do Império Romano como fim do mundo antigo; análise de continuidades e não transição, referentes a cultura e religião de alguns povos da Antiguidade.

É importante trazer essas considerações para mostrar que temos conhecimento das discussões historiográficas, a respeito da Antiguidade. E temos conhecimento que não existe um consenso com relação a essas questões (MACHADO, 2015). Diversos autores especializados no tema, divergem quanto a datação, quanto as continuidades e transições; e diversos outros fatores. Nesse trabalho, nossa preocupação não está detida nas questões historiográficas e analíticas da Antiguidade. Como já deixamos claro, a preocupação principal é tentar entender o processo de crise transição do modo de produção antigo/escravista com a queda do Império Romano e o impacto do mesmo naquela sociedade em crise.

Num tempo de crises contínuas, que suscitam no mundo perplexidade e inquietude, muitos são os que se interrogam sobre a sustentabilidade da presente ordem mundial e, correlativamente, sobre o fim dos impérios e as suas causas. A complexidade do mundo actual, o sentimento de insegurança que a todos atinge, o declinar de velhas potências e sinais da emergência de novas, a inesperada explosão de conflitos locais ou regionais, tudo traz inevitavelmente à memória o complexo de causas – políticas, económicas, demográficas, sociais, militares, morais ou religiosas –, que conduziram à ruína do Império Romano. (OLIVEIRA [et.al], 2013, p.11).

O nosso objetivo é muito bem captado em (OLIVEIRA [et.al], 2013), o ponto que nos interessa para o entendimento dos processos de transição dos modos de produção pretéritos, se reside nas análises dos mesmos com relação ao capitalismo. O fim último desse trabalho, está no capitalismo, a busca pelos modos de produção pretéritos nos auxilia a entender como modos de produção organizados ruíram diante de crises finais, com detonadores que as suas estruturas sociais de controle não puderam reverter, para manutenção dos mesmos.

Se voltarmos no tempo e perguntássemos para um escravo que servia ao Império Romano ou para um próprio Romano, se eles acreditavam que aquele mundo em que viviam; o seu cotidiano de trabalho, mudaria mais afrente, para uma outra forma de organização, eles não acreditariam. Pois, aquela organização social estava engendrada

nos seus comportamentos sociais e no seu cotidiano, que certamente entenderia que o fim desse processo, seria o fim do mundo de maneira ampla. Não à toa, tantos acreditavam na eternidade do Império Romano e na sua força. Certos da possível crítica quanto ao anacronismo dessa análise, façamos esse exercício apenas como espaço para o desenvolvimento analítico da nossa argumentação.

Confiantes na grandeza da cidade, que acreditavam gozar da protecção dos deuses, mas intimamente apreensivos quanto às incertezas do futuro, os Romanos formulavam preces no sentido de que para sempre Roma continuasse a gozar dessa providência divina. (OLIVEIRA [et.al], 2013, p.16).

Talvez teríamos resultado igual, se a pergunta fosse direcionada a um campesino médio feudal, jamais acreditaria na mudança de suas estruturas sociais para outro tipo de organização, entenderia aquilo como fim do mundo em geral. A percepção desses fatos, nos coloca no caminho que essa pesquisa pretende seguir. Nosso objetivo, passa pelo entendimento dessas sociedades em crise e o sofrimento que elas trazem para aqueles que partilham o seu cotidiano. Com foco, no entendimento dessas sociedades em comparação com o capitalismo.

Assim, nossa preocupação não está com a periodização dos fatos ou com as discussões analíticas sobre as especificidades historiográficas da Antiguidade. O objetivo principal é entender esses momentos de crise na forma como foram vivenciados. Abre-se um parêntese para concordar com a historiografia atual, sobre “antiguidades”. Sabemos do número grandioso de povos correlatos ao período do Império Romano, porém nosso foco é a mudança do modo de produção. Aquilo que foi responsável pela mudança para outro modo de organização do trabalho. Assim, o foco na crise do Império Romano e a mudança da organização do trabalho.

Impossível, como já salientamos na introdução desse capítulo, trabalhar todas as organizações e fazer as correlações com relação ao modo de produção antigo. Sabemos da imensidade de formas de organização social, presentes não somente na Europa, como em todo o mundo nesse período correlato. Algumas interligadas, outras espaçadas e com contatos apenas dentro do próprio povo. Mas, entendemos que o impacto gerado pela transição do modo de produção escravista do império Romano, que constitui as bases do modo de produção feudal e esse nos leva até o Capitalismo, alvo de nossa análise.

Um dos importantes modos de produção, analisados por Marx (2011), o modo de produção oriental ou asiático, que configura a passagem de uma sociedade comunal, sem classes, para uma sociedade organizada em classes, mas sem propriedade privada. Como tantos outros modos de produção em diferentes continentes concomitantemente a esses

modos de produção. E que hoje tem sido analisado de forma detida e com a importância que devem ter. Pois, é nesse desenvolvimento diferenciado, entre continentes e países, que o Capitalismo vai implementar as suas bases de controle enquanto primeiro modo de produção global.

Voltemos a discussão da “crise-transição”, um modo de produção convive com diferentes crises durante o seu período de organização, quanto mais se desenvolve em termos de divisão do trabalho, mais especializa os seus dispositivos de controle, para sustentação da organização social na qual deu origem. A transição desse modo de produção pode durar séculos, o mesmo vai convivendo com as crises inerentes ao seu processo de desenvolvimento. Sejam crises de fome, pois a agricultura do seu período, ainda não está desenvolvida para controle de pragas ou condições climáticas ruins; seja por doenças, que a medicina de sua época ainda não criou o remédio para controle desses surtos ou a ciência do período ainda não conseguia entender as mesmas; seja por conflitos, guerras civis ou invasões de outros povos; seja por crise no trabalho e economia, instabilidade estatal, política e religiosa. Enfim, essas características foram importantes para a dissolução dos modos de produção pretéritos.

Assim, o tempo de transição de determinado modo de produção, certamente é determinado pelo nível de organização e complexidade que esse modo de produção alcançou, a partir da divisão do trabalho e das outras práxis. Até que em algum momento específico, fruto de outros acontecimentos, que moldaram um detonador de crise que leva a um processo de transição para outro modo de produção. Na nossa visão, pela globalidade e complexidade de suas forças, o capitalismo pode quebrar essa percepção de transição de modos de produção.

Na transição entre modos de produção, com o desenvolvimento da divisão do trabalho e o surgimento de novas formas de trabalho, a organização societária em torno de determinada forma de produção vai se modificando e criando outras relações sociais de produção. Dessa feita, convivem entre si as formas tradicionais daquele modo de produção em crise, juntamente com as novas formas de organização do trabalho (MARX, 1996a). O novo modo de produção em desenvolvimento se sustenta nessas formas tradicionais até que a nova forma de organizar o trabalho esteja madura o suficiente para assumir a dominância das relações de trabalho, nesse novo modo de produção. Assim, antes de se estabelecer de forma definitiva, o novo modo de produção ainda se utiliza das formas antigas para estabelecimento da nova organização social.

Retornando ao modo de produção escravista, base da organização social do Império Romano. O seu surgimento se deu a partir da continuidade e do desenvolvimento da divisão do trabalho em torno do modo de produção primitivo.

tal forma não presume a terra como a base, mas a cidade como a sede já constituída das pessoas do campo. (Proprietários de terra.) O campo aparece como território da cidade; e não o povoado, como simples apêndice do campo. A terra em si – por mais que possa oferecer obstáculos ao seu cultivo, à sua apropriação efetiva – não oferece nenhum impedimento para se relacionar com ela como a natureza inorgânica do indivíduo vivo, sua oficina de trabalho, seu meio de trabalho, objeto de trabalho e meio de vida do sujeito. (MARX, 2011, p.631 e 632).

A organização da Antiguidade europeia, desenvolveu-se sob algumas premissas: a cidade/polis é o modo de vida, sustentado pelo campo; o trabalho escravo era a forma dominante de trabalho, o modo de produção escravista; a guerra era necessária para formação de mão-de-obra escrava dos povos conquistados e para que o trabalho no campo continuasse.

O mundo clássico era inalterável e maciçamente rural em suas proporções quantitativas básicas. A agricultura representou através de sua história o setor inteiramente dominante da produção, fornecendo invariavelmente as principais fortunas das próprias cidades. [...] Sua renda provinha do milho, do azeite e do vinho – os três grandes produtos básicos do Mundo Antigo. (ANDERSON, 1991, p.19).

A mão de obra escrava conquistada era instalada na organização romana e ocupava os espaços disponíveis para plantio e mantinha o trabalho no campo para manutenção do padrão de vida dos romanos na cidade. Interessante notar que a força desse sistema era ao mesmo tempo sua fraqueza, a necessidade da mão-de-obra escrava sustentava totalmente a organização social do Império Romano.

Esses trabalhadores rurais produziam para si e para as cidades, importante notar que a mão-de-escrava era interessante no sentido dos deslocamentos, a partir da necessidade de produção em determinado local, o deslocamento dessa mão-de-obra se dava de forma mais fácil, em que pese incipientes formas de deslocamentos terrestres. Vale lembrar aqui que a posição das cidades era sempre costeira, posicionadas na costa do Mar Mediterrâneo. Assim, esse modo de produção escravista sustentava o desenvolvimento político, cultural e artístico das cidades.

is the same reason which determines the limits of technological progress in antiquity: the "cheapness" of human beings resulting from the character of the uninterrupted warfare in the ancient world. Wars in ancient times are always slave raids; they continuously throw new supplies upon the slave market and so favor unfree labor and the accumulation of human beings as in no other period of history. (WEBER, 1980, p.77).

Desse modo, o progresso econômico da antiguidade está na quantidade de povos escravizados para servir de mão-de-obra ao sistema de organização social. Assim, como assiná-la Weber, a guerra no mundo antigo é ininterrupta e a acumulação de seres humanos através dela ocorreu de uma forma como em nenhum outro período da história da humanidade. Para manter a máquina de funcionamento do modo de produção escravista era necessário a guerra constante para abastecer o número de escravos que trabalhariam nas terras que iam sendo anexadas.

E como era organizado o trabalho dentro desse modo de produção escravista/comunal? Marx (2011, p.635), nos apresenta:

A propriedade sobre o próprio trabalho é mediada pela propriedade sobre a condição do trabalho – a jeira de terra, garantida, por sua vez, pela existência da comunidade e esta, por seu turno, pelo trabalho excedente em forma de serviço militar etc. dos membros da comunidade. Não é cooperação no trabalho ‘produtor de riqueza’ o modo pelo qual o membro da comunidade se reproduz; mas cooperação no trabalho para os interesses coletivos (imaginários e reais) em vista da manutenção da associação externa e interna. A propriedade é quirítária, romana, o proprietário privado de terras só pode sê-lo como romano, mas, sendo romano, ele é proprietário privado de terras.

Assim, a função da mão-de-obra escrava era garantir a produção excedente nas terras dos seus proprietários romanos. Não no sentido de desenvolvimento das técnicas de trabalho e aprimoramento da produção, embora tenha existido algum nesse período, nada relevante para o desenvolvimento de novas formas de organização em torno do trabalho, como nos traz Perry Anderson (1991, p.25 e 26).

O que faz ruir todo esse sistema é a Anarquia Militar do século III e as mudanças políticas ocorridas nesse período (CARLAN, 2008, p.138 E 139). Esse arcabouço trará para o Império Romano uma migração de diferentes povos que se estabeleceram nas suas diversas terras, trazendo uma nova configuração ao modo de produção escravista.

Os chamados povos bárbaros/estrangeiros estiveram correlacionados com o Império Romano durante vários séculos, na anexação dos seus territórios e na transformação dos mesmos em escravos. A mudança agora é que esses povos recorrem a Roma para união em torno de trabalho nas terras.

Um primeiro momento, chamado de Anarquia Militar (235 – 268), em que os imperadores eram nomeados por seus soldados, sendo assassinados logo depois. Alguns chegaram a governar poucos dias. [...] Desde a crise do século III, os povos germânicos começam a invadir as fronteiras do Império, procurando novas terras. Os imperadores do período aceitaram pacificamente esses povos no início, desde que atuassem como colonos, trabalhando na terra, exercendo a função de vigilantes de fronteira, com uma força militar própria e praticamente independente, comandada por seus chefes. São aceitos em um sistema de federado. Aos poucos, começam a ser assimilados pelo exército romano. (CARLAN, 2008, p.138 E 139).

Num primeiro momento, dada a crise do exército e a necessidade de ocupar as diversas áreas de terra do Império Romano foi concedido espaço para esses povos. Com as mudanças, eles começaram a fazer parte do exército romano, anexados a força romana para tentativa de continuidade do Império em crise.

Na anexação de um povo estrangeiro específico, os Godos, que a historiografia em sua grande parte considera o golpe fatal ao Império Romano e sua organização.

Sofrendo vários abusos por parte das autoridades romanas, em nome do Imperador, esses grupos se revoltam contra o Estado. Vários textos, no período de Valente (Imperador do Oriente entre 364 – 378), descrevem os altos impostos e o estado de miséria dessas populações. Muito eram obrigados a vender seus filhos como escravos. A batalha de Andrinopla, em 378, onde a cavalaria goda aniquila o exército romano, não foi por acaso. (IDEM, p.142).

A partir dessa derrota, outras legiões de povos escravizados consideraram a fraqueza do Império Romano e contra a sua dominação foram cada um à sua maneira infringindo golpes a organização romana em decadência. O caos social que o Império Romano trouxe para sua organização, com diversos povos anexados que se rebelaram pelas condições de miséria, fome e altos impostos sobre a produção.

Importante perceber como estava configurada a vida das pessoas que viviam o cotidiano desse modo de produção em decadência. Do ponto de vista do Romano a insegurança tomou conta da população, frente a uma desorganização e um caos social nunca visto antes. As cidades não ofereciam a garantia da vida como antes, o exército romano não apresentava garantia de conseguir abafar as constantes insurreições dos diferentes povos, constantes saques e bandidagem nas cidades, acompanhados pela falta de manutenção dos campos, gerando fome e miséria. Um desses levantes formado por escravos, camponeses e pobres, como bando de saqueadores *bacaudae*, criaram diversos problemas para o Estado Romano em decadência, como nos traz (ANDERSON, 1991, p.98).

Do ponto de vista dos insurgentes, povos que migraram ou foram anexados para o Império Romano, o acúmulo de anos de aprisionamento, de pressões sobre impostos, constante fome e miséria e dificuldade de desenvolvimento desses povos a partir dos seus aspectos culturais.

As províncias recaíram em desordem e confusão endêmicas, sua administração tradicional submergiu ou perdeu o rumo; a rebelião social e o banditismo reinaram por áreas imensas, culturas locais arcaicas e sepultadas vieram a superfície, e a pátina romana ruiu nas mais remotas regiões. Na primeira metade do século V a ordem imperial pelo influxo dos bárbaros em todo o Ocidente. (ANDERSON, 1991, p.108 e 109).

Esses levantes prosseguem na sequência do império em decadência, causando a sua divisão em Ocidente e Oriente. Esses povos vão se estabelecendo onde a administração de Roma vai ruindo, combinando as suas formas de organização com as formas romanas em crise.

Essa configuração de diversidade de povos em torno do Império Romano contribuiu para o não controle por parte dessa organização. Os dispositivos de controle do Império Romano falharam e a manutenção do sistema escravista ficou em situação complicada, devido à crise militar e o caos social que se voltou contra a administração. O império romano conviveu com essas invasões durante todo o seu processo de desenvolvimento e manutenção. O que leva a sua organização a ruir, que não aconteceu em outros momentos, já que Roma era visada pelo poderio da sua força? O golpe alçado ao modo de produção que sustentava essa sociedade, quando um modo de produção entra em crise o sofrimento da humanidade aumenta. A segurança e controle de Roma em outras invasões não foi páreo para aquele que acertou a sua forma de se organizar em torno do trabalho. O que diferencia esse momento é a crise do modo de produção que sustenta a sua organização social.

Em oposição ao caráter “cumulativo” do advento do capitalismo, a gênese do feudalismo na Europa derivou de um colapso “catastrófico” e convergente de dois modos de produção distintos e anteriores, e a *recombinação* de seus elementos desintegrados liberou a adequada síntese feudal, que, portanto, sempre manteve um caráter híbrido. (ANDERSON, p.18 e 19).

A síntese que leva ao modo de produção feudal, reside no modo de produção escravista em crise, a fórmula de produção do mundo antigo, juntamente com o modo de produção primitivo utilizado pelos “povos bárbaros” que destruíram a organização do Império Romano. Esses povos continuaram utilizando o sistema escravista nas terras romanas combinados com as suas formas “tribais” de organização. Essa combinação de formas de produção levaria a formação do sistema de colonato, do nascente Feudalismo.

Por isso, a estrutura da sociedade que tem por base esse tipo de propriedade entra em decadência e, com ela, decai também, no mesmo grau, o poder do povo, sobretudo na medida em que desenvolve a propriedade privada imóvel. A divisão do trabalho já está mais desenvolvida. Já podemos encontrar a oposição entre cidade e campo e, mais tarde, a oposição entre Estados que representam o interesse da cidade e aqueles que representam o interesse do campo; e, no interior das próprias cidades, encontramos a oposição entre a indústria e o comércio marítimo. A relação de classes entre cidadãos e escravos está completamente desenvolvida. (MARX E ENGELS, 2007, p.90).

Importante salientar que um modo de produção em processo de crise-transição carrega consigo uma acumulação de sofrimento e tormento. Pois, as estruturas que

organizavam a forma de acumulação e manutenção desse modo de produção já estão dissolvidas. Essa dissolução configura um cenário de desordem que compromete o cotidiano dessa sociedade em crise.

Assim, para os viventes da polis/cidade da Antiguidade as revoltas e a insegurança no seu modo de vida tão organizado, dificultam a vivência do cotidiano já estabelecido e a sua *segurança ontológica* (GUIDDENS, 1991)¹. Para a mão de obra escrava e os camponeses do modo de produção antigo, a dificuldade de assimilação do período vivente com as trocas de ordem e a forma de organização da produção, em uma sociedade em crise. O cotidiano em mudança traz constante insegurança e sofrimento nesses modos de produção em crise.

E nesses modos de produção em crise, quando é possível identificar a segurança ontológica novamente? Certamente, a mesma retorna depois de um bom período de tempo, a partir de uma nova divisão do trabalho, que complementa novas técnicas de produção e novas formas de organização de trabalho, que vão organizar um novo modo de produção. Já sabemos, que um novo modo de produção, necessita de se utilizar das ruínas estruturais daquele modo de produção em crise, para configurar o seu estabelecimento, até que a divisão do trabalho supere as bases sobre a qual surgiu, podendo assim estabelecer-se como modo de produção dominante, com uma forma principal de organização principal do trabalho.

O modo de produção antigo em crise, desmembrou a organização do trabalho entre a forma de trabalho escrava que sustentou o Império Romano, juntamente com as formas de trabalho primitiva/tribal dos povos imigrantes. Essas técnicas vão configurando uma nova forma de especialização do trabalho no campo, culminando com a mão-de-obra típica do novo modo de produção que irá surgir, o Feudalismo e seu método.

¹ “A expressão se refere à crença que a maioria dos seres humanos têm na continuidade de sua auto-identidade e a na constância dos ambientes de ação social e material circundantes. Uma sensação da fidedignidade de pessoas e coisas, tão central à noção de confiança, é básica nos sentimentos de segurança ontológica; daí os dois serem relacionados psicologicamente de forma íntima”. (p.84).

I.II – A crise final do modo de produção feudal

A síntese da mão-de-obra escrava do modo de produção antigo, juntamente com a forma comunal trazida pelos povos germânicos nas áreas ocupadas do Império Romano, culminou na forma de produção típica do Feudalismo.

Se a Antiguidade baseou-se na *cidade* e em seu pequeno território, a Idade Média baseou-se no *campo*. A escassa população existente, espalhada por uma vasta superfície e que não teve um grande crescimento com a chegada dos conquistadores, condicionou essa mudança de ponto de partida. Ao contrário da Grécia e de Roma, o desenvolvimento feudal começa, pois, num terreno muito mais extenso, preparado pelas conquistas romanas e pela expansão da agricultura vinculada a essas conquistas. Os últimos séculos do Império Romano em declínio sua conquista pelos bárbaros destruíram uma enorme quantidade de forças produtivas; a agricultura havia diminuído, a indústria decaíra pela falta de mercados, o comércio adormecera ou fora violentamente interrompido, as populações da cidade e do campo haviam diminuído. Essas condições preexistentes e o modo de organização da conquista por elas condicionado desenvolveram a propriedade feudal, sob a influência da organização militar germânica. (MARX E ENGLÉS, 2007, p.91).

O modo de produção feudal, assim como o modo de produção antigo, baseou-se na agricultura e no campo. A síntese das técnicas do modo de produção antigo formou as bases para as técnicas e organização do trabalho no Feudalismo.

Esse novo modo de produção traz consigo novas classes sociais, as principais estavam organizadas, em: Nobreza, Igreja, Senhores Feudais e Camponeses. Essa era a base de relação de classes do modo de produção feudal.

A organização do trabalho estava organizada, em: cultivo da terra pelos camponeses, que deviam impostos aos senhores feudais, esses controlavam a propriedade agrícola privadamente; a cadeia de trabalho era composta por vários senhores feudais que eram vassallos de outros senhores hierarquicamente maiores. “E a cadeia de tais posses dependentes se estenderiam até o cume do sistema – na maioria dos casos, um monarca – de quem a princípio toda a terra, em última instância, seria o eminente domínio” (ANDERSON, 1991, p.144).

A posse da terra pelo camponês era conseguida através de arrendamentos da propriedade comunal ou por obrigações consuetudinárias entre senhor e camponês. Para o senhor feudal interessava ter o maior número possível de camponeses no seu feudo, latifúndio, para o crescimento da produção agrícola.

Esse tipo de organização esteve presente em todo o continente europeu, porém os tipos de feudalismo e os seus resultados variaram de país para país, dadas as condições de formação desse modo de produção em diferentes países.

Nosso foco de análise está no tipo de feudalismo que levou a formação do modo de produção capitalista, a fórmula inglesa de feudalismo e suas consequências históricas. Por isso, mais uma vez, nos deteremos naquele resultado que culmina na formação de bases para o nascimento do modo de produção capitalista.

O feudalismo na Europa, mesmo na Europa Ocidental, era internamente e produziu diversos resultados diferentes, apenas um dos quais foi o capitalismo. Não se trata apenas de índices diferentes de “desenvolvimento conjunto e desigual”[...] Nos casos em que elas desembocaram no capitalismo, isso se deu somente ao entrarem na órbita de um sistema já existente e das pressões que ele conseguiu impor a seus rivais políticos, militares e comerciais. (WOOD, 2001, p.75).

Desse modo, nossa preocupação será com a crise do feudalismo inglês e os resultados que essa crise trouxe para a sociedade. Como já dito anteriormente, nenhum modo de produção entra em crise de forma fulminante. Esse modo de produção passa por diversas crises durante o seu processo de manutenção e só terá na sua crise, o seu processo de esgotamento, quando a forma de produzir e organizar a produção em determinada sociedade e determinado tempo mudam. É nessa característica que se reside os processos de crise-transição, sem mudança drástica na forma de organizar o trabalho, não existe transição.

Muitas vezes, as populações desses modos passaram por diversos problemas, como: pobreza, fome, epidemias, guerras, sofrimento e entre outras coisas. Esses processos moldam crises em determinado modo de produção, mas não é o detonador para outro modo de produção. Sem a mudança na forma de organização do trabalho, não existe transição a outra sistema.

Na Antiguidade conviveram várias formas de organização em torno do trabalho em diversos continentes, um deles levou a formação do Feudalismo. No modo de produção feudal existiram várias formas de organização em diferentes países, um deles levou ao nascimento do modo de produção capitalista. Se a crise não incidir sobre o trabalho e sua organização, o processo de transição não acontece. Pois, os dispositivos de controle dessas sociedades conseguiram suportar as diversas crises no decorrer do seu desenvolvimento, somente falhou quando incidiu na mudança de organização do trabalho. Esses dispositivos são políticos, militares, culturais, religiosos e entre outros. Quando a mudança incide sobre a forma de trabalho nessas sociedades em decadência, mudou-se a

forma de organizar a vida social, pois o novo modo de produção está ligado a nova forma de organização principal do trabalho e com ela novas formas de organização da vida social.

Sendo assim, vamos as crises passadas pelo modo de produção feudal até a sua crise final e transição. “A população continuou a crescer e a produção caiu nas terras marginais ainda disponíveis para uma recuperação aos níveis das técnicas existentes e o solo deteriorava por causa da pressa e do mau uso” (ANDERSON, 1991, p.192). A crise ecológica do uso da terra agregado ao crescimento da população inglesa, no período, levou a um caos na organização desse sistema feudal.

Esse processo leva a crises de fome, pela dificuldade da produção em manter a população do período. Adensa esse cenário, o aumento das guerras de diferentes tipos, as guerras camponesas pelo preço abusivo dos impostos dos senhores feudais e as guerras maiores. A grande guerra camponesa inglesa é a de Wat Tyler, movimento que uniu muitos camponeses contra os governos e contra os diversos problemas relacionados a doença e pobreza. Como também, a epidemia de Peste Negra que dizima a Europa. “Esses desastres acumulados desencadearam um a luta de classes desesperada pela terra. A classe nobre ameaçada pelas dívidas e pela inflação, agora confronta-se com uma força de trabalho dizimada e descontente” (ANDERSON, 1991, p.195).

Toda essa configuração perpassa o modo de produção feudal inglês. Mas, a grande guinada em direção ao modo de produção capitalista ocorre a partir de uma mudança de paradigma na produção inglesa. Era preciso melhorar a forma de produzir, esse *melhoramento (improvement)* é que inicia o processo de mudança na produção.

[...] o melhoramento [**das terras**] significava um pouco mais do que métodos e técnicas novos ou melhores de cultivo. Significava, em termos ainda mais fundamentais, novas formas e concepções da propriedade. Para o latifundiário empreendedor e seu próspero arrendatário capitalista, o cultivo “melhorado” significava, idealmente, ainda propriedades rurais e mais concentrada. Certamente significou a eliminação de antigos costumes e práticas que interferiam no uso mais produtivo da terra. (WOOD, 2001, p. 90. Grifo nosso)

Melhorar era tornar a terra mais produtiva possível. Para isso era necessário minar as terras comunais e consuetudinárias. O melhoramento traz consigo um resultado importantíssimo para formação do capitalismo, pois ele muda a forma de organização do uso da terra.

Acompanhado do melhoramento das terras foram inseridas as técnicas de *cercamento* das terras. Formação de grandes latifúndios, para pastagens de animais. O

que culmina na expulsão dos camponeses das terras. Essas duas ações trazem um sofrimento e um caos social para os camponeses do período.

Isso nos traz à mais famosa redefinição dos direitos de propriedade: o cercamento. É comum pensar-se no cercamentos como a simples colocação de cercas em volta das terras comunais ou dos “campos limpos” que caracterizavam algumas partes do interior da Inglaterra. Mas ele significou a extinção, com ou sem a demarcação física das terras, dos direitos comunais e consuetudinários de uso dos quais dependia a sobrevivência de muitas pessoas [...] Mas ele continua a ser a expressão mais vivida do processo implacável que estava modificando não apenas a zona rural da Inglaterra, mas o mundo: o nascimento do capitalismo. (WOOD, 2001, p.91)

Como o melhoramento e os cercamentos contribuíram para formação do capitalismo? Primeiro, eles foram responsáveis pela forma como a produção começa a mudar no feudalismo inglês. Segundo, eles criam uma mão-de-obra sem ocupação que sem o vínculo com a terra já não tinha mais o que fazer.

O prelúdio do revolucionamento, que criou a base do modo de produção capitalista, ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Uma massa de proletários livres como os pássaros foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais, que, como observa acertadamente Sir James Steuart, “por toda parte enchiam inutilmente casa e castelo”. (MARX, 1996b, p.343).

A força de trabalho “livre como pássaro”, aquela que não dispõem de mais nada a não ser a sua força de trabalho para garantir a manutenção da sua vida. Começa a surgir nesse processo duas bases importantes do nascente capitalismo, a força de trabalho livre, mais tarde assalariada e a propriedade privada.

Por isso, esses dois movimentos são tão importantes para a formação do *capitalismo agrário inglês*. Mas, no mesmo processo eles foram criadores de sofrimento e tormento para as classes que viveram essa dissolução.

Marx (1996b) nos traz vários relatos interessantes desse processo que valem a pena ser abordados nesse espaço. *Pois, quando um modo de produção entra em crise o sofrimento da humanidade aumenta*. O que ressalta a destrutividade estrutural que o capitalismo impõe a humanidade. Esse primeiro relato aborda os cercamentos e o melhoramento e suas consequências.

Em muitas paróquias de Hertfordshire, escreve uma pena indignada, “24 arrendamentos com 50-150 acres em média foram fundidos em 3 arrendamentos.”⁷⁰¹ “Em Northamptonshire e Lincolnshire tem predominado muito o cercamento das terras comunais e a maioria dos novos senhorios surgidos dos cercamentos está convertida em pastagens; em consequência, muitos senhorios não têm 50 acres sob o arado, onde anteriormente eram arados 1 500. (...) Ruínas de antigas habitações, celeiros, estábulos etc.” são os únicos vestígios dos antigos habitantes. “Cem casas e famílias, em alguns lugares, foram reduzidas(...) a 8 ou 10. (MARX,1996b, p.349).

Esses processos deram fim ao trabalho dos camponeses, despojaram vários camponeses de sua base e os condenaram a ficar sem trabalho, sem ter condições de se estabelecer fora da ocupação da terra. “os pequenos proprietários fundiários e arrendatários são rebaixados à condição de jornaleiros e trabalhadores de aluguel; e, ao mesmo tempo, tornou-se mais difícil ganhar a vida nessa condição” (MARX,1996b, p.351). A vida, o cotidiano dessas classes em um modo de produção em crise-transição vão se agudizando de tal forma, que o seu processo de acumulação torna-se acumulação de tormento e sofrimento.

Ainda nos relatos, o caso dos Gaélicos é sugestivo de como funciona o modo de produção capitalista. Um relato extenso, mas que vale a pena de ser lido. Vamos ao relato:

No século XVIII, foi simultaneamente proibida a emigração dos gaélicos expulsos da terra com o fim de impeli-los à força para Glasgow e outras cidades fabris. Como exemplo do método dominante no século XIX, bastam aqui as “clareações” levadas a cabo pela duquesa de Sutherland. Essa pessoa economicamente instruída decidiu, logo ao assumir o governo, empreender uma cura econômica radical e transformar todo o condado, cuja população já havia antes, mediante processos semelhantes, sido reduzida a 15 mil, em pastagem de ovelhas. De 1814 até 1820, esses 15 mil habitantes, cerca de 3 mil famílias, foram sistematicamente expulsos e exterminados. Todas as suas aldeias foram destruídas e arrasadas pelo fogo, todos os seus campos transformados em pastagem. Soldados britânicos foram encarregados da execução e entraram em choque com os nativos. Uma velha senhora foi queimada nas chamas da cabana que ela se recusava a abandonar. Dessa forma, essa madame apropriou-se de 794 mil acres de terras, que desde tempos imemoriais pertenciam ao clã. Aos nativos expulsos ela destinou aproximadamente 6 mil acres de terras, 2 acres por família, na orla marítima. Os 6 mil acres tinham até então estado desertos e não haviam proporcionado nenhuma renda aos proprietários. A duquesa foi tão longe com seus nobres sentimentos a ponto de arrendar por 2 xelins e 6 pence, em média, o acre de terra às pessoas do clã que desde séculos tinham vertido seu sangue pela família. Ela dividiu toda a terra roubada ao clã em 29 grandes arrendamentos para a criação de ovelhas, cada um habitado por uma única família, na maioria servos ingleses de arrendatários. No ano de 1825, os 15 mil gaélicos já tinham sido substituídos por 131 mil ovelhas. Aquela parte dos aborígenes que foi jogada na orla marítima procurou viver da pesca. Eles se tornaram anfíbios e viviam, como diz um escritor inglês, metade sobre a terra e metade na água e viviam, com tudo isso, apenas a metade de ambas. Mas os bravos gaélicos deviam pagar ainda mais caro por sua idolatria romântica montanhosa pelos “grandes homens” do clã. O cheiro de peixe subiu ao nariz dos grandes homens. Farejaram algo lucrativo por trás dele e arrendaram a orla marítima aos grandes comerciantes de peixes de Londres. Os gaélicos foram expulsos pela segunda vez. (MARX, 1996b, p.353 e 354).

O relato não termina aí, “expulsos” para as florestas altas, os Gaélicos começam a concorrer com a nascente caça esportiva da nobreza, nas florestas. Esse esporte em crescimento vai deteriorando toda a organização de vida Gaélica. Aqui a faceta do capitalismo é mostrada, a sua acumulação não vê limites, ela causa tormento, ele muda

rotinas para que a acumulação se mantenha. Os pobres Gaélicos sofreram esse processo já no início desse modo de produção.

Os camponeses expulsos das terras começaram a migrar para as cidades, sem trabalho, pois foram forçados a sair da propriedade comunitária e vagavam pelas ruas. Não demorou muito para que os mais abastados entendessem nesse movimento um risco para a nascente sociedade. Começando assim uma série de leis contra a vagabundagem nas cidades e nos campos, leis terríveis que causaram sofrimento a esses camponeses destituídos de sua base de trabalho.

Henrique VIII, 1530: Esmoleiros velhos e incapacitados para o trabalho recebem uma licença para mendigar. Em contraposição, açoitamento e encarceramento para vagabundos válidos. Eles devem ser amarrados atrás de um carro e açoitados até que o sangue corra de seu corpo, em seguida devem prestar juramento de retornarem a sua terra natal ou ao lugar onde moraram nos últimos 3 anos e “se porem ao trabalho” [...] Eduardo VI: Um estatuto de seu primeiro ano de governo, 1547, estabelece que, se alguém se recusa a trabalhar, deverá ser condenado a se tornar escravo da pessoa que o denunciou como vadio. O dono deve alimentar seu escravo com pão e água, bebida fraca e refugos de carne, conforme ache conveniente. [...] Elisabeth, 1572: Esmoleiros sem licença e com mais de 14 anos de idade devem ser duramente açoitados e terão a orelha esquerda marcada a ferro, caso ninguém os queira tomar a serviço por 2 anos; em caso de reincidência, se com mais de 18 anos, devem ser executados, caso ninguém os queira tomar a serviço por 2 anos; numa terceira incidência, serão executados sem perdão, como traidores do Estado. [...] Jaime I: Uma pessoa que perambule e mendigue será declarada um malandro e vagabundo. Os juízes de paz nas *Petty Sessions*⁷²⁰ estão autorizados a mandar açoitá-los publicamente, e na primeira vez que forem apanhados serão encarcerados por 6 meses, na segunda por 2 anos. (MARX, 1996b, p. 356,357 e 358).

O interessante é que esse processo de vagabundagem, tão combatido, ocorreu graças as mudanças advindas da nova forma de organização da produção. As medidas adotadas no campo, culmina na mudança dos camponeses para as cidades. Um grande aumento das cidades, trazendo consigo o pauperismo, milhares de pessoas em condições inumanas e sem condições de garantir a sua manutenção de vida.

Essas mudanças impactam a cidade com o crescimento desordenado de um número cada vez maior de camponeses expulsos das terras. Esse processo de crise-transição agudiza a vida dos camponeses duplamente: sem terras para cultivo, transformaram-se em mão-de-obra livre que seriam a base do trabalho assalariado das nascentes fábricas de tecido ingleses, características do nascente capitalismo. A cidade e sua produção industrializada.

A burguesia nascente precisa e emprega a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva. (IDEM, p.359).

O desgaste da forma de produção feudal, abre espaço para substituição da forma de produção que leva ao nascente capitalismo. Os cercamentos e o melhoramento da terra; a formação da propriedade privada para pastagem de animais; a força de trabalho livre e assalariada; a incipiente industrialização, tudo isso vai moldando a formação de um novo mundo.

O sistema capitalista surge dessa desapropriação dos camponeses de sua base e formação da força de trabalho assalariada para o trabalho, na incipiente industrialização. Acompanha aqui o surgimento da classe burguesa e o seu comércio. A expansão do sistema capitalista para outras partes do mundo, com as grandes navegações que já vinham ocorrendo desde o fim do feudalismo.

A necessidade de expansão é algo inerente ao capital. A necessidade de anexação e criação de novos mercados é dinâmica essencial para expansão da acumulação, algo necessário a esse modo de produção.

Surge na história da humanidade o *primeiro modo de produção global*, o primeiro modo de produção que tem suas redes sociais ligadas por todo o globo. Um mercado gigantesco e um número gigantesco de povos imbricados no mesmo modo de produção.

Por isso, a necessidade de diferenciar os modos de produção pretéritos, com as consequências do capitalismo. Os modos de produção pretéritos não tinham a capacidade de levar toda a humanidade para um colapso total. O esgotamento dessas sociedades levaria no máximo a um outro desenvolvimento humano. O desenvolvimento e a divisão do trabalho ainda eram muito incipientes naquelas sociedades.

Essa é a grande diferença do modo de produção capitalista para com os modos de produção pretéritos, pois é o primeiro modo de produção global. Carrega consigo um risco muito grande de descontinuar a humanidade. O desenvolvimento desse modo de produção, a complexidade de suas ações, o poder de controle sobre o qual mantém a organização de pé, mesmo nos momentos de crise aguda. Faz desse modo de produção, o primeiro modo de produção da história que pode possibilitar a não transição a outro modo de produção. A complexidade de suas ações, o torna um risco para continuidade da humanidade.

A destrutividade em um modo de produção maduro e global é maior que a dos outros modos de produção pretéritos. O capitalismo forjou suas bases sobre processos violentíssimos, o que nos coloca a pensar sobre a necessidade estrutural de ser destrutivo, para garantir o seu processo de acumulação.

Mais tarde vamos nos ater sobre essa destrutividade estrutural, agora o que nos chama atenção é para se assumir como modo de produção dominante, o capitalismo precisou expropriar o camponês da sua terra e o fazer entrar em diáspora do campo para cidade. Formando-se assim a mão-de-obra livre e assalariada. Mudou-se a forma de se organizar a produção, a terra foi tornada “produtiva” e a industrialização se aproveitou da terra para pastoreio.

O mais pessimista dos camponeses não creria nesse cenário, séculos antes. A *segurança ontológica*, mais uma vez foi abalada para aquela sociedade em crise. O capital traz consigo, no seu estágio mais desenvolvido, uma *insegurança ontológica*. Que nos leva a duvidar que esse modo de produção possa ser transacionado.

A constante divisão do trabalho e a globalidade de ações desse modo de produção traz incertezas quanto ao mesmo. O risco que esse modo de produção global apresenta, reside no seu caráter generalista. Os problemas causados pela sua acumulação afetam toda a humanidade. Por isso, ele carrega consigo um caráter diferente dos demais, podendo ser o primeiro modo de produção da história que não executa um processo transicional, pela complexidade de suas ações, acarretando para humanidade um processo de decadência e barbárie contínua. Em resumo, um caos social “organizado”.

No último capítulo nos deteremos a essa questão. Agora, nos cabe analisar as diferentes correntes que debateram esse modo de produção na história. Os classificando em três categorias analíticas: *perpetuidade, transição e finitude*. Assim está organizado o debate acerca do sistema do capital e suas consequências.

CAPÍTULO II – PERPETUIDADE X TRANSITORIEDADE X FINITUDE: O GRANDE DEBATE CAPITALISTA

As discussões sobre crises e processos de transição dos modos de produção são correlatas a Modernidade. É sobre o espectro capitalista que os diversos autores analisados no capítulo anterior, se basearam nos modos de produção anteriores ou nas sociedades anteriores, para tentar mapear que tipo de contribuições e formações aquelas sociedades trouxeram para o desenvolvimento humano e que culminaram em algo singular como o capitalismo e suas relações.

Dois grandes processos podem ser identificados que diferenciam o capitalismo para as formações anteriores e o configuram como potencial destrutivo da humanidade. O primeiro, a expansão da divisão do trabalho dentro do capitalismo e o desenvolvimento em diversos campos que esse modo de produção logrou fazer. São importantíssimos para o desenvolvimento econômico do mesmo, mas na mesma medida podem trazer consequências destrutivas. Exemplo disso é o desenvolvimento da química nuclear e as bombas nucleares da Segunda Guerra Mundial. Maior expansão e complexidade nos avanços dos meios tecnológicos de produção impactam também negativamente sobre o capital, existe um risco associado a tais desenvolvimentos.

Um segundo grande problema que destaca o capitalismo dos demais modos de produção é o seu caráter global, como primeiro modo de produção global, o seu processo de crise pode levar toda a humanidade a um colapso, o que não ocorre nos outros modos de produção; dado o caráter local de suas relações. Então, relações sociais globais são um risco que esse modo de produção traz para a humanidade. A pandemia que ocorre durante a construção desse trabalho, comprova os riscos que a acumulação e as relações sociais globais trazem para a humanidade. A pandemia do coronavírus/covid19, se espalhou da China por todo o mundo e vem causando estrago, não só como epidemia de saúde, mas como risco a economia, a manutenção de vida das pessoas e a sobrevivência. O globalismo, assim como a divisão do trabalho, assim como o próprio capitalismo, é contradição pura; ao mesmo tempo que encurta relações, desenvolve o mundo e acelera os processos de acumulação, também traz riscos de continuidade, pois qualquer crise pode acarretar problemas para todos no sistema global.

E como se sustentaram e sustentam esses debates, sobre o primeiro modo de produção global da história? Primeiramente, nós identificamos Locke como o primeiro a contribuir para o entendimento do que seria o capitalismo e o que esperava do seu

desenvolvimento. A partir dessa análise fundamental, outros autores foram trazendo considerações, essa categoria, a qual chamaremos de *perpetuidade*, pois existe um caráter de eternidade de relações em prol do capitalismo. Os defensores da mesma, entendem o capitalismo como algo natural na formação humana, a humanidade estava sendo preparada para esse momento de desenvolvimento, por isso ele seria o último estágio de desenvolvimento humano. Não existiria nenhuma formação, nenhum outro modo de produção depois do capitalismo, apenas um capitalismo que sempre se reformaria para sua manutenção. Nessa categoria, o pós-capitalismo, seria o próprio capitalismo reformado, já que ele seria o último estágio de desenvolvimento humano.

Sendo assim, a divisão do trabalho se complexifica, vem o pauperismo e o sofrimento da sociedade sobre o capitalismo. Nesse cenário, Marx, constrói o outro grande grupo contrário a esse modo de produção. Na visão de Marx (2004), toda a história da humanidade até o momento da possibilidade real da classe trabalhadora tomar posse do controle da sociedade, pode ser considerada a pré-história da humanidade. Ela foi necessária para que se chegasse no desenvolvimento das forças produtivas, que possibilitaria o controle da classe trabalhadora.

Desse desenvolvimento de Marx surgiram diversas outras análises, a serem apresentadas mais afrente, inspiradas na sua para defender a necessidade de transição do modo de produção capitalista. Ele não é eterno e natural, sobre determinadas condições históricas, ele pode ser suplantado por outra forma de sociedade, a sociedade da classe trabalhadora organizada. Essas análises imbricam com as mais recentes, que pensam a necessidade da construção socialista dentro do próprio estado capitalista. Aqui, o pós-capitalismo precisa desembocar em outra sociedade, sem divisão de classes, seja pela via direta de revolução ou pela construção desse processo sob o capitalismo.

É no período histórico, do pós-Segunda Guerra Mundial, da ascensão do Toyotismo e do neoliberalismo, como também da vitória capitalista sobre o Socialismo, na Guerra Fria. É nesse hiato, que surgem as análises de *finitude* da sociedade capitalista e com elas os seus desenvolvimentos (ANDERSON, 1992). Essa corrente, não considera o modo de produção capitalista eterno e natural, como também não vê no horizonte do capitalismo uma possibilidade real de transição, dado os dispositivos de controle do capital. E assim por uma série de motivos consideram o capitalismo como um modo de produção que apresenta riscos para a manutenção da humanidade. As análises entendem que a sociedade sobre o capital corre risco de continuidade, devido ao esfacelamento desse modo de produção, em conjunto com a humanidade. Uma espécie de crise

ordenada, que levaria a humanidade ao processo de descontinuidade. O pós-capitalismo dessa categoria é representado pela manutenção de uma acumulação em deterioração, que apresenta riscos a continuidade da humanidade.

Esse tipo de argumentação, na maioria das vezes enfrenta uma barreira das outras correntes. Que enxergam nessas análises, uma visão fatalista de sociedade, uma certa escatologia. Porém, o que essa corrente traz é consequência do período histórico na qual foi iniciada. A derrota das experiências socialistas na Guerra Fria e o descrédito das análises de metanarrativas de transição, em conjunto com a vitória capitalista sobre a sua antítese, leva a formação das análises de descrédito quanto a manutenção dessa sociedade sobre o capital. O risco de descontinuidade das relações sociais em um modo de produção em colapso.

Obviamente categorizar autores é sempre uma tarefa difícil, pois nem sempre esses concordariam com o fechamento dos seus pensamentos em uma só categoria. Porém, essa categorização representa as construções teóricas desses autores que dão sentido a manutenção, a superação e a barbárie nas conjunturas históricas dos seus desenvolvimentos teóricos.

Por isso, essa categorização se torna importante para delimitação das correntes de debate do capitalismo e as influências das mesmas sobre o capital e os momentos de desenvolvimento das mesmas. O surgimento dessas correntes em momentos específicos do capital, delimita problemas que o sistema convive em determinados momentos históricos de desenvolvimento. Assim, ele tem de reformar para crescer, mudar para o desenvolvimento humano ou se manter enquanto incômodo para a humanidade.

Nesse capítulo nos deteremos sobre as análises que debateram o capitalismo na história. Entender essas correntes e seus momentos de formação é importantíssimo, para entendimento de como se configura a produção teórica sobre o capitalismo nos seus processos de crise e desenvolvimento.

TABELA I – Autores e ideias: Perpetuidade, Transitoriedade e Finitude

<u>PERPETUIDADE</u>		<u>TRANSITORIEDADE</u>		<u>FINITUDE</u>	
<i>Locke</i>	<i>Ordem natural, Progresso e produtividade.</i>	<i>Karl Marx</i>	<i>Revolução Proletária; Socialismo/Comunismo; Lei Geral de Acumulação Capitalista.</i>	<i>Mandel</i>	<i>Capitalismo Tardio; mudanças climáticas e a produção capitalista.</i>
<i>Adam Smith</i>	<i>Ordem natural; categorias históricas rígidas.</i>	<i>Proudhon</i>	<i>Anarquismo; sem governo, sem dominação.</i>	<i>Beck</i>	<i>Sociedade de riscos.</i>
<i>Deivid Ricardo</i>	<i>Trajectoria natural das categorias; homem posto na história.</i>	<i>Lênin</i>	<i>Revolução Socialista no Estado capitalista.</i>	<i>Zizek</i>	<i>Crise ecológica; revolução biogenética; desequilíbrios do sistema e exclusão social.</i>
<i>Malthus</i>	<i>Pobreza natural; caridade/benevolência humana.</i>	<i>Mészáros</i>	<i>Transição.</i>	<i>Bauman</i>	<i>Crise ecológica; consumo exacerbado; obsolescência programada.</i>
<i>Hegel</i>	<i>Momento absoluto da história; progresso e razão.</i>	<i>Harvey</i>	<i>Revolução Humanista.</i>	<i>Mészáros</i>	<i>Para além do capital.</i>

<i>Fukuyama</i>	<i>Fim da história.</i>	<i>Wright</i>	<i>Socialismo Social.</i>	<i>Streek</i>	<i>Estado de entropia. Estancamento; redistribuição; roubo do poder público; corrupção e anarquia global.</i>
<i>Rajan e Zingales</i>	<i>Reformar o capitalismo para sua forma natural.</i>				

II.I – Perpetuidade, a ordem natural do capital

Na análise de *Perpetuidade*, aquilo que é perpetuo/eterno, aquilo que se mantém na história, independentemente das condições impostas sobre. Estão diversos autores analisados a seguir, de diversos campos: economistas políticos, filósofos, sociólogos e economistas. Todos esses autores irão identificar no capitalismo a forma de desenvolvimento humano, devido ao grande progresso que esse trouxe para a humanidade. Assim, esses autores compartilham da certeza e da esperança de que a fórmula capitalista é o caminho que a humanidade desenvolveu, dos seus estágios menos desenvolvidos, para a formação mais acabada da história. Existe nessas análises uma ideia de progresso positivo e linear, o acúmulo do desenvolvimento da evolução humana, até o momento maior.

Nesse primeiro momento vamos nos ater aos autores defensores do capitalismo enquanto ordem natural. Uma das primeiras análises de perpetuidade da ordem capitalista é apresentada por Locke (1963), já trabalhamos conceitos de Locke no capítulo anterior, o mesmo é o precursor teórico na Inglaterra dos processos de *melhoramento* e *cercamento* das terras. Esse processo que gerou as condições e as bases para o surgimento do capitalismo agrário inglês.

A visão de Locke era baseada na transformação da propriedade comunal em propriedade privada, grande defensor da propriedade privada, o autor considerava que a terra foi dada por Deus aos homens e esses deveriam fazer tudo aquilo que fosse necessário para transformar a terra o mais produtivo possível. Pois, essa era a vontade de Deus, o progresso dos meios produtivos e do desenvolvimento de técnicas para maior produção das terras era desejo divino e compunha a ordem natural.

Deus, que deu o mundo aos homens em comum, também lhes deu razão para que o utilizassem para maior proveito da vida e da própria conveniência. Concedeu-se a terra e tudo quanto ela contém ao homem para sustento e conforto da existência. [...] Deus a própria razão lhes ordenavam dominar a terra, isto é, **melhorá-la** para benefício da vida, e nela dispor algo que lhes pertencesse, o próprio trabalho. [...] **Ninguém se julgaria prejudicado porque outro homem bebesse, embora fosse longo o trago, se dispusesse de um rio inteiro da mesma água para matar a sede; e o caso da terra e da água, quando há bastante para ambos é perfeitamente.** (LOCKE, 1963, p.19, 22 e 23. Grifo nosso).

Ou seja, retirar a terra do seu estado de natureza era uma necessidade humana latente e ao conferir a terra trabalho, a mesma se tornava propriedade de direito dele. Um direito natural de proprietário dessa terra, mas Locke não fala aqui do produtor direto,

mas sim do proprietário legal da terra, esse era considerado o real possuidor, pois ele como proprietário tinha o poder de transformar essa terra, na compra de trabalhadores para dar a terra o seu sentido natural. Retirar a terra do seu estado inculto para dar-lhe produtividade, progresso produtivo.

Assim esta lei da razão torna o veado propriedade do índio que o matou; permite-se que pertençam os bens àquele que lhes dedicou o próprio trabalho, embora anteriormente fossem direito comum de todos. **E entre os que consideram como a parte civilizada da Humanidade, que fizeram e multiplicaram leis positivos para a determinação da propriedade, ainda vigora esta lei original da natureza, para o início da propriedade do que antes era comum [...].** (IDEM, p.21. Grifo nosso).

Esta era a fórmula a ser perseguida pela humanidade, a propriedade privada. A ordem natural, aquela que Deus deu ao homem em abundância, para retirar a terra do seu estado inculto, pelo trabalho, e conferir-lhe a maior produtividade possível. Uma sociedade que perseguisse esse ideal estava assentada como ordem natural, como desejo divino de desenvolvimento produtivo do homem.

Seja o que fôr que êle retire do estado que a natureza lhe forneceu e no qual o deixou, fica-lhe misturada ao próprio trabalho, juntando-se-lhe algo que lhe pertence, e, por isso mesmo, tornando-a propriedade dele. [...] Desde que esse trabalho é propriedade exclusiva do trabalhador, nenhum outro homem pode ter direito ao que se juntou, pelo menos quando houver bastante e igualmente de boa qualidade em comum para terceiros. [...] **Assim a grama que o meu cavalo pastou, a turfa que o criado coutou, o minério que extraí em qualquer lugar onde a êle tenho direito em comum com outros, tornam-se minha propriedade sem a adjudicação ou consentimento de qualquer outra pessoa. O trabalho que era meu, retirando-os do estado comum em que se encontravam, fixaram a minha propriedade sobre êles.** (IDEM, p.20 e 21. Grifo nosso).

O desejo de Locke era tornar a terra o mais produtiva possível, as suas ideias e o seu engajamento político na Inglaterra pré-capitalismo serviram para as mudanças dos hábitos produtivos, para com a terra. Culminaram nos cercamentos e melhoramentos que levaram a transformação das relações produtivas e formação da “mão-de-obra livre como pássaro” que formaria a classe trabalhadora das incipientes indústrias. Esse processo, como já retratamos no capítulo anterior, dispôs de muito sofrimento aos trabalhadores expulsos dos seus postos de trabalho.

Locke foi percussor das ideias capitalistas, considerado pai do Liberalismo econômico, teve papel importante na guinada produtiva inglesa em favor da ordem natural humana, revelada pelo divino.

Seguindo o caminho da ordem natural, chegamos em Adam Smith (1996), importantíssimo para entendimento do capitalismo, Smith e a “mão invisível” do

mercado, também compartilhava do ideal de progresso produtivo do capitalismo e do mesmo, enquanto ordem natural.

Essa divisão do trabalho, da qual derivam tantas vantagens, não é, em sua origem, o efeito de uma sabedoria humana qualquer, que preveria e visaria esta riqueza geral à qual dá origem. Ela é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, **de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra.** (SMITH, 1996, p.69).

Smith deixa muito claro que uma sociedade, que alcançou um desenvolvimento pela divisão do trabalho, de forma lenta e gradual, não ocorreu por acaso e está ligada a propensão, ou predisposição posta, da humanidade: em intercambiar, permutar e trocar. Aqui os dispositivos de ordem natural funcionam, o desenvolvimento da divisão do trabalho é “consequência necessária” a humanidade está propensa a esse desenvolvimento e um sistema que representa todo esse progresso humano é representativo da natureza humana.

Todavia, ainda que essa ordem de coisas tenha sido observada, em certo grau, em toda e qualquer sociedade, em todos os modernos países da Europa essa ordem foi totalmente invertida, sob muitos aspectos. Nesses países, foi o comércio externo de algumas de suas cidades que introduziu todas as suas manufaturas mais refinadas, isto é, aquelas que eram indicadas para vender seus produtos em locais distantes; e foram as manufaturas e o comércio exterior juntos que fizeram surgir os principais melhoramentos da agricultura. Os hábitos e os costume introduzidos pelo estilo de seus primeiros governos, hábitos e costumes esses que permaneceram mesmo depois de ter esses governos passado por profundas alterações, necessariamente lançaram esses países nessa **ordem retrógrada e antinatural.** (SMITH, 1996, p.371. Grifo nosso.).

Essa passagem é interessante, pois está no capítulo sobre a riqueza nas diferentes nações e demonstra a defesa pela ordem natural e pelo desenvolvimento capitalista a se buscar. Na passagem Adam Smith está discutindo a forma de desenvolvimento natural da humanidade sobre determinado sistema. Para ele o primeiro desenvolvimento humano deve partir do melhoramento da agricultura, posteriormente o desenvolvimento das manufaturas em torno das cidades, pela junção de vários tipos de trabalhos existentes e posteriormente ao desenvolvimento dessas manufaturas; o desenvolvimento do comércio externo, a partir do excedente gerado pelos outros dois desenvolvimentos. A crítica de Adam Smith é que alguns países europeus inverteram essa ordem e já iniciaram no comércio de colônias exterior, desenvolvendo posteriormente suas manufaturas. Quando discutíamos o fim do feudalismo falávamos dos diferentes desenvolvimentos dos mesmos na Europa e que apenas um levou a formação das bases para o surgimento do capitalismo.

A defesa de Smith é que o modelo a ser seguido condiz com o modelo inglês, os outros que acompanharam levaram a formações retrógradas e antinaturais de capitalismo, que atrapalhariam os desenvolvimentos internos desses países, como também dos países nos quais tem comércio exterior. Percebemos como o progresso produtivo de uma país e todo o desenvolvimento da divisão do trabalho faz-se necessário para que seja desenvolvida a ordem natural. E um sistema que busca esse tipo de desenvolvimento é representativo da ordem natural.

Seguindo nossa argumentação chegamos a David Ricardo (1996), a sua preocupação era com a distribuição da riqueza entre as três classes que compunham o capitalismo, na sua visão. Ricardo vai identificar no capitalismo uma contradição na distribuição entre essas classes, um desencaixe e sua teoria busca trazer soluções para esses problemas observados por ele.

O produto da terra — tudo que se obtém de sua superfície pela aplicação combinada de trabalho, maquinaria e capital — se divide entre três classes da sociedade, a saber: **o proprietário da terra, o dono do capital necessário para seu cultivo e os trabalhadores cujos esforços são empregados no seu cultivo. Em diferentes estágios da sociedade, no entanto, as proporções do produto total da terra destinadas a cada uma dessas classes, sob os nomes de renda, lucro e salário, serão essencialmente diferentes, o que dependerá principalmente da fertilidade do solo, da acumulação de capital e de população, e da habilidade, da engenhosidade e dos instrumentos empregados na agricultura.** Determinar as leis que regulam essa distribuição é a principal questão da Economia Política: embora esta ciência tenha progredido muito com as obras de Turgot, Stuart, Smith, Say, Sismondi e outros, eles trouxeram muito pouca informação satisfatória a **respeito da trajetória natural da renda, do lucro e do salário.** (RICARDO, 1996, p.15. Grifo nosso).

Vemos que a preocupação do mesmo é o entendimento da divisão da distribuição, entre: proprietário, arrendatário e os trabalhadores. E como isso se configura no momento histórico vivido por ele. O que nos chama atenção, já que estamos analisando Ricardo como teórico da ordem natural. São as suas considerações sobre a organização do trabalho humano, a citação deixa claro a sua consideração a respeito da fórmula humana capitalista, pois identifica trabalho, maquinaria e capital como estabelecidos na história da humanidade. Como também, a existência e o estudo da trajetória natural da “renda, do lucro e do salário”, questões tipicamente aprofundadas pelas relações capitalistas, mas que se originaram dos processos de desenvolvimento anteriores. O que faz Ricardo um autor da ordem natural e do progresso capitalista é considerar que o homem está posto de forma natural na história, esquecendo os processos que levaram ao surgimento do capitalismo enquanto sistema de organização social. Essas categorias eternizadas pelo

autor dizem respeito a formação capitalista. Sua preocupação é aprimorar o desenvolvimento capitalista.

Encerrando os economistas políticos, precisamos trazer as considerações de Malthus (1986):

A necessidade de alimento para o sustento da vida dá origem, provavelmente, a uma maior quantidade de esforço do que qualquer outra necessidade física e mental [...] **Foi ordenado que a população crescesse** mais rapidamente que o alimento para fornecer os mais permanentes desse tipo [...] As atribuições e os sofrimentos da vida formam uma outra categoria de estímulos que parece ser necessária, por uma peculiar sequência de efeitos, para enternecer e humanizar o coração, para despertar a solidariedade social, criar todas as virtudes cristãs e dar um objetivo ao amplo esforço de caridade. (MALTHUS, p.375,376 379. Grifo nosso).

Malthus é quase um teórico do fim da história. As ideais malthusianas caminham para uma espécie de estagnação e barbárie, porém o mesmo avalia o prisma positivo desse processo. Na sua teoria, a população mundial cresceria de tal forma, que não existiram condições de manutenção da vida de todas as pessoas. Ou seja, a soma total de alimentos na sociedade seria insuficiente para alimentar todos os seres humanos. Isso poderia ser considerado um caráter de estagnação de determinado modo de produção, que poderia gerar caos e a barbárie social, pela fome e pobreza. Malthus avaliava a nascente sociedade capitalista e sua explosão demográfica, acompanhada do processo de pauperismo.

Porém, Malthus como teórico da ordem natural, enxerga nesse processo a formação da solidariedade social e da caridade daqueles que tem muito, na divisão dos que não tem nada. Sabemos que a lógica capitalista não funciona assim duplamente. Primeiro, porque no capitalismo existe desenvolvimento dos meios de produção e de técnicas produtivas que conseguem alimentar toda a humanidade, existe a possibilidade real de se produzir em abundância para todos. Segundo o motivo desse processo não ser executado, reside justamente na própria organização social do capital, a apropriação privada e acumulação coletiva, explicam porque não se pode alimentar a todos e porque muitos estão excluídos do trabalho e conseqüentemente não tem condições de manter a sua vida material.

Para Malthus (1996), a resolução não chegaria com outros tipos de governos mais sociais, pois esse problema nunca seria solucionado, numa justificação divina da pobreza. Porque desde que o mundo é mundo existem os pobres, assim os mesmos continuariam a existir independentemente do governo. O autor considera a pobreza como categoria, que a partir do sofrimento, levaria ao desenvolvimento humano. A caridade e solidariedade social fariam parte desse desenvolvimento.

As “previsões” de Malthus não deram certo, mas ele expôs o caráter de ordem natural da pobreza, enquanto categoria que existiria em todos os estágios da humanidade, pois seria uma espécie de condição humana. O próprio capitalismo derruba as prospecções de Malthus como já mencionamos acima. É pela sua acumulação que esse impasse não pode ser solucionado, pois existem meios para a solução da pobreza no estágio atual da humanidade. O que não existia nos modos de produção anteriores, esses sim eram impactados pelas intempéries e pelos desfortúnios do clima e de pragas que acabavam com produções e contribuía para as grandes fomes. Mas, o desenvolvimento da divisão do trabalho sob o capitalismo permite o controle desses processos e pela globalidade da produção haveria possibilidade de solução, porém a lógica de acumulação desse sistema amplia ainda mais as desigualdades entre as partes do globo.

Superada a ordem natural dos economistas políticos, nos ateremos ao momento absoluto da história, de Hegel, na sua análise sobre o desenvolvimento da consciência na história.

[Suponhamos que], no silogismo da figuração orgânica, o meio-termo, em que recai a espécie, e sua efetividade enquanto individualidade singular, tivesse nele mesmo os extremos da universalidade interior e da individualidade universal. **[Se assim fosse], esse meio-termo teria no movimento de sua efetividade a expressão e a natureza da universalidade, e seria o desenvolvimento sistematizando-se a si mesmo. É desse modo que a consciência, entre o espírito universal e sua singularidade, ou consciência sensível, tem por meio-termo o sistema das figurações da consciência, como uma vida do espírito ordenando-se para [constituir] um todo: é o sistema considerado nesta obra, e que, como história do mundo, tem seu ser-aí objetivo.** Mas a natureza orgânica não tem história: de seu universal - a vida - precipita-se imediatamente na singularidade do ser-aí; e os momentos unificados nessa efetividade - a determinidade simples e a vitalidade singular - produzem o vir-a-ser apenas como o movimento contingente, no qual cada um desses momentos é ativo em sua parte, e no qual o todo é conservado. Porém essa mobilidade é, *para si* mesma, limitada somente a seu [próprio] ponto, porque nele o todo não está presente; e não está presente porque aqui não está como todo *para si*. (HEGEL, 1992, p.190).

Hegel (1992) apresenta qual o sentido da consciência/razão, a evolução da razão até chegar ao momento específico da história. A *história do mundo*. Momento absoluto da história em que a consciência atinge o máximo conhecimento. Na *Fenomenologia do Espírito*, Hegel analisa o desenvolvimento da razão, analisa a partir da ciência e os métodos científicos do período moderno. A modernidade representava para Hegel esse momento absoluto da história, de desenvolvimento da razão e nela temos o sistema capitalista e a sua forma.

Ainda analisando o pensamento de Hegel, Mészáros (2011) nos traz uma interessante frase do pensador.

Por um avanço dialético, a *busca de si próprio subjetiva* transforma-se em mediação do particular ao universal, resultando em que cada homem, ao ganhar, produzir e aproveitar por sua própria conta está *eo ipso* produzindo e ganhando para proveito de todos os outros. A *compulsão* que provoca isto está enraizada na *interdependência* complexa de cada um em relação a todos; agora isto se apresenta para cada um como o *capital permanente universal*. (MÉSZÁROS, 2011, p.32).

Assim, Hegel considera o momento em que a razão se desenvolve plenamente, como momento absoluto da história, que apresenta em si a ideia de fechamento e sem espaços para outros desenvolvimentos posteriores. A humanidade alcançou o momento absoluto da história da consciência. “Os temas e referências mudam mas o sinal de encerramento é insistentemente repetido. Se o fim da história nunca serviu de tema pra Hegel, é fácil ver como foi deduzido a partir dele” (ANDERSON, 1992, pag. 17).

Foram as considerações de Hegel que reatualizaram depois de um bom período, o retorno das análises a respeito da eternidade do capitalismo. E é Francis Fukuyama (1992), inspirado nos escritos hegelianos que traz à tona esse debate intitulado como *fim da história*.

Both Hegel and Marx believed that the evolution of human societies was not open-ended, but would end when mankind had achieved a form of society that satisfied its deepest and most fundamental longings. Both thinkers thus posited an "end of history": for Hegel this was the liberal state, while for Marx it was a communist society. This did not mean that the natural cycle of birth, life, and death would end, that important events would no longer happen, or that newspapers reporting them would cease to be published. It meant, rather, that there would be no further progress in the development of underlying principles and institutions, because all of the really big questions had been settled. (FUKUYAMA, 1992, p.12).

Fukuyama (1992) identifica no progresso, na evolução humana, duas visões de fim de história. A visão hegeliana que condiz com a eternidade do Estado liberal e a visão de Marx que vê na eternidade da sociedade comunista, o fim da história. A concepção de *fim da história* de Fukuyama, surge de um momento histórico específico, a vitória da democracia liberal sobre o modelo socialista no período da Guerra Fria. Essa conjuntura histórica é identificada como o fim da história da humanidade.

As mankind approaches the end of the millennium, the twin crises of authoritarianism and socialist central planning have left only one competitor standing in the ring as an ideology of potentially universal validity: liberal democracy, the doctrine of individual freedom and popular sovereignty. Two hundred years after they first animated the French and American revolutions, the principles of liberty and equality have proven not just durable but resurgent. (FUKUYAMA, 1992, p. 42).

O autor considera que a democracia liberal se mostrou ressurgente, mesmo com o pessimismo ideológico que habitava o século XX pelos impactos dos regimes autoritários

sobre o mundo, mesmo assim a democracia liberal vence e triunfa novamente sobre as demais forças políticas. Em que pese o otimismo liberal de Fukuyama, o mesmo ignora que em outras partes do globo o capital continuava causando destruição e que a ideologia neoliberal nascente criava ainda mais desigualdades no mundo.

O grande problema de Fukuyama é depositar na democracia liberal o fim da história, não como acontecimentos e fatos históricos, mas como sistema político tipo ideal do capital. Como podemos notar e mais afrente adentraremos mais afundo nessa questão, o capitalismo convive com diversas formas políticas. Para a acumulação do capital, não existe limites, desde que determinado sistema imponha limites. Por isso, o mundo hoje já fala em crise da democracia e retorno dos antigos fantasmas. O capital é crise permanente, é contradição permanente.

Ademais, já salientamos nas páginas anteriores, a mudança sobre determinado modo de produção se dá através da transformação das formas de produção e organização do trabalho, em dada sociedade. As mudanças políticas não criam transformação sobre determinado tipo de sociedade ou garante qualquer tipo de eternidade desse sistema. Fukuyama já voltou atrás dos seus escritos, confiar que a democracia liberal reinaria sobre o mundo foi de fato um erro. A ideia de história guiada para concerto dos erros e para positividade da democracia liberal como último estágio, se mostrou errônea. É errônea, pois o capital é um sistema que tem na sua base uma destrutividade estrutural, que usurpa liberdades e as condiciona as necessidades de acumulação.

Saindo do *fim da história* de Fukuyama e sua democracia liberal. Voltamos a realidade enfrentada pelos capitalistas do século XXI, como ajustar um modelo, como reformar um modelo para que ele apresente menos instabilidade e para que ele reverta as desigualdades históricas que mantem sobre a sociedade? É uma preocupação saudável dos economistas liberais, um modo de produção extremamente desigual e que convive com crises está sempre na berlinda. A confiança dos autores de transição se reside exatamente nesse processo, um mundo de desigualdade tamanha que levaria a um processo de mudanças nas formas de organização do trabalho.

Exatamente aí que se mantem a teoria liberal reformista, de manutenção do sistema social, a preocupação com o distanciamento da teoria do mercado e aproximação a um capital político que distancia da naturalidade do modo de produção capitalista, comungado com um retorno as paixões desenfreadas da mão-invisível sem controle. Repousa o bate cabeças liberal nessa direção, qual caminho seguir para amenizar a

acumulação capitalista? Mais mercado, menos governo? Equilíbrio de ambos? Mais restrições políticas, menos mercado?

Rajan e Zingales (2004) tentam resolver essa questão. Salvar o capitalismo dos capitalistas, está relacionado com uma economia liberal mais humanitária, maior redistribuição e criação de uma rede de proteção social aos mais pobres, para que a economia siga em busca de uma soma zero, a partir do ponto de vista liberal. Retirar o dinheiro do caráter de poder político e elitista que o mesmo se estabeleceu, de forma a reequilibrar as forças. Para isso, deveria existir um equilíbrio de mercado tal, para que governo e livre mercado convivessem sem interferir nas ações um dos outros.

Mas os mercados não podem vicejar sem a mão muito visível do governo que é necessário para implantar e manter a infra-estrutura que permite aos participantes negociar de maneira livre e confiante. É aí que surge a tensão política: as mesmas dificuldades de organizar a ação coletiva que precisam da intervenção do governo também impedem que os cidadãos tenham certeza de que o governo atua no interesse público. Interesses privados organizados podem assim prevalecer sobre o interesse público. (RAJAN E ZINGALES, 2004, p.319).

Mas, essas são contradições que assombram o capitalismo desde o seu surgimento, são questões constitutivas desse modo de produção. Por isso, as ações defendidas pelos autores, que perpassa na interferência de comportamentos imanentes do capital e das suas relações, redefinição desses comportamentos econômicos e sociais, basicamente transformam a sua teoria em alvo complicado de ser conseguido. Pretende criar outro homem, sobre a mesma produção e organização da sociedade do capital.

Além de ingênuo e contraditório, em que pese a boa vontade em criar uma rede de segurança social para amparo dos mais pobres do sistema e tentar transformar alguns aspectos da economia para um comportamento mais coletivo. A teoria dos autores esbarra no próprio capitalismo e sua constituição. É mais uma tentativa de reformar o capitalismo para sua manutenção, tentando amenizar os seus erros constitutivos, do que uma teoria para equilíbrio e redistribuição econômica. “O maior perigo para a democracia de mercado em nossos dias não é um retorno ao socialismo, mas uma reversão ao sistema embasado em relações pessoais, restringindo a concorrência sob o pretexto de reduzir o risco” (RAJAN E ZINGALES, 2004, p. 341 e 342). O que fica claro nessa acepção dos autores, outro problema é que a teoria apresentada parece mais afeita aos países desenvolvidos. Num capitalismo em que coexistem várias formas de organização e desenvolvimento, torna-se complicado pensar em um comportamento coletivo de mudança do homem capitalista.

O fim do século XX deu para essa corrente a confiança necessária para confiar na eternidade desse modo de produção, porém dentro da sua própria vertente já existem pensadores preocupados com a lógica de desenvolvimento desse sistema e os riscos de processos raivosos e descontentes contra o sistema. Se a tendência atual não tem surtido efeito para todos, precisará ultrapassar o minimalismo de políticas de desigualdades defendidos pelos clássicos dessa corrente. O momento atual é de preocupação naquilo que o sistema se transformou na atualidade, como ele saiu dos trilhos, seria preciso recolocá-lo no seu centro de equilíbrio perfeito entre mercado e estado, para diminuição da desigualdade.

Esse sistema sempre se preocupou com grandes processos de desigualdades que pudessem se transformar em movimentos insurgentes, os teóricos atuais tem alertado para essa necessidade de reequilibrar o processo para não sofrer com as pressões e tensões geradas pela lógica atual de acumulação.

Dicionário Perpetuidade

PERPETUIDADE



- Ordem natural
- Eternidade
- Momento absoluto da história
- Progresso
- Permanente
- Fim da História
- Reforma
- Manutenção

II.II – Transitoriedade em combate a ordem do capital

O autor representativo da tradição, da mudança social necessária que destituiria o Capitalismo do seu posto, para uma ordem coordenada pela classe trabalhadora — Karl Marx é representativo da tradição da revolução social e da luta de classes. Por isso, é destacado autor com relação a transição da sociedade capitalista para outra ordem. Marx foi crítico ferrenho da tradição de perpetuidade da sua época.

Nessa sociedade da livre concorrência, o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais etc. que, em épocas históricas anteriores, o faziam um acessório de um conglomerado humano determinado e limitado. **Aos profetas do século XVIII, sobre cujos ombros Smith e Ricardo ainda se apoiam inteiramente, tal indivíduo do século XVIII – produto, por um lado, da dissolução das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças produtivas desenvolvidas desde o século XVI – aparece como um ideal cuja existência estaria no passado. Não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da história. Visto que o indivíduo natural, conforme sua representação da natureza humana, não se origina na história, mas é posto pela natureza...** Em tal esquecimento repousa, por exemplo, toda a sabedoria dos economistas modernos que demonstram a eternidade e a harmonia das relações sociais existentes... Nenhuma produção é possível sem trabalho passado, acumulado, mesmo sendo este trabalho apenas a destreza acumulada e concentrada na mão do selvagem pelo exercício repetido. O capital, entre outras coisas, é também instrumento de produção, também trabalho passado, objetivado [*objektivierte*]. **Logo, o capital é uma relação natural, universal e eterna; quer dizer, quando deixo de fora justamente o específico, o que faz do “instrumento de produção”, do “trabalho acumulado”, capital.** (MARX, 2011, p.55).

As críticas aos autores defensores da ordem natural se configuram na consideração a-histórica desses autores, que consideravam o homem posto no mundo, a partir do divino. Ignorando a construção do homem em sociedade e os seus desenvolvimentos até os estágios mais desenvolvidos, de onde aqueles autores apresentavam sua teoria. O esquecimento do trabalho acumulado, da divisão do trabalho de cada período histórico que levou até o estágio do capitalismo. A construção histórica do ser social que é deixada de lado por essas análises.

Essa “alienação” [*Entfremdung*] para usarmos um termo compreensível aos filósofos, só pode ser superada, evidentemente, sob dois pressupostos *práticos*. Para que ela se torne um poder “insuportável”, quer dizer, um poder contra o qual se faz uma revolução, é preciso que ela tenha produzido a massa da humanidade como absolutamente “sem propriedade” e, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riqueza e de cultura existente, condições que pressupõem um grande aumento da força produtiva, um alto grau de seu desenvolvimento. (MARX E ENGELS, 2007, p.37).

Marx identifica que a acumulação do capital levaria a humanidade a uma barbárie tão grande, acompanhada por um mundo de riqueza e cultura existente, que se configuraria como um poder contra o qual se faz uma revolução. E essa revolução estava

condicionada nas mãos daqueles que não tinham nada a perder a não ser os seus grilhões. A classe trabalhadora produtora de toda a riqueza é a classe revolucionária por natureza, pois a produção material está sob as suas mãos, o que mostra toda a sua força como organismo de transformação.

Por isso a humanidade coloca sempre a si mesma apenas as tarefas que pode resolver, pois que, a uma consideração mais rigorosa, se achará sempre que a própria tarefa só aparece onde já existem, ou pelo menos estão no processo de se formar, as condições materiais da sua resolução. Nas suas grandes linhas, os modos de produção asiático, antigo, feudal e, modernamente, o burguês podem ser designados como épocas progressivas da formação económica e social. **As relações de produção burguesas são a última forma antagónica do processo social da produção, antagónica não no sentido de antagonismo individual, mas de um antagonismo que decorre das condições sociais da vida dos indivíduos; mas as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a resolução deste antagonismo. Com esta formação social encerra-se, por isso, a pré-história da sociedade humana.** (MARX, 1977, p. 24 e 25).

Marx (1977) considera que todo desenvolvimento anterior ao Socialismo pode ser considerado pré-história da humanidade, pois ele possibilitou o caminho para a fórmula humana de desenvolvimento. O Socialismo seria a primeira etapa de transformação das relações, ajustando os destroços do Capitalismo em transição. Essa etapa possibilitaria as mudanças no Estado, para a Ditadura do Proletariado, assim como transformaria e extinguiria a propriedade privada.

Então, para Marx, todo o desenvolvimento histórico até o capitalismo seria para a transformação necessária, para reparar a história. Se a história da humanidade foi moldada na luta de classes, o capitalismo leva a uma sociedade em classes, onde a classe trabalhadora que tudo produz se torna detentora do poder. Assim, a dominação da propriedade privada, da acumulação privada dos meios de produção em detrimento da produção coletiva, teria seu fim. Não teríamos aqui o fim da história, mas o início de uma verdadeira emancipação humana.

Assim, o Socialismo daria a liberdade real ao trabalhador que poderia trabalhar, mas sem a relação de dominação e necessidade material que é imposta ao mesmo sob o capital.

O *comunismo* na condição de supra-sunção (*Alfhebung*) positiva da *propriedade privada*, enquanto *estranhamento-de-si* (*Selbstentfremdung*) humano, e por isso enquanto *apropriação* efetiva da essência humana pelo e para o homem. Por isso, trata-se do pleno tornado consciente e interior a toda riqueza do desenvolvimento aqui realizado, retorno do homem para si enquanto homem *social*, isto é, humano. (MARX, 2004, p.105. Grifos originais).

O comunismo é a etapa posterior, que com todas as mudanças estabelecidas, representaria o retorno do homem ao seu estado de humanidade, enquanto homem social. Essas são as considerações de Marx para a revolução da classe trabalhadora e controle do mundo nas mãos daqueles que tudo produzem, como negação da propriedade privada dos meios de produção.

Preocupado também com a propriedade privada e com a relação despótica criada pela mesma, Pierre Proudhon, que recebeu críticas de Marx, a principal no livro “Miséria da Filosofia”; foi um importantíssimo autor de um outro tipo de desenvolvimento social, uma outra alternativa para a acumulação capitalista. A Anarquia ou Anarquismo formaram o pensamento de Proudhon contra a acumulação capitalista e contra o despotismo da propriedade privada.

A propriedade e a realeza estão em decadência desde o princípio do mundo; como o homem procura a justiça na igualdade, a sociedade procura a ordem na anarquia. **Anarquia**, ausência de mestre, de soberano, tal é a forma de governo de que todos os dias nos aproximamos e que o hábito inveterado de tomar o homem por regra e a sua vontade por lei nos faz olhar com o cúmulo da desordem e a expressão do caos. (PROUDHON, 1975, p.239).

A preocupação do anarquista é viver em uma sociedade sem ordem, sem o despotismo e as restrições da lei, principal dos governantes. O homem não precisa do pacto para formação do Estado, seria contra a verdadeira configuração do homem. Assim, a ordem do Estado e a relação de controle do mesmo, motivam o anarquista a desenvolver a sua forma de organização humana.

Seguindo a argumentação de transformação da sociedade, outro autor que se baseou nos escritos de Marx e Engels para a ação de transformação do Estado capitalista é Lenin. Atuante na Revolução Russa aplicou a teoria à prática na tentativa de configuração do Estado Socialista.

É nesta senda de <conciliar> o marxismo que hoje se juntam a burguesia e os oportunistas do movimento operário. Esquece-se, rejeita-se, altera-se o lado revolucionário da doutrina, o seu espírito revolucionário. Coloca-se no primeiro plano, exalta-se o que é ou que parece ser aceitável pela burguesia. (LÊNIN, 1970, p.7).

Lenin é um defensor do Estado Socialista e da revolução para tomada do poder, rejeita qualquer outra via que não a da revolução. Se foca nos escritos de Marx e Engels sobre a revolução da classe trabalhadora e a tomada do Estado pelos trabalhadores. Nessa passagem especificamente se preocupa com um marxismo não revolucionário que vinha se desenvolvendo na Europa.

Lênin é mais um teórico de transição e sua preocupação é com a sociedade vindoura, que deveria estar dominada pela classe trabalhadora. A ação da classe trabalhadora deveria estar focada nessa tomada. Não existiria negociação com os interesses do capital, o caminho para liberdade era a revolução.

Seguindo nossa argumentação chegamos a outro autor da tradição marxista preocupado com a transição da sociedade do capital. Mészáros, tem sua preocupação na lógica de acumulação do Estado capitalista, na crise estrutural na qual está assentada, no sofrimento que essa acumulação traz para a sociedade. Os seus escritos buscam uma transição para outra sociedade, coletiva, que quebre as mazelas que o capitalismo traz para a classe trabalhadora.

Mészáros faz uma análise completa do sistema capitalista, seus dispositivos de defesa, o surgimento do socialismo e as dificuldades de estabelecimento do mesmo e das formas remanescentes. As dificuldades de acumulação do capitalismo, com um processo estrutural de crise, que dificulta a vida da humanidade sobre suas condições de acumulação.

E, embora a formação social do capital (se considerada em sua escala histórica apropriada, englobando toda a época), como diz Marx, tenha caráter indubitavelmente *transitório*, do ponto de vista das forças *imediatamente* engajadas na luta contra sua dominação mortal está longe de ser transitória. Desse modo, para transformar o projeto socialista em uma *realidade irreversível*, temos que completar muitas “*transições dentro da transição*”, tal como em outro aspecto o socialismo se define como “*revoluções dentro da revolução*” que constantemente se renovam. (MÉSZÁROS, 2011, p.597).

A incontabilidade da acumulação do capital e seu caráter irreformável, juntamente com a crise estrutural e o desemprego estrutural sob o capital representam os pontos da falência desse sistema. Na visão do autor, analisando as obras marxistas seriam necessários diversos processos de transformação a partir do capital, para que chegasse o momento derradeiro que a história daria as condições para a transição. Agir sobre o capital, sobre o trabalho e sobre o Estado capitalista para criar “*revoluções dentro da revolução*”. Assim, a ação de ir para além do capital, além das relações sociais capitalistas, para que o processo de transição possa acontecer sobre o capitalismo.

Outro defensor do processo de transição do capital pelo caráter contraditório da lógica de acumulação capitalista. Harvey, acredita que todas as contradições que o capital apresenta ao longo do seu processo de acumulação levará a humanidade a tão sonhada proposta humanista de sociedade.

A única esperança é que a humanidade veja o perigo antes que a podridão avance e os danos humanos e ambientais sejam grandes demais para se recuperar. Diante do que o papa Francisco chamou com toda a razão de

“globalização da indiferença”, é imperioso que, como diz Fanon, “as massas europeias resolvam despertar, sacudir o cérebro e cessar de tomar parte no jogo irresponsável da bela adormecida no bosque”. Se a bela adormecida despertar a tempo, talvez possamos ter um final mais parecido com um conto de fadas. O “humanismo absoluto da história humana”, escreveu Gramsci, “não visa a resolução pacífica das contradições existentes na história e na sociedade, mas é a própria teoria dessas contradições”. A esperança está latente nelas, disse Bertolt Brecht. Como vimos, há contradições convincentes o bastante no campo do capital para semear o solo da esperança. (HARVEY, 2016, p.299).

Em Harvey (2016) o sistema do capital apresenta três grandes grupos de contradições, a saber: contradições fundamentais, mutáveis e perigosas. Harvey é crítico da vertente que analisa o capitalismo no seu processo de *finitude*. Para ele a busca marxista tem que ir em direção ao sujeito revolucionário e a busca pelas brechas históricas que apareceram da lógica contraditória do capital. O autor analisa esse ponto, pois não abandona o sujeito histórico e ação humana para mudar os momentos críticos de sua história.

Por fim, outro autor da perspectiva marxista que também identifica a ação sobre o Estado como necessária para criar um processo de transição sem uma ruptura brusca revolucionária. Criar espaços no estado capitalista, para maior assimilação de características socialistas, até que o capitalismo entre em um processo de transição irreversível.

O modelo proposto aqui, de um socialismo enraizado no empoderamento social, envolve um compromisso com o pluralismo institucional e a heterogeneidade. Em vez de um projeto unitário institucional para transcender o capitalismo, as configurações de empoderamento social, abrem espaço para uma ampla diversidade de formas institucionais. Cooperativas de trabalhadores e projetos locais de economia social, bancos e empresas estatais, regulação social democrática das empresas, crédito solidário e orçamento participativo minam todos, potencialmente, a dominação do capitalismo e aumentam o peso do poder social dentro do híbrido econômico. (WRIGHT, 2012, p.14).

Os dois modelos anteriores de transição apresentam a necessidade de diversificação do processo de minar o capital para transição. O capitalismo como sistema global exigiria uma força de ação conjunta ininterrupta para que se pudesse chegar ao momento derradeiro. Pequenas conquistas que minem o sistema aos poucos até que a superação da ordem do capital, possa ser concluída.

Interessante observar que os fracassos das experiências socialistas e das experiências de tomada de poder ao longo da história, colocam a via de ruptura brusca, no atual estágio, um paço atrás com relação as outras formas de minar o capital internamente. O modelo de tomada violenta do Estado Capitalista, parece no atual momento ceder espaço para uma revolução contínua dos atores imbuídos na mudança.

O marxismo tem diversificado a sua forma de atuação prática, existem defensores ferrenhos do sujeito histórico revolucionário e a tomada do estado, por vias diretas, como o já analisado Lênin. No atual estágio, crescem os defensores de um socialismo para tomada aos poucos de espaços importantes do estado capitalista, para que surja um processo de transição, como em Mészáros e Wright. Ambas vertentes tecem críticas contra si, entre utopias, fracassos e caráter reformista. Enfim, não existe consenso no socialismo atual sobre o processo de transição do capitalismo. Considera-se uma missão humanista essa transição a outro sistema, porém não se enxerga no horizonte as condições reais para tal processo.

A mudança sofrida pelo novo paradigma do socialismo está vinculada a sua existência no momento atual do capitalismo. Existe um receio quanto o momento derradeiro, um mundo de caos existente já está apresentado, porém não há movimentos disponíveis para tais intervenções transicionais. Por esse motivo muda o foco da tentativa de tomada dentro do capital.

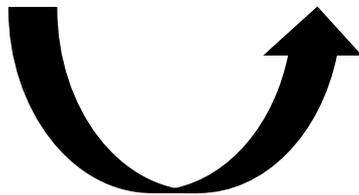
Assim, tomar o estado capitalista aos poucos, tencioná-lo com pequenos movimentos articulados até que se chegue ao momento derradeiro e possa haver capacidade interna e externa de mudança. Essa talvez seja a proposta mais difícil dentro do socialismo, as vitórias conquistadas pela classe trabalhadora ainda estão dentro daquilo que o capital “autoriza” para manter o sistema numa tentativa de coesão. Infelizmente, não é possível esperar que dessas pequenas conquistas, pequenas revoluções possam surgir um movimento de tomada dentro do capitalismo. Pois, o foco é mudar a forma de produzir em sociedade. Isso já ocorreu na história da humanidade, com a URSS, porém mais uma vez reiteramos a questão de um socialismo em um só país. Em choque com a globalidade das ações capitalistas e os processos de controle do sistema. Esse momento é tão importante, que marca a guinada de confiança do movimento de perpetuidade a partir da vitória na Guerra Fria, retração do movimento de transição e expansão do movimento de finitude.

Assim, a derrota do século XX parece ecoar na vertente socialista atual e nos seus apoiadores, prova disso são as divergências quanto a forma de transição do capitalismo, o movimento está tentando se reencontrar. Conseguir achar saídas dentro de si próprio, para as mazelas que o sistema capitalista continua impondo a humanidade. O choque entre ruptura brusca revolucionária e uma ruptura em construção por meio de diversos processos, tem sido o foco do debate atual no horizonte socialista, suscita mais dúvidas do que coalizões para resolução desse paradigma.

No próximo tópico vamos nos ater aos autores que diante das experiências socialistas e diante da acumulação do capital, não acreditam num processo de transição, pelos dispositivos de controle do capital, muito menos na eternidade da ordem natural.

Dicionário Transitoriedade

- TRANSIÇÃO
 - REVOLUÇÃO
 - LIBERDADE
- TRANSFORMAÇÃO SOCIETÁRIA
- AUSÊNCIA DE PROPRIEDADE PRIVADA
 - ESTADO SOCIALISTA
 - COMUNISMO
 - ANARQUISMO
- REVOLUÇÕES CONTÍNUAS
- EMPODERAMENTO DO ESTADO
 - HUMANISMO
 - RUPTURA
 - CONTRADIÇÃO
 - CRISE



II.III – Finitude e o descrédito do sujeito revolucionário na história

Já traçamos aqui o perfil dos autores da corrente de finitude. São autores que ao analisar a conjuntura do momento em que a humanidade vivia sobre o capital, simplesmente desacreditaram no processo de transição. Como também, não acreditam na ideia de um capitalismo perpétuo. Passando a identificar o capital como um potencial destrutivo da humanidade, em que a acumulação geraria processos de desumanização em um capitalismo em deterioração.

Essas análises tem um período histórico delimitado, surgem no pós-Segunda Guerra Mundial, com todos os condicionantes que um sistema global de produção pode acarretar a humanidade (MANDEL, 1985). O século XX trouxe para a história da humanidade períodos violentíssimos em pouco espaço de tempo, que simplesmente colocaram sob a humanidade uma lupa de perigo constante muito grande.

Impactados por esses momentos, reforçado pela derrota dos regimes socialistas contra a democracia liberal, o descrédito contra o sujeito revolucionário histórico é reforçado nas análises desses autores. O capitalismo com sua ordem destrutiva, continuaria reproduzindo todos os processos de sofrimento e desigualdade que a sua acumulação traz para a humanidade.

Não seria considerar o capitalismo como a fórmula humana, mas reforçar os riscos que a acumulação apresenta para a humanidade e o mundo. Assim, esses autores, reúnem em seus escritos o medo com relação a forma como o capital está organizado. Por isso, suas análises reforçam o caráter de finitude das relações sociais sobre um capitalismo em deterioração.

Identificamos como a primeira análise de desconfiança em relação ao capitalismo, em Ernest Mandel (1985), o autor no seu livro sobre o “*capitalismo tardio*”, apresenta considerações sobre as configurações das crises econômicas sobre o capitalismo e os problemas que a mesma apresenta para a humanidade.

Por outro lado, a oposição entre racionalidade parcial e irracionalidade global, enraizada na contradição entre a socialização crescente do trabalho e apropriação privada, uma característica peculiar ao modo de produção capitalista, adquire um potencial tão explosivo que a irracionalidade global do capitalismo tardio ameaça, a médio prazo, não apenas a forma presente da sociedade, mas toda a civilização humana. (MANDEL, 1985, p.402).

O autor identifica, a crise ecológica, os perigos das bombas nucleares, a venda de alimentos com venenos/inseticidas e a própria lógica do capital, como fatores perigosos para o desenvolvimento humano. Por isso, o autor traz como necessária a transformação

societária na via socialista, para que o autodesenvolvimento da ciência para a humanidade não se transforme em autodestruição dos indivíduos e do mundo.

Seguindo a nossa argumentação, podemos trabalhar a *sociedade de riscos*, de Beck. O autor apresenta considerações importantes sobre a organização do capital no período analisado. A dinâmica do risco é uma nova configuração do capitalismo no estágio atual, o próprio capitalismo e suas instituições adotaram o risco como expertise de trabalho sob determinadas áreas, pois a acumulação e o desenvolvimento da divisão do trabalho nesses áreas, apresentam limiares perigosos de risco contra a humanidade ou aos indivíduos que partilham do mesmo espaço desses empreendimentos ou tecnologias.

Na medida em que essas condições se impõem, ocorre que um tipo de histórico de pensamento e ação é relativizado ou recoberto por um outro. O conceito de “sociedade industrial” ou de “classes” (na mais ampla vertente de Marx e Weber) gira em torno da questão de como a riqueza socialmente produzida pode ser distribuída de forma socialmente desigual e ao mesmo tempo “legítima”. Isto coincide com o novo paradigma da sociedade de risco, que se apoia fundamentalmente na solução de um problema similar e no entanto inteiramente distinto. Como é possível que as ameaças e os riscos coproduzidos no processo tardio de modernização sejam evitados, minimizados, dramatizados, canalizados [...]. (BECK, 2010, p.24).

Beck apresenta um novo tipo de preocupação na sociedade de modernização tardia, a sua preocupação era com os riscos que o desenvolvimento tecnológico e a divisão do trabalho propiciam a humanidade. Se por um lado o desenvolvimento tecnológico é positivo para o desenvolvimento da própria humanidade e do próprio sistema capitalista, existem condicionantes que trazem riscos a esse processo. Um exemplo disso são as barragens de rejeitos operadas pela Vale e parceiras, que deram problema em Mariana e Brumadinho, Minas Gerais, ambas representam o desenvolvimento econômico e tecnológico; porém carregam consigo riscos de aviltamento ecológico e da humanidade, constatado nos dois processos de rompimento das barragens.

O autor parece considerar que nesse estágio de desenvolvimento industrial uma preocupação com o risco, em descrédito a desigualdade de classes e da riqueza produzida. Nesse ponto discordamos do autor, pois o próprio desenvolvimento e a lógica do capital é que fazem com que a divisão do trabalho e o avanço tecnológico sobre o mesmo seja cada vez ampliado. A própria lógica de acumulação que leva a esse desenvolvimento, então não cremos numa mudança de paradigma, talvez um acréscimo dos riscos que o desenvolvimento tecnológico e a divisão do trabalho atual, representam para a humanidade.

Interessante salientar que a Sociologia Clássica via na divisão do trabalho uma via de mão dupla, o crescimento representado pela divisão do trabalho, não anulava os riscos

que os desenvolvimentos tecnológicos e produtivos trazem. O que esses autores concordam é que o capitalismo, enquanto modo de produção, propiciou esse desenvolvimento histórico da divisão do trabalho de forma absurda. Portanto, a divisão do trabalho em contínuo desenvolvimento representa riscos a continuidade da humanidade, pois agrega processos positivos a humanidade, mas realça processos destrutivos sem o controle necessário. A divisão do trabalho no capitalismo é representativa de um *limite destrutivo racional*. Por isso, o estágio atual é marcado por análises de risco.

O próximo autor a ser analisado é Zizek, talvez ele seja o expoente da crítica de finitude na sociedade capitalista, contemporaneamente. Os escritos de Zizek (2012) tem tido como foco a análise da decadência da sociedade capitalista e os riscos que a mesma apresenta para a humanidade. Apresenta também os problemas enfrentados pelo socialismo no esforço de transição do capitalismo.

A premissa deste livro é simples: o sistema capitalista global aproxima-se de um ponto zero apocalíptico. **Seus “quatro cavaleiros do Apocalipse” são a crise ecológica, as consequências da revolução biogenética, os desequilíbrios do próprio sistema (problema de propriedade intelectual, a luta vindoura por matéria-prima, comida e água) e o crescimento das divisões e exclusões sociais.** (ZIZEK, 2012, pag.12. Grifo nosso).

O autor vê no horizonte capitalista o risco ao meio ambiente, a expansão do capitalismo e as consequências a ecologia mundana. Também identifica o avanço da ciência em torno da biogenética e os riscos da mesma. A questão da própria dinâmica de acumulação capitalista e as consequências para a manutenção da humanidade. E o traço mais marcante, que é presente em várias das obras sobre finitude e até mesmo nas de perpetuidade e transição, a dinâmica capitalista de acumulação e o seu processo de exclusão e aumento das desigualdades.

Mais recentemente, Zizek (2016), não abandona os seus apontamentos sobre o “apocalipse capitalista”, mas aponta saídas para que a humanidade evite viver sob um sistema em deterioração que apresenta riscos para sua continuidade. O autor apresenta desconfiança quanto ao marxismo e o sujeito revolucionário. Mas, observa a necessidade de operar sobre a dinâmica de distribuição do capital, basear-se em sistemas de trocas para que a humanidade não desfrute da desigualdade da acumulação capitalista. Apresenta também, que talvez o modo de produção capitalista seja o único modo de produção que dará a humanidade essa abundância em termos produtivos e tecnológicos, de forma que um ajuste nessa dinâmica de distribuição pode ser positivo para a

humanidade. Reconhece uma certa utopia nessas ideais, mas acredita ser necessário criar alternativas para que se reverta esse processo destrutivo sob o capital.

Em Bauman (1999) dois grandes conceitos são importantes para explicar o estágio atual do capitalismo, a modernidade e os seus processos e a globalização. Esses são só dois grandes conceitos que representam o tempo presente de Bauman, o autor considera problemática essa conjuntura. De uma modernidade mais dura, para uma mais efêmera, em que as relações sociais são mediatizadas, o indivíduo se torna mais egoísta no processo de socialização e a globalização afeta as questões nacionais. Esses dois conceitos de análise de Bauman são vistos com pessimismo para a humanidade.

Rosa Luxemburgo divisou um capitalismo que pereceria por falta de comida – sucumbindo por ter devorado o último bocado de “alteridade” que lhe servia de alimento. Cem anos depois, parece que um dos resultados mais fatais – talvez o mais fatal – do triunfo global da modernidade é a crise aguda da indústria e da remoção do lixo humano: com o volume de refugo humano supera a atual capacidade gerencial, há uma expectativa de que a modernidade, agora planetária, se sufoque nos seus próprios dejetos, que ela não pode reassimilar nem suprimir. (BAUMAN, 2005, p.89).

Para Bauman, dois processos são perigosos na modernidade a crise ecológica causada pela sociedade do consumo e a *obsolescência programada* do tempo presente. Adensado pela exclusão dos não integráveis ao sistema, seja via mercado de trabalho. Ou geograficamente com a expulsão de refugiados para zonas periféricas ou os menos despossuídos para as zonas periféricas das cidades. Bauman usa o binômio modernidade-globalização para analisar os problemas da humanidade na atualidade. Considera que essa expansão faz com que todos os povos passem a compartilhar de problemas, ora localizados.

Seguindo nossa argumentação, retornamos a Mészáros (2003), o autor defende que sem o socialismo, a tendência sobre a ordem do capital é barbárie. Mészáros se posiciona na transição e na finitude, pois ao mesmo tempo que defende a necessidade de transição, tem enorme preocupação se a mesma não ocorrer e o capitalismo se manter enquanto sistema. Por isso, é necessário buscar formas ininterruptas de transição para outro sistema social.

Pelo menos agora os limites *absolutos* da existência humana – tanto no plano militar como no ecológico – têm de ser avaliados, não importa quão distorcidos e mistificadores sejam os dispositivos de aferição da contabilidade socioeconômica capitalista. Diante dos riscos de uma aniquilação nuclear, por um lado e, por outro, de uma destruição irreversível do meio ambiente, tornou-se imperativo criar alternativas práticas e soluções cujo fracasso acaba sendo inevitável em virtude dos próprios limites do capital, os quais agora colidem com os limites da própria existência humana. (MÉSZÁROS, 2011, p.993).

Para Mészáros (2000) o desenvolvimento tecnológico e produtivo do capitalismo traz elementos perigosos para a manutenção do sistema e da humanidade. A própria lógica de acumulação do mesmo faz com que o sistema seja incontrolável contra as reformas adotadas, passando a ser perigoso para a humanidade. Os riscos militares e ecológicos são fatores a se levar em conta, na atual fase do capitalismo.

Por fim, uma das análises mais recente sobre o capitalismo em processo de deterioração, Streek (2017) apresenta considerações importantes acerca do processo final de relações sociais sobre o capitalismo. O conceito usado pelo autor, um estado de *entropia*, em que o sistema viveria sobre uma desordem, nos últimos vestígios sobre a terra, representativo de riscos para a humanidade.

Lo que vendra despues del capitalismo y su crisis final, sugiero, no sera el socialismo o algun otro orden social definido, sino un *interregno* duradero; no un nuevo sistema mundial en equilibrio *a la* Wallerstein, sino un período prolongado de entropia social o desorden (y, precisamente por ese motivo, un periodo de incertidumbre e indeterminacion). (STREEK, 2017, p.29).

O estado de entropia ou desordem é representativo de incerteza quanto as consequências do mesmo para a sociedade. Muitos processos de desumanidade que em um sistema em deterioração, representam o caos social para a humanidade. “yo senalaba cinco <<desordenes sistemicos>>, que han asolado al capitalismo contemporaneo y que probablemente condicionaran su futuro o no futuro: estancamiento, redistribucion oligarquica, saqueo del sector publico, corrupcion y anarquia global” (STREEK, 2017, p. 45). Estancamento econômico, o poder político sobre o capitalismo, roubo do setor público e corrupção, juntamente de anarquia global. Esses são os fatores que o autor acredita serem responsáveis pela queda do capitalismo e estabelecimento da desordem mundial.

Portanto, esses são os autores que trabalharam a categoria finitude no decorrer da história recente do capital. Essa categoria surgiu recentemente, fruto das condições históricas postas sobre o capitalismo. Não é um simples movimento teórico de pessimismo, que se opõe as categorias de capitalismo perpétuo e dos movimentos de transição para outro modo de produção.

Como também, não são obras escatológicas sobre o fim do mundo – começo, meio e fim – representam análises fortes sobre diferentes prismas de análise, que consideram o capitalismo atual um risco a continuidade da humanidade, por ser um modo de produção em crise. Adensado pelo grande desenvolvimento que o mesmo apresenta para a humanidade e dos riscos destrutivos desse desenvolvimento.

Uma coisa é certa, os autores dessa categoria serão chamados de alarmistas, pessimistas e fatalistas. Mas, não configura simples processo de criação de medo e desconfiança sobre a humanidade. O movimento atual do capital traz preocupações para as próprias correntes capitalistas e setores do capital. Analisar os riscos do desenvolvimento tecnológico recente é tarefa de vários setores produtivos do capital, na tentativa de prever erros que causam demasiados danos a humanidade. Portanto, na acumulação do capital e na divisão do trabalho sobre o capital existe um *limite racional destrutivo*. É necessário controlar os efeitos negativos da produção, para realçar os efeitos positivos e benéficos a humanidade. Porém, o sistema caminha sobre um limiar perigoso de efeitos positivos e negativos sobre a sociedade.

O que a corrente de finitude faz é analisar os riscos dessas tendências negativas sobre a acumulação do capital. Uma das tendências que é frisada por praticamente todos os estudos sobre esse processo está baseada na crise ecológica e os riscos ao meio ambiente na lógica de produção e consumo sobre o capital. Como também, realçasse os processos de desigualdades extremas sobre o capital a partir da sua dinâmica de funcionamento.

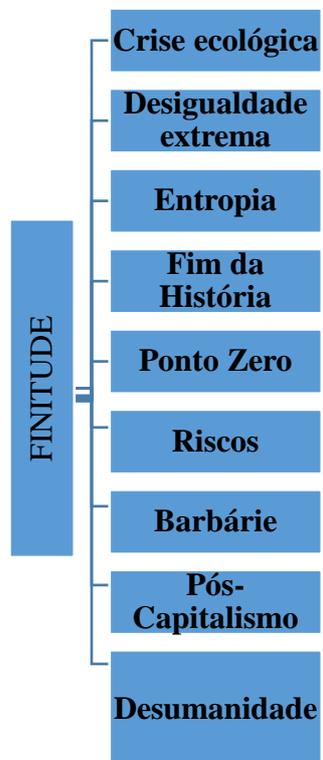
O pós-capitalismo dessa categoria é uma sociedade vivendo sobre um sistema em processo de deterioração, uma espécie de caos social organizado e naturalizado, uma espécie de desordem racional, causada pela lógica de acumulação capitalista. Não se trata aqui, do pacto social de Hobbes, para formação do estado e controle das paixões individuais, com o *homem na guerra de todos contra todos*. A preocupação aqui reside exatamente nesse ponto, não é um pós-capitalismo sem Estado, mas um pós-capitalismo com um sistema em deterioração. Os processos de barbárie e sofrimento humano, sendo naturalizados nessa sociedade em crise. Assim, o sofrimento causado pelos processos de crise-transição, no capitalismo, pode ser representativo de um dos processos mais desumanos da história da humanidade.

Essa categoria nada tem de comum com processos de escatologia ou extremo pessimismo e descrença na ação revolucionária. Se nas sociedades anteriores a confiança na manutenção daquela sociedade e do sistema, sempre existia, já que se vivia sobre os modos de produção pretéritos, o seu cotidiano e o depois era tido pelo mesmo cotidiano. Não se esperava surpresas com relação a isso. Já o capitalismo inaugura uma nova fase, a preocupação com a sua reforma, a sua derrota revolucionária e o risco derradeiro para a humanidade. Se não existe confiança no cotidiano capitalista é porque chegamos a um momento ímpar na história. O desenvolvimento desse modo de produção é tamanho que

existem discussões sobre os seus processos. A insegurança estabelecida por esse modo de produção abala toda segurança que amanhã o cotidiano permanecerá.

Portanto, a corrente de finitude vem ganhando espaço no estágio histórico atual do capitalismo. Ela não acredita na eternidade desse modo produção, pela própria lógica de acumulação do mesmo e suas consequências. Dispensa o sujeito histórico e as experiências socialistas, pelo fracasso, com exceção de Mészáros. Assim, acredita que o pós-capitalismo é composto por relações destrutivas e naturalizadas pela dinâmica de um sistema em deterioração, representativo de riscos a humanidade.

Dicionário Finitude



CAPÍTULO III – PÓS-CAPITALISMO: RUPTURAS NO TECIDO SOCIAL DO CAPITALISMO ENTRÓPICO

Ironicamente, de um ponto de vista negativo, esse trabalho se desenvolve num país de periferia do capital, em meio a uma pandemia global, que tem assolado todas as nações do mundo. Ela vem causando mortes e estagnação econômica, que se arrasta desde 2020, essa conjuntura é sintomática daquilo que estamos construindo nessas páginas. A tendência de novos eventos desse tipo e de outras formas está relacionado com a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo.

Não existe possibilidade de retorno, os germes liberados pelo primeiro modo de produção global da história, o colocam como uma *real ameaça ao gênero humano*. Não existe segurança, a imprevisibilidade é a marca e a tendência do pós-capitalismo. Um vírus é capaz de afetar todas as partes do mundo, a partir dos contatos e da velocidade com que o cotidiano capitalista, diminui as distâncias geográficas.

Mas, o pós-capitalismo não seria a *guerra de todos contra todos*? Não, a uma grande diferença entre a abdicação individual para formação do Estado, como gerente de interesses coletivos. É um processo de deterioração de um modo de produção que arrasta consigo toda a humanidade. A questão é mais embaixo, a tendência a um estado de desordem global, mas que sustenta determinada ordem. Um tipo de acumulação de sofrimento, que pela naturalização dos processos faz com que o capitalismo e a humanidade se autodestruam.

Não há saídas, o sofrimento local é experimentado por outras partes do mundo, a generalização desse modo de produção possibilita o desenvolvimento necessário para diminuir o tempo e o espaço, porém compartilha os ônus da acumulação. O problema não é mais de um país, de uma região, de um estado, de um local específico ou daquele povo. Todos compartilham da produção da riqueza e da produção de tormento.

Já desenvolvemos questões a respeito dos modos de produção pretéritos, assim como dos autores que analisaram e analisam o modo de produção capitalista na história. Entender esses contextos é de extrema importância para o entendimento da sociedade capitalista atual, como também é importante para podermos basear a nossa crítica em relação a sociedade capitalista e o risco que a mesma traz para a humanidade.

Para isso, voltamos a Marx (1996b), na *Lei Geral de Acumulação Capitalista*. Essa lei na teoria marxiana sobre o capitalismo é de extrema importância para o entendimento do funcionamento da sociedade capitalista desenvolvida. O autor nos traz

que a partir da acumulação ampliada do capital, onde já estão desenvolvidos os capitais fixo e constante, bem como a produção e a acumulação capitalista. Nessas condições, o que Marx apresenta, é que a Mais Valia ou a extração de mais valor funcionam de forma desenvolvida para o capital. A mais valia é o tempo de trabalho que o trabalhador cede ao capitalista no processo de produção. É um processo de produção a mais daquele necessário para o pagamento do salário, processo que estabelece a acumulação ampliada do capital por parte do capitalista. Que a partir do mais valor conquistado no primeiro ciclo de produção, reinveste em capital fixo e constante, para criação de mais valor e maior acumulação.

A tendência da lei geral do capitalismo é que a quantidade de trabalhadores desocupados cresça, em razão do investimento maior no capital fixo, nas tecnologias e nos avanços produtivos, que permitem maior expansão de acumulação capitalista, sem empregar um quantitativo grande de trabalhadores no processo. Essa criação do que Marx chama de *superpopulação relativa ou exército industrial de reserva*, ou seja, a tendência ao emprego de mais tecnologias no processo de produção do capital, que vai atenuando a necessidade de contratação de mão-de-obra para determinados serviços, diminuindo o número de contratações e aumentando o lucro, pela produtividade maior e menor investimento acumulado. “Todo capitalista tem interesse absoluto em extrair determinado quantum de trabalho de um número menor de trabalhadores, ao invés de extraí-lo de modo tão barato ou até mesmo mais barato de um número maior de trabalhadores” (MARX, 1996b, p.266).

A tendência da lei geral também é impactar o processo capitalista, entra em jogo aqui o desenvolvimento do capital financeiro, que vai agregar poder a alguns capitalistas que se tornaram pioneiros nos processos de desenvolvimento produtivo e passaram a anexar os capitalistas menores criando monopólios gigantescos. Esse processo de concentração e centralização de capitais, que leva a anexação de capitalista por capitalista.

Nesse processo a classe trabalhadora tende cada vez mais nos ciclos produtivos compor a parte da sociedade, sem condições de se manter e com apenas a sua força de trabalho a oferecer. O *exército industrial de reserva*, impacta nos salários baixos para a produção e controle dos trabalhadores necessários para troca no processo produtivo. A tendência ao aumento do *exército de industrial de reserva*, juntamente com anexação de capitalista por capitalista, leva a um mundo de riqueza e pobreza contrastante, com pouquíssimos capitalistas detendo grandes fatias do mercado e um mundo gigantesco de trabalhadores em condições desumanas.

A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. *Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista.* (MARX, 1996b, p. 274).

O que Marx nos traz é que a tendência a expulsão dos trabalhadores dos processos de trabalho a cada novo ciclo produtivo, representa a própria forma pela qual o modo de produção será superado. Se a classe trabalhadora é o sujeito revolucionário por natureza, pois tudo produz. Quanto mais trabalhadores são depositos dos processos de trabalho, ainda mais força para superação dessa sociedade existirá.

Finalmente, a lei que mantém a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva sempre em equilíbrio com o volume e a energia da acumulação prende o trabalhador mais firmemente ao capital do que as correntes de Hefáisto agrilhoaram Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. **A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital.** (IDEM, p.275).

E a tendência da lei geral na acumulação ampliada do Capital, no sistema já desenvolvido, passa por estabelecer o contraste entre o mundo de riqueza e pobreza absurdas. Uma contradição gigantesca existente que será capaz de ao penalizar a classe trabalhadora e favorecer a classe capitalista, criará as bases para um processo revolucionário. Aqui se estabelecerá o processo de transição sobre o capital. Se o momento histórico de tomada é representativo de uma sociedade de barbárie em expansão, com um mundo de riqueza igualmente existente. “um poder contra o qual se faz uma revolução, é preciso que ela tenha produzido a massa da humanidade como absolutamente “sem propriedade” e, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riqueza e de cultura existente” (MARX E ENGELS, 2007, p. 38 e 39).

Três ou quatro séculos depois dos escritos de Marx, o capitalismo continua enquanto modo de produção. E as condições apresentadas, já estão em voga no século XXI. Em 2017, um por cento dos mais ricos do mundo detinha a mesma riqueza dos outros 99% da população mundial.² Em 2018, mais de 80% da riqueza do mundo estava nas mãos dos um por cento dos mais ricos do mundo.³ Em 2020, somente os bilionários

² Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn Acessado em: 20/07/2021.

³ Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/mais-de-80-da-riqueza-do-mundo-esta-nas-maos-de-1-da-populacao-22012018> Acessado em: 20/07/2021.

detinham 60% da riqueza do mundo.⁴ Em 2021, diante de um cenário de pandemia tem crescido o número de mais ricos.⁵

Já chegou a época ou o momento derradeiro contra o qual se criaria um poder revolucionário, mas por qual motivo o capitalismo não sofreu um processo de transição? Isso pode ser respondido de diversas formas: os dispositivos de controle do capitalismo cooptaram as forças de luta da classe trabalhadora; um desânimo depois da derrota socialista na Guerra-Fria; as dificuldades da classe trabalhadora de aglutinar forças no período atual, pelos dispositivos de alienação do capital fora e dentro da produção e demais questões.

Se as condições de transição estão dadas, por qual motivo ainda não ocorreu uma transição do capitalismo para outro modo de produção? A resposta está no que estamos defendendo ao longo desse texto. Por ser o primeiro modo de produção global da história da humanidade, o capitalismo não será transacionado, não porque ele é eterno e natural ou a fórmula humana. É, pois, pelo seu caráter global, quaisquer contradições em modos de produção anteriores já teriam levado a substituição da produção e há um novo tipo de modo de produção. Basta ver como o feudalismo inglês orientou o desenvolvimento dos outros tipos de feudalismo ao seu redor e se tornou um exemplo a seguir. Mas, tais mudanças ocorrem em espaços geográficos muito pequenos e com diferenças de desenvolvimento dos organismos na sociedade. Estavam em construção as delimitações de países, não havia chegado ao desenvolvimento atual.

A burocracia estatal da modernidade formada nos desenvolvimentos do próprio capitalismo e os contextos de cada país, impedem uma espécie de revolução global sobre o capitalismo. Por isso, as tentativas de mudança em um só país fracassam e sempre irão fracassar. O capitalismo aponta como último modo de produção da humanidade, que na nossa interpretação, não pode ser reparado, não pode ser transacionado e levará a humanidade a um processo de descontinuidade.

⁴ Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/19/1percent-mais-ricos-do-mundo-detem-mais-do-dobro-de-69-bilhoes-de-pessoas-aponta-ong.ghtml>

Acessado em: 20/07/2021.

⁵ Disponível em:

<https://www.infomoney.com.br/economia/mundo-ganha-milionarios-na-pandemia-no-brasil-numero-de-ricos-cai-e-desigualdade-aumenta/>

Acessado em: 20/07/2021.

A humanidade tem tentado pressionar o capital em busca de uma transição, a primavera dos povos (1848), as revoluções na Rússia (antiga URSS), China, Cuba e demais. Porém, tais revoltas e revoluções não foram capazes de transformar o capitalismo. E o dia depois de amanhã, permaneceu no cotidiano capitalista. Infelizmente para os humanistas, o capitalismo aponta como o último modo de produção da humanidade. Por isso as teorias marxistas mais recentes (WRIGHT, 2012), pedem por um *socialismo social*, a partir da tomada do estado capitalista e maior distributividade e combate à desigualdade. Não muito diferente das teorias liberais mais recentes, que pedem um capitalismo mais redistributivo e que busque amenizar as desigualdades, através do equilíbrio perfeito do mercado e atuação do estado.

O mundo atual é mais pessimista e suas teorias certamente tendem a inspirar a representação de mundo e cotidiano vivido. Porém, não dá para desconsiderar que o capitalismo, nas condições impostas por Marx já teria levado a humanidade a uma transição. Pois, o momento de extrema desigualdade e barbárie sobre o mundo já existe, não é um processo a se esperar. Restaria aqui a tomada de consciência dos trabalhadores, que seria “automático” na visão de Marx. Porém, não se apresenta. Assim, o fato de ter que expandir a sua acumulação para se tornar um modo de produção global, faz com que capitalismo tenha uma proteção contra processos de transição, maiores que os modos de produção pretéritos. Por isso, os processos de transição tentados até aqui fracassaram. Por isso, 1848 é tido como uma perda, que não deveria ter ocorrido. O capitalismo ainda estava em desenvolvimento e existia brecha para tal. Já no capitalismo desenvolvido e global, processos de transição são mais facilmente travados, pois surgem em algum lugar e as potências mundiais estão sempre atentas a tais movimentos.

Mas e a luta de classes? Não haveria nenhuma forma de combater a atual ordem? “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes [...] uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito” (MARX E ENGELS, 1998, p.40). O atual cenário é baseado na crítica de movimentos parciais na pós-modernidade - lutas políticas, de gênero, étnico-raciais, de espaço, de trabalho e etc. Mas, nenhum movimento conciso e geral. Os defensores desses movimentos, como Harvey (2011), creditam esperança que eles possam tencionar a ordem, as pequenas revoluções contra o sistema. Então os próprios movimentos de luta se transformaram na dinâmica atual. A humanidade não assistiria passivamente o seu processo de aviltamento? Aí existe uma tendência do modo de produção capitalista que é de grande força, naturalizar processos

de extrema barbárie. Uma grande característica do capital, que contribui para sua manutenção. Naturalizar o caos social é algo imanente dos dispositivos desse sistema.

III.I -- Estagnação e esgotamento na periferia do capital

No capítulo II vários autores trouxeram as suas considerações, a respeito: do “fim do mundo”; “fim da história”; “ponto zero”; “entropia”; “fim da humanidade” e etc. Praticamente todos os autores analisados, tem uma visão eurocêntrica de capitalismo, na qual acreditam que o sistema funciona e impactará a humanidade a partir do centro. A nossa visão diverge exatamente nesse ponto, esse trabalho tem desenvolvido o foco na periferia do capital e nos riscos que o esgotamento da mesma representa para o sistema.

Mas, primeiro, o que consideramos como periferia do capital? Por questões ideológicas e metodológicas, centro x periferia, assumem diversas formas de discussão – desenvolvimento versus subdesenvolvimento; norte global versus sul global; progresso versus atraso e matriz versus colônia. Enfim, tais conceitos foram atribuídos nos desenvolvimentos pós e durante capitalismo, já que as navegações marítimas se iniciaram antes do capitalismo e foi importante fator para surgimento e sobretudo desenvolvimento do mesmo. A partir desses contatos, tal definição divide o mundo entre países que foram pioneiros nos processos de desenvolvimento produtivo e dominaram áreas; e países que na escala de desenvolvimento produtivo foram assolados por outros países, que se estabeleceram nos seus territórios e se aproveitaram do fornecimento das suas matérias-primas.

Falamos da formação de um mercado global de relações que se desenvolveu sobre o capitalismo e fez com que esse modo de produção se estabeleça como o primeiro modo de produção global da história. Por isso, nosso trabalho diverge daqueles trabalhos baseados somente no capitalismo europeu, a uma contradição importante que não deve ser ignorada, nos processos produtivos do capital, que está relacionado com a própria manutenção do modo de produção capitalista.

Na introdução do capítulo trouxemos a consideração de Marx, sobre a *Lei Geral de Acumulação Capitalista*. Para tentar captar qual aspecto do modo de produção capitalista que pode desencadear uma lógica destrutiva, identificamos o *esgotamento da periferia do capital*. Numa relação de interdependência entre centro e periferia, a lei geral de acumulação capitalista também se aplica. Processos de concentração e centralização de riquezas que se deram pelos países antes do capitalismo, prosseguem no desenvolvimento do capitalismo, na ampliação do polo de riqueza e de pobreza. Essa relação não se dá apenas entre capitalista e trabalhador (individual ou coletivo), mas também se dá entre os países. O processo de acumulação do capital amplia o fosso entre

os países. Esse é o ponto que na nossa interpretação, desencadeia o limite destrutivo racional imposto pelo capital à humanidade. A periferia do capital mantém o sistema capitalista de pé, esse sistema só é global, pois precisa dessa expansão de acumulação para se manter.

Esse é o ponto que deve ser desprendido da dinâmica capitalista, do mesmo modo que o sistema cria um pólo de riqueza e pobreza, a partir da dinâmica da produção socializada e a acumulação privada da riqueza, os países sobre o capital experimentaram a mesma dinâmica na formação dos monopólios, concentração e centralização representaram para os países de capitalismo central uma posição privilegiada no autodesenvolvimento do capitalismo, assim como deram aos países periféricos uma posição de crise permanente e insegurança dos seus processos.

Outro processo que se desprende dessa relação e a vincula a *lei geral de acumulação capitalista* é que a acumulação primitiva de capital é tida por Marx como o momento decisivo de separação do produtor e dos meios de produção, a propriedade privada e o trabalho assalariado. Essa relação permanece no desenvolvimento do capitalismo, vários países convivem na dinâmica global da acumulação capitalista, convergindo com países em processo de *acumulação primitiva de capital*. A característica marcante do modo de produção capitalista, que também é um fator que protege e impossibilita o sistema de transacionar é que dentro do modo de produção capitalista convivem várias formas de desenvolvimento capitalista. Esse processo se dá, pois, o desenvolvimento da acumulação global do sistema se choca com os aspectos locais das dinâmicas internas de cada país, em contato com o modo de produção do capital.

Em outras palavras, a acumulação primitiva de capital e a acumulação do capital através da produção de mais-valia não são apenas fases *sucessivas* da história econômica, mas também processos econômicos *convergentes*. Até hoje, ao longo de toda a história do capitalismo, processos de acumulação primitiva de capital têm constantemente coexistido junta à forma predominante de acumulação de capital, através da criação de valor no processo de produção. (MANDEL, 1985, p.30).

Se a dinâmica de desenvolvimento do modo de produção capitalista insere vários países na economia global, com diferentes formas de desenvolvimento produtivo, ele cria um processo duplo de fortalecimento do seu processo de manutenção da produção contra processos de transição, já que os desenvolvimentos diferentes impossibilitam a formação de uma luta conjunta contra o sistema, em virtude das configurações que os países tomam frente ao processo de acumulação capitalista. Como também, cria um problema contra si ao estabilizar os países e o capitalismo central na sua lógica de desenvolvimento e trazer

insegurança e estagnação aos países periféricos. “a saber, que a economia mundial capitalista é um sistema articulado de relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas, ligadas entre si por relações capitalistas de trocas e dominadas pelo mercado capitalista mundial” (MANDEL, 1985, p.32).

Se o modo de produção capitalista converge várias formas e processos de produção baseados no tipo de produção e de trocas capitalistas, essas foram necessárias para o seu desenvolvimento inicial de expansão por todo o mundo e de manutenção para extração do excedente de capital. O capitalismo não respeita espaços geográficos, por isso a sua formação não pode estar ligada a um local restrito, a sua formação é inerentemente global, pois precisa de produção global para que a acumulação ampliada de capital gere o máximo de excedente.

Portanto, uma sociedade subdesenvolvida, que se encontre no estágio do capitalismo dependente, não só possui uma economia de mercado capitalista, no sentido moderno. A sua própria ordem económica é uma ordem capitalista. Sob esse aspecto, ela reproduz várias condições essenciais para a existência, o funcionamento e o crescimento do regime social de produção capitalista. (FLORESTAN, 2008, p.36).

Os padrões de dominação do capitalismo imperialista ou monopolista geraram sobre os países periféricos o controle das áreas a partir dos processos de industrialização dessas áreas, juntamente com a rapina da dívida pública Lênin (2011). O novo imperialismo (HARVEY, 2011) mantém a dominação sobre a dívida desses países, no processo de industrialização. Acrescentado de uma dominação cultural e de um processo de espoliação das populações dos países periféricos, a partir da rotatividade dos processos de produção das multinacionais nesses países, esgotados as condições favoráveis as mesmas encerram as suas atividades e abrem em outros locais, para manutenção do padrão de acumulação.

As economias capitalistas mais avançadas possuem mecanismos de autodefesa. Todavia, também estão sob pressão e necessitando mercados externos (inclusive o mercado dos Estados Unidos), em particular, precisam dos mercados dependentes, semicoloniais e coloniais (dos quais é possível maior drenagem de riquezas). (FLORESTAN, 1975, p.29 e 30).

A periferia do capital fala de uma dependência histórica em virtude da necessidade dos países periféricos alcançarem os padrões de desenvolvimento dos países de capitalismo central. Porém, consideramos mais preciso a interdependência entre centro e periferia, da mesma forma que a periferia depende do centro para o fornecimento de matérias-primas e buscas pelo avanço do seu processo de produção. Os países de capitalismo central dependem da periferia para depositar sobre a mesma todo o ônus da

acumulação capitalista, que não pretendem ter em seus territórios. Por isso, se interessam pelas centrais corporativas nas suas cidades e a produção espraiada para qualquer canto do mundo, disfrutando dos processos de custos de produção baratos e pouca pressão das leis para o processo acumulativo. Assim, os países de capitalismo central expulsam crises inerentes ao processo produtivo das suas fronteiras e garantem o processo de acumulação do excedente. Por isso, interdependência é um termo mais correto para o momento atual do capitalismo, a dependência em forma de ônus para periferia e bônus para os países de capitalismo central.

Portanto, os países periféricos são aqueles que na história de desenvolvimento do capital tiveram relegado o papel de fornecedores de matérias-primas, fundamentais para a produção. São aqueles países que se destacam pela produção de commodities para fornecimento ao mercado mundial capitalista. Assim, de um lado estavam os países de capitalismo central, que pelo processo de desenvolvimento interno se tornaram pioneiros do processo mantendo essa dinâmica ao longo do desenvolvimento do capitalismo.

Assim, países periféricos são aqueles países que no modo de produção capitalista sobrevivem de ciclos econômicos, geralmente ligados aos aspectos minerais e da agricultura. Esses ciclos não são duradouros e dependem do mercado mundial capitalista. Desse modo, as crises na periferia do capital são quase que inerentes, não existe estabilidade de acumulação nesses países e os mesmos estão cercados por extrema desigualdades.

No capítulo II, os autores analisados consideraram várias crises como perigosas para manutenção do sistema capitalista e da humanidade. Crises ecológicas, crises de produção, superprodução e impossibilidade de consumo; consumo exacerbado e obsolescência programada; crise biogenética; crise de acumulação e entre tantos outros fatores de preocupação. Todas essas crises vistas de um ponto de vista capitalista eurocêntrico.

Já explicamos a importância da periferia do capital, para manutenção de um modo de produção global, como o capitalismo. Não existe acumulação capitalista global, sem a periferia do capital, o sistema depende do excedente gerado pela periferia do capital. Por isso, quando o sistema gera estagnação e esgotamento contra a periferia do capital, está gerando uma crise estrutural contra si próprio. É a periferia do capital que expande o sistema, a retração da mesma é problemática para o modo de produção capitalista.

E como o sistema gera esgotamento e estagnação contra a periferia do capital? A premissa da produção capitalista é sempre produzir o mais rápido possível, a partir do

menor gasto produtivo e obter um consumo extremo. Essa lógica de acumulação tem afetado o mundo desde que o capitalismo assumiu as rédeas como modo de produção. Estamos falando da fusão de uma crise ecológica, com uma produção desenfreada e sem restrições. A periferia do capital relegada a produção de matérias-primas e commodities cumpre papel importantíssimo para sustentação da acumulação capitalista. Como grandes produtores minerais e agrícolas, o risco de estagnação pelo esgotamento dessas matérias tão importantes para acumulação desses países e para a acumulação capitalista traria para o sistema uma situação de retração, que levaria a periferia do capital, com os seus extremos processos de desigualdade a um caos social generalizado.

A preocupação é que com a estagnação e o esgotamento produtivo, pela necessidade excessiva de produção do capital, a periferia passe a se tornar grandes espaços geográficos de pobreza, bolsões de pobreza, gerados por uma acumulação estagnada e por falta de produção, naquilo que esses países sempre foram relegados ao sistema do capital. O esgotamento do fornecimento de matérias-primas, pela inexistência das mesmas é um risco que o sistema capitalista não seria capaz de absorver. Pois, várias áreas do globo estagnadas, com altas concentrações de desigualdades e pobreza, abalaria a estabilidade do centro capitalista e levaria a uma desordem generalizada.

Assim, o esgotamento produtivo de fontes de matérias primas tão importantes para a acumulação capitalista, vinculados a periferia do capital, certamente causaria danos para a população dos países periféricos e riscos iminentes para a acumulação global.

A tabela que se segue trata dos minerais em que o Brasil, país de capitalismo periférico, faz o seu processo de extração e quanto o consumo do mesmo pode durar, mantidas as exigências de produtividade.

Tabela II – Brasil extração mineral e tempo de esgotamento pela produtividade⁶

BAUXITA

Onde há: Oriximiná e Paragominas (PA)

Produção brasileira (toneladas/ano): 22 milhões

Reserva brasileira (toneladas/ano): 3,5 bilhões

Quanto tempo vai durar (com base na produção atual): 159 anos

Produção brasileira X mundial: 2º maior produtor (12,4%)

Reserva brasileira X mundial: 3ª maior reserva (10,6%)

Para que é usada: Mineral mais abundante na crosta terrestre – representa 8% do peso do planeta -, é de onde se extrai o alumínio

⁶ Tabela retirada do site:

<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quanto-tempo-vaio-durar-as-reservas-minerais-do-brasil/>

Acessado em: 20/07/2021.

<p>Produção mundial (toneladas/ano): 171 milhões Quanto tempo vai durar (com base na produção mundial anual): 195 anos</p>
<p>ZIRCÔNIO</p> <p>Onde há: Presidente Figueiredo (AM) Produção brasileira (toneladas/ano): 26,5 mil Reserva brasileira (toneladas/ano): 3,66 milhões Quanto tempo vai durar (com base na produção atual): 138 anos Produção brasileira X mundial: 4º maior produtor (2,9%) Reserva brasileira X mundial: 7ª maior reserva (5,17%) Para que é usado: Altamente resistente à corrosão, é usado na construção de reatores nucleares Produção mundial (toneladas/ano): 10 milhões Quanto tempo vai durar (com base na produção mundial anual): 77 anos</p>
<p>CHUMBO</p> <p>Onde há: Paracatu (MG) Produção brasileira (toneladas/ano): 26 mil Reserva brasileira (toneladas/ano): 52 milhões Quanto tempo vai durar (com base na produção atual): 96 anos Produção brasileira X mundial: 11º maior produtor (0,8%) Reserva brasileira X mundial: 1ª maior reserva (27,3%) Para que é usado: Construção civil, baterias, munição e ligas metálicas Produção mundial (toneladas/ano): 190 milhões</p> <p>Quanto tempo vai durar (com base na produção mundial anual): 63 anos</p>
<p>ESTANHO</p> <p>Onde há: Jamari (RO) Produção brasileira (toneladas/ano): 9,5 mil Reserva brasileira (toneladas/ano): 768 mil Quanto tempo vai durar (com base na produção atual): 80 anos Produção brasileira X mundial: 5º maior produtor (2,7%) Reserva brasileira X mundial: 3ª maior reserva (12,94%) Para que é usado: Anticorrosivo, é acrescentado ao aço nas latas para preservar o alimento Produção mundial (toneladas/ano): 302 mil Quanto tempo vai durar (com base na produção mundial anual): 33 anos</p>
<p>URÂNIO</p> <p>Onde há: CAETITÉ/BA Produção brasileira (toneladas/ano): 190 Reserva brasileira (toneladas/ano): 390 mil Quanto tempo vai durar (com base na produção atual): 2052 anos Produção brasileira X mundial: 14º maior produtor (0,8%) Reserva brasileira X mundial: 6ª maior reserva (8%)</p>

Para que é usado: Combustível para usinas nucleares e bombas atômicas
Produção mundial (toneladas/ano): 46,4 mil
Quanto tempo vai durar (com base na produção mundial anual): 100 anos

DIAMANTE

Onde há: Juína (MT)
Produção brasileira (toneladas/ano): 200 mil carats (unidade específica para diamantes)
Reserva brasileira (toneladas/ano): 24,6 milhões de carats
Quanto tempo vai durar (com base na produção atual): 123 anos
Produção brasileira X mundial: 9º maior produtor (0,11%)
Reserva brasileira X mundial: 6ª maior reserva (2%)
Para que é usado: Matéria-prima de jóias, tem cadeia de produção concentrada: 95% das gemas são cortadas na Índia e 80% vendidas em Antuérpia, na Bélgica
Produção mundial (toneladas/ano): 1,21 bilhão de carats
Quanto tempo vai durar (com base na produção mundial anual): 72 anos

MANGANÊS

Onde há: Mariana (MG)
Produção brasileira (toneladas/ano): 3,1 milhões
Reserva brasileira (toneladas/ano): 565 milhões
Quanto tempo vai durar (com base na produção atual): 176 anos
Produção brasileira X mundial: 1º maior produtor (25%)
Reserva brasileira X mundial: 2ª maior reserva (10%)
Para que é usado: É um dos compostos metálicos usados na liga que compõe o aço
Produção mundial (toneladas/ano): 12,5 milhões
Quanto tempo vai durar (com base na produção mundial anual): 453 anos

CARVÃO MINERAL

Onde há: Candiota e Gravataí (RS)
Produção brasileira (toneladas/ano): 5,98 milhões
Reserva brasileira (toneladas/ano): 930 milhões
Quanto tempo vai durar (com base na produção atual): 155 anos
Produção brasileira X mundial: 26º maior produtor (0,1%)
Reserva brasileira X mundial: 12ª maior reserva (0,09%)
Para que é usado: Largamente usado em usinas termelétricas dos EUA e da Europa e, mais recentemente, da China
Produção mundial (toneladas/ano): 6 bilhões
Quanto tempo vai durar (com base na produção mundial anual): 166 anos

NIÓBIO

Onde há: Nazareno e Araxá (MG)
Produção brasileira (toneladas/ano): 104,8 mil
Reserva brasileira (toneladas/ano): 3,68 milhões
Quanto tempo vai durar (com base na produção atual): 35 anos
Produção brasileira X mundial: 1º maior produtor (96%)

<p>Reserva brasileira X mundial: 1ª maior reserva (96%) Para que é usado: Usado em condutores e no marcapasso, por ser um metal não alergênico Produção mundial (toneladas/ano): 108 mil Quanto tempo vai durar (com base na produção mundial anual): 35 anos</p>
<p>ZINCO</p> <p>Onde há: Vazante (MG) Produção brasileira (toneladas/ano): 185 mil Reserva brasileira (toneladas/ano): 6,4 milhões Quanto tempo vai durar (com base na produção atual): 159 anos Produção brasileira X mundial: 13º maior produtor (1,8%) Reserva brasileira X mundial: 10ª maior reserva (1,4%) Para que é usado: Vasto uso, de baterias a moedas. Se a demanda mundial continuar crescendo, pode acabar em menos de 40 anos Produção mundial (toneladas/ano): 10 milhões Quanto tempo vai durar (com base na produção mundial anual): 46 anos</p>
<p>NÍQUEL</p> <p>Onde há: Montes Claros, Niquelândia e Jussara (GO) Produção brasileira (toneladas/ano): 82,5 mil Reserva brasileira (toneladas/ano): 9,6 milhões Quanto tempo vai durar (com base na produção atual): 116 anos Produção brasileira X mundial: 7º maior produtor (5,1%) Reserva brasileira X mundial: 7ª maior reserva (6,7%) Para que é usado: Usado na fabricação de ímãs e moedas, principalmente Produção mundial (toneladas/ano): 1,6 milhão Quanto tempo vai durar (com base na produção mundial anual): 96 anos</p>
<p>OURO</p> <p>Onde há: Paracatu (MG) Produção brasileira (toneladas/ano): 40 Reserva brasileira (toneladas/ano): 1720 Quanto tempo vai durar (com base na produção atual): 43 anos Produção brasileira X mundial: 14º maior produtor (1,6%) Reserva brasileira X mundial: 10ª maior reserva (1,9%) Para que é usado: Além de ser matéria-prima de joalheria, o ouro é cada vez mais usado em eletrônicos</p> <p>Produção mundial (toneladas/ano): 2500 Quanto tempo vai durar (com base na produção mundial anual): 36 anos</p>
<p>FERRO</p> <p>Onde há: Ouro Preto e Santa Bárbara (MG) Produção brasileira (toneladas/ano): 317 milhões Reserva brasileira (toneladas/ano): 26,1 bilhões</p>

<p>Quanto tempo vai durar (com base na produção atual): 82 anos Produção brasileira X mundial: 2º maior produtor (18,8%) Reserva brasileira X mundial: 5ª maior reserva (7,1%) Para que é usado: Principal componente do aço, é fundido desde 550 a.C. Produção mundial (toneladas/ano): 1,69 bilhão Quanto tempo vai durar (com base na produção mundial anual): 218 anos</p>
<p>PRATA</p> <p>Onde há: Marabá (PA) Produção brasileira (toneladas/ano): 6 Reserva brasileira (toneladas/ano): 11.689 Quanto tempo vai durar (com base na produção atual): 1948 anos Produção brasileira X mundial: 36º maior produtor (0,1%) Reserva brasileira X mundial: 9ª maior reserva conhecida (2,1%) Para que é usada: Usada em joias, condutores e produtos farmacêuticos Produção mundial (toneladas/ano): 2500 Quanto tempo vai durar (com base na produção mundial anual): 28 anos</p>

Essa tabela, que leva em conta um estudo da United States Geological Survey (USGS), analisa apenas os minerais em que o Brasil é o produtor principal e quanto tempo durariam essas reservas. Obviamente existe a possibilidade do surgimento de novas reservas que vão aumentando o tempo de término sobre esses minerais. Mas, dada a acumulação capitalista e o extremismo com que a mesma consome as matérias primas naturais, não é de se imaginar que mesmo o surgimento de novas reservas, não evita o esgotamento desses minerais em algum momento. Alguns dessa lista, tem risco de consumo em menos de 50 anos. Estamos falando de um risco existente e latente a produção capitalista, os recursos naturais da terra tendem a esgotar e a produção de matérias primas da periferia tendendo ao esgotamento.

Por isso, a produção capitalista busca diversificar a sua produção e os suas formas de produção, quando surge no horizonte o esgotamento, muitas décadas antes a produção já está se preparando para o esgotamento e a mudança para outro tipo de padrão de consumo. Porém, existe um limite para isso, principalmente porque essas mudanças na produção geralmente são pensadas pelos países de capitalismo central, os países periféricos geralmente estão contaminados por essa produção de matérias-primas e não trabalham com processos de transição. Um exemplo disso é a preparação para substituição dos carros movidos a combustível fósseis, por carros híbridos. O estágio atual já tem

marcado essas mudanças pelas montadoras. Pois, o petróleo tem um tempo de vida útil próximo de esgotamento.

Essa premissa é tão verdadeira que os EUA têm um departamento específico de pesquisas desse tipo, as informações da tabela anterior foram extraídas de um estudo do mesmo. O United States Geological Survey (USGS), departamento de pesquisas geológicas dos EUA funciona como um componente de informação para a produção do país. Ele apresenta anualmente os riscos de desabastecimento de minerais importantes para a produção do país e que são importados pelo mesmo, trazendo os riscos do consumo produtivo e quando os mesmos tendem a se esgotar. No sentido de preparar a produção do país para as transições necessárias diante do esgotamento. Essas reservas podem se esgotar pelo consumo produtivo e por sistemas vulneráveis de produção que causem desperdícios.

Por exemplo, um estudo de 2016⁷, realizado pela United States Geological Survey (USGS), trazia que a prata poderia se esgotar em 29 anos baseado no consumo atual, o ouro em 45 anos, mantidos o consumo que se pratica. Esses minerais são importantíssimos para as tecnologias atuais, compõem boa parte dos componentes eletrônicos e o risco de extinção desses minerais é extremamente preocupante para o sistema. A tendência a estagnação do modo de produção capitalista, por falta de subsídios produtivos é preocupante para manutenção da humanidade sobre o mesmo.

A estagnação e o esgotamento da periferia do capital levam a um processo de criação de espaços geográficos de extensas desigualdades, em convívio com os países de capitalismo central desfrutando do bônus da acumulação. Porém, o esgotamento da periferia do capital é representativo do esgotamento do próprio sistema, já que o sistema depende da espoliação da periferia.

A tabela abaixo traz uma análise do ano de 2021, baseado nos dados até 2018, sobre os minerais da USGS. O segundo elemento da tabela, o Nióbio, tão falado no país atualmente, responsável por deixar o aço mais resistente. Tem como principal produtor e dono da reserva, o Brasil, na tabela vemos que o Nióbio tem um risco grande de esgotamento para os próximos anos. A reserva do país dado o uso que se faz do mesmo na produção o coloca com alto risco de esgotamento.

⁷Disponível em:

<https://super.abril.com.br/comportamento/a-proxima-grande-extincao/>

Acessado em: 20/07/2021.

Tabela III – Minerais e risco de desabastecimento⁸

Commodity	Supply risk												Recency-weighted mean	Leading producing countries		Byproduct status	
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		Names and process stages	Predominately produced as a byproduct	Host commodities	
Gallium													0.67	China	Yes	Bauxite, zinc	
Niobium													0.66	Brazil	No	—	
Cobalt													0.65	DRC (mining), China (refining)	Yes	Copper, nickel	
Neodymium													0.65	China (mining and refining)	Yes	Iron ore, titanium, zirconium, other rare earths	
Ruthenium													0.63	South Africa	Yes	Platinum, nickel	
Rhodium													0.62	South Africa	Yes	Platinum, nickel	
Dysprosium													0.61	China (mining and refining)	Yes	Iron ore, titanium, zirconium, other rare earths	
Aluminum													0.60	China (alumina and aluminum); Australia (bauxite)	No	—	
Fluorspar													0.60	China	No	—	
Platinum													0.60	South Africa	No	—	
Iridium													0.59	South Africa	Yes	Platinum, nickel	
Praseodymium													0.58	China (mining and refining)	Yes	Iron ore, titanium, zirconium, other rare earths	
Cerium													0.56	China (mining and refining)	Yes	Iron ore, titanium, zirconium, other rare earths	
Lanthanum													0.56	China (mining and refining)	Yes	Iron ore, titanium, zirconium, other rare earths	
Bismuth													0.55	China	Yes	Lead, tungsten, copper, tin, molybdenum, fluorspar, zinc	
Yttrium													0.54	China (mining and refining)	Yes	Iron ore, titanium, zirconium, other rare earths	
Antimony													0.53	China	Yes	Lead, gold, other base and precious metals	
Tantalum													0.53	DRC	No	—	
Hafnium													0.51	France	Yes	—	
Tungsten													0.51	China	No	—	
Vanadium													0.51	China	Yes	Steel slag from vanadiferous iron ore, spent catalysts	
Tin													0.50	China (mining and smelting)	No	—	
Magnesium													0.49	China	No	—	
Germanium													0.49	China	Yes	Zinc, coal fly ash	
Palladium													0.48	Russia	Yes	Nickel, platinum	
Titanium													0.48	Australia (mineral concentrate), China (sponge)	No	—	
Zinc													0.48	China (mining and smelting)	No	—	
Graphite													0.47	China	No	—	
Chromium													0.47	South Africa	No	—	
Arsenic													0.45	China	Yes	Copper, gold, lead, zinc	
Barite													0.44	China	No	—	
Indium													0.41	China	Yes	Zinc	
Samarium													0.40	China (mining and refining)	Yes	Iron ore, titanium, zirconium, other rare earths	
Manganese													0.40	South Africa	No	—	
Lithium													0.40	Australia (mining), China (refining)	No	—	
Tellurium													0.40	China	Yes	Copper, lead, nickel, platinum, zinc	
Lead													0.39	China (mining and refining)	No	—	
Potash													0.38	Canada	No	—	
Strontium													0.36	China	No	—	
Rhenium													0.36	Chile	Yes	Molybdenum, copper	
Nickel													0.36	Indonesia (mining), China (refining)	No	—	
Copper													0.34	Chile (mining), China (smelting and refining)	No	—	
Beryllium													0.33	United States	No	—	
Feldspar													0.32	Turkey	No	—	
Phosphate													0.25	China	No	—	
Silver													0.25	Mexico	Yes	Zinc, lead, copper, gold	
Mica													0.22	China	No	—	
Selenium													0.23	Japan	Yes	Copper, lead, nickel, platinum, zinc	
Cadmium													0.11	China	Yes	Zinc	
Zirconium													0.09	Australia	Yes	Titanium, tin	
Molybdenum													0.07	China	Yes	Copper	
Gold													0.00	China	No	—	
Helium													0.00	United States	Yes	Natural gas	
Iron ore													0.00	Australia	No	—	

Supply risk

 Low risk High risk

A tabela em questão constitui, segundo os autores:

um mapa de aquecimento exibindo o risco de fornecimento para todas as commodities minerais examinadas de 2007 a 2018. Tons mais quentes (ou seja,

⁸ (NASSAR E FORTIER, 2021, p. 11).

laranja a vermelho) indicam um maior grau de risco de fornecimento. As commodities são listadas em ordem decrescente de sua pontuação de risco de fornecimento médio ponderado recente, que foi calculado usando critérios quantitativos para 2015 até 2018, conforme descrito na seção “Metodologia” deste relatório. Commodities com uma pontuação de risco de abastecimento médio ponderado recente maior ou igual a 0,40 (conforme indicado pelo tracejado horizontal) são recomendados para inclusão na Lista de Minerais Críticos com base em critérios quantitativos. Os anos para os quais dados insuficientes estavam disponíveis não são coloridos. A lista dos principais países produtores é baseada na produção cumulativa dos países para todo o período de análise para os diferentes estágios de produção ou formas de mercadoria, quando aplicável. Nenhuma mercadoria hospedeira está listada para commodities que não são predominantemente produzidas como subprodutos. A lista de commodities hospedeiras não é exaustiva. As informações sobre o status do subproduto foram obtidas principalmente de Nassar e outros (2015). RDC, República Democrática do Congo. (NASSAR E FORTIER, 2021, p. 11. Traduzido Inglês-Português).

Essa tabela compõem a análise de risco de fornecimento de 2007-2018 feita pela USGS, com os minerais com maior e menor risco de desabastecimento. Acima de 0,40 existe um grande risco de desabastecimento, abaixo do mesmo o risco para o mineral não é tão grande. Esse risco é baseado no consumo produtivo do mineral no mundo e a forma como o mesmo é extraído e as cadeias vulneráveis por qual passa, com risco de perda do mesmo.

Existem vários minerais importantes para os processos de produção tecnológica sobre o capital e que desempenham papéis importantíssimos nas indústrias. O capitalismo já se prepara para o esgotamento de alguns desses elementos. A substituição e tentativa de superação de um modelo por outro mais avançado, sempre esbarrará que o modelo seguinte também necessitará de algum recurso que também está vinculado ao meio-ambiente e a possibilidade de esgotamento do mesmo é plausível.

Obviamente que uma crise como essa no capitalismo demoraria mais alguns séculos para ocorrer, mas é interessante perceber como os pioneiros desse sistema se preocupam com o desabastecimento e o caos gerados por isso.

A preparação de estudos e o foco pela renovação produtiva tem tomado a ponta no capitalismo atual, a necessidade de acumulação permanente faz com que o sistema identifique quais os possíveis problemas que podem vir a ocorrer em algum momento da história da humanidade.

A produção capitalista assume riscos, existe um limite destrutivo racional, que faz com que a produção não caminhe para um processo negativo de acumulação. Porém, a ordem do capital não respeita os limites e necessita de produção de excedente, isso traz grandes riscos para as reservas minerais e para periferia do capital, como produtora de matérias-primas, esgotamento e estagnação são riscos a periferia do capital.

No próximo tópico veremos que o limite destrutivo racional, nem sempre está em equilíbrio, a produção capitalista é capaz de sair do limite destrutivo racional, para a destrutividade racional, estrutural. É nesse ponto que vamos nos focar no próximo tópico de análise da sociedade capitalista.

III.II – Capitalismo entrópico: insegurança ontológica e destrutividade estrutural

Existe um momento na acumulação capitalista, que a difere de todos os outros modos de produção pretéritos. A divisão do trabalho desenvolvida no capitalismo faz com que esse modo de produção tenha construído um desenvolvimento tecnológico, nunca antes visto na história da humanidade. Isso leva ao que Beck (2010) chamou de riscos, a produção tecnológica que cria aspectos positivos também pode suscitar um lado negativo. Quanto mais divisão do trabalho, mais se aciona o *limite destrutivo racional*. A pólvora usada para remover empecilhos, que se torna armamento. A energia nuclear usada para desenvolvimento e expansão das fontes energéticas no mundo, que se torna bombas atômicas que devastaram Nagasaki e Hiroshima na Segunda Guerra Mundial.

Existem momentos na dinâmica de acumulação do capital que o limite destrutivo racional se transforma em destrutividade racional. O modo de produção capitalista está assentado em uma *destrutividade estrutural*. A divisão do trabalho fornece o desenvolvimento necessário para expansão do sistema. Porém, quanto mais se desenvolve, mais busca expandir a sua acumulação e existem momentos que a acumulação do capital se torna um tormento para a humanidade.

Não estamos falando de momentos em que a Guerra é necessária para a retomada de crescimento do sistema. Nosso ponto é que o modo de produção capitalista, não vê limites para a sua acumulação e desenvolvimento produtivo e de acumulação significa acumulação de tormento sobre a humanidade. Nos deteremos na sequência nos exemplos históricos que esse modo de produção deu provas que a humanidade corre risco frente a essa organização societária. O capitalismo e sua produção necessitam ser destrutivos para manter o padrão acumulativo necessário.

Existem dois momentos históricos mais gerais que apresentam o capitalismo, como um modo de produção centrado em uma *destrutividade estrutural*. Dois processos em que a acumulação capitalista se viu imbuída da necessidade de criar tormento contra determinados povos, na necessidade de expansão do seu processo produtivo.

Mas, para poder ser explicado, antes de mais nada, esse paradoxo deve ser exposto em toda a sua radicalização. A escravidão não é algo que permaneça *não obstante* o sucesso das três revoluções liberais; ao contrário, ela conhece esse o seu máximo desenvolvimento em virtude desse sucesso. “O total da população escrava nas Américas somava aproximadamente 330.000 no ano de 1700, chegou a quase três milhões no ano de 1800, até alcançar o pico de mais de 6 milhões nos anos ’50 do sec. XIX”. O que contribui de forma decisiva para o crescimento desse instituto sinônimo de poder absoluto do homem sobre o homem é mundo liberal. (LOSURDO, 2006, p.47).

Ao reconstituir a história do liberalismo e o seu casamento com os processos de aviltamento dos povos tradicionais e dos povos negros escravizados no processo, Losurdo identificou como esses processos cruéis funcionaram num sistema que pregava a liberdade. Uma das questões identificada pelo autor é que os teóricos liberais foram responsáveis por naturalizar e banalizar esses processos. Locke, pai do liberalismo, figura como um desses teóricos defensores da expansão da produção capitalista, como também defensor da escravidão.

A grande pergunta do autor era como um sistema que defendia a liberdade, pode concordar com tamanhas privações de liberdade? A resposta, o liberalismo, como teoria econômica de melhoramento do capitalismo agrário, compunham várias ideais em torno de mudanças jurídicas para liberdade da produção e da liberdade sobre a terra, a propriedade privada. A contradição entre liberdade e privação, na cabeça do liberal não existia, já que o processo de liberdade defendido é o que expande a produção.

Por isso, na gênese do capitalismo, o sistema mostra como caminha sobre uma destrutividade estrutural, não existe limites para acumulação. Tanto não existe que os teóricos banalizaram e naturalizaram a dominação desses povos, a partir inclusive da religião. Justificando as intervenções dos países de capitalismo central sobre as suas colônias.

Acumulação capitalista e destrutividade estrutural caminham de mãos dadas. Expandir a produção é necessário. Não existe limites, inclusive teóricos, que possam barrar a necessidade de expansão do capital. Um dos motivos também de conviver com a contradição de liberdade e escravidão reside no fato de que esses processos ocorriam geograficamente bem distantes dos centros europeus.

No tocante à Inglaterra, segue-se o caminho que remove a escravidão propriamente dita para uma área distante da metrópole, colocada nos confins do mundo civil, onde, em virtude da contigüidade e da pressão da barbárie circunstante, o espírito da liberdade não consegue se manifestar em toda a sua pureza, como acontece na própria Inglaterra, naquela que é pátria autêntica, a terra prometida da liberdade. (IDEM, p.52).

Assim, com a contradição e a “crise moral” distante geograficamente dava para se concordar com tais atrocidades contra os povos tradicionais. Portanto, na gênese e no seu desenvolvimento o capitalismo interferiu na organização de países como a África, obviamente existiam processos de escravidão ocorrendo antes do sistema, mas o capitalismo deu o tom mercadológico a essa prática. Criou um mercado mundial de escravos para expansão e desenvolvimento de produção das suas colônias. Homens, mulheres e crianças que tiveram a sua vida tomada para servir de mão-de-obra escrava, a

destrutividade é algo inerente a esse sistema. *Acumulação capitalista é sinônimo de destrutividade estrutural.*

Se os povos africanos foram deslocados para serem aprisionados em um sistema tão cruel, a mesma coisa aconteceu com os nativos dos países onde o capitalismo foi se estabelecendo e se desenvolvendo.

Os índios das Américas foram vítimas do maior genocídio da história da humanidade. Para satisfazer a fome da riqueza dos europeus, os povos indígenas das Américas foram exterminados no Caribe, no México, na América do Sul, no Brasil e na América do Norte pelos espanhóis, portugueses e anglo-saxões. Este genocídio prossegue ainda hoje sob freqüentemente muito diferentes. (PERRAULT, 2000, p.385).

Os povos nativos das américas sofreram com os processos de desenvolvimento do capital, no capítulo anterior trouxemos que o capitalismo convive com diversas formas. A acumulação capitalista caminha com os processos de acumulação primitiva, no mercado global de relações econômicas.

No final do século passado, os índios do pampa argentina foram totalmente exterminados a fim de permitir a criação extensiva de ovelhas e vacas, que fundou a riqueza do capitalismo argentino. No início desse século, centenas de milhares amazônicos pereceram sob a ação dos exploradores de borracha. (CLASTRES, 2011, p.86 e 87).

Esses povos que já foram amassados nos processos de desenvolvimento do capital, permanecem até os dias de hoje, em condições terríveis. O caso mais marcante de exploração e destruição dos povos indígenas foi nas Américas, através do genocídio/genocídio nos EUA, como verificamos também em Clastres (2011, p.86 e 87). A expansão do capital para o Oeste a partir das estradas de ferro que cortariam o país, impossibilitada pelas culturas e formas de organização do território por parte dos nativos; fizeram com que esses povos, fossem massacrados no processo de dominação e expansão do território de acumulação do capital. Como nos mostra Perrault (2000, p.388), podemos perceber que antes da chegada dos ingleses no século XVII se contabilizava de 10 a 12 milhões de indígenas. Após o processo maciço de genocídio, a população foi reduzida em 250 mil até 1990.

Não a dúvidas que a acumulação capitalista caminha sobre uma destrutividade estrutural, se esse sistema na sua gênese e no seu processo de desenvolvimento é capaz de criar tormento a determinados grupos humanos. O seu processo de acumulação pode ser destrutivo com toda a humanidade, se a sua acumulação assim exigir. Se não existir saída para acumulação e se a humanidade em algum momento for barreira para acumulação, esse sistema não revogaria a destruição desses grupos.

Não há saída para a destrutividade capitalista, ela inclusive é defendida por teorias, geralmente de intelectuais da elite que participam e tem interesses nesse processo, como apresentado por Losurdo (2006). Por isso, em muitos momentos a barbaridade do sistema foi banalizada e naturalizada e se achou justificativas para a sua manutenção.

O que a civilização ocidental contém que a torna infinitamente mais etnocida que qualquer outra forma de sociedade? É seu *regime de produção econômico*, espaço justamente do ilimitado, espaço sem lugares por ser recuo constante do limite, espaço permanente da fuga para diante. O que diferencia o Ocidente é o capitalismo, enquanto possibilidade de permanecer no aquém de uma fronteira, enquanto passagem para além de toda fronteira; é o capitalismo como sistema de produção para o qual nada é impossível. (CLASTRES, 2011, p.86).

Nenhum modo de produção pretérito tinha essa destrutividade estrutural, enquanto marca do seu processo econômico, a partir de Clastres (2011). Nos modos de produção anteriores a força era utilizada contra aquele que queria abalar a ordem, mas o processo se acabava assim que não existia mais riscos. No capitalismo, a produção e a necessidade de acumulação são constantes, não existem limites. Por isso, os processos de destrutividade permanecem na expansão do processo produtivo e da acumulação. Se esse processo necessitar levar toda a humanidade ao colapso e se assim a sua acumulação necessitar, não haverá limites. Aí é quando o limite destrutivo racional é transformado em destrutividade estrutural, a chave muda.

Por isso, o momento atual é marcado pela *insegurança ontológica*, não existe segurança nas relações; na vida; no trabalho e etc. O paradigma mudou, a segurança que a humanidade tinha nos modos de produção pretéritos, não existe sobre o capitalismo. Primeiro, porque esse modo de produção discute o seu processo de transição e mudanças para outras sociedades. E se existe essa discussão é porque não existe segurança no cotidiano e nas relações. Segundo a violência e a destrutividade desse modo de produção em constante desenvolvimento, que apresenta risco para a continuidade da humanidade.

Por isso, a marca do pós-capitalismo é o sujeito entrópico, ele banaliza a vida, os sofrimentos, se vê acostumado as dificuldades que um modo de produção em crise impõe a sociedade. O sujeito desordenado, que não tem forças para empenhar mudança contra o sistema, um sujeito que insistirá nas práticas egoístas.

Mas, se o pós-capitalismo é marcado pelo próprio capitalismo em deterioração e a humanidade estancada no processo, qual seria a alternativa a se recorrer para reversão desse processo? Não existe possibilidade de reversão do processo de deterioração do mundo sob o capitalismo, se não mudar a forma de produção que rege as normas do jogo.

Esse modo de produção, na forma que está organizado tende a levar a humanidade a um colapso sobre a terra.

Não há dúvidas que se a produção não mudar e a forma de gerir a sociedade não mudar, a humanidade será atropelada nesse processo. Discordamos dos defensores liberais, que o único modo de produção que garante a produção de forma pujante e com grande abundância seria o capitalismo. Existe um desenvolvimento tecnológico e produtivo que não retrocederia mais, por isso Marx acredita nesse momento como o ideal para tomada da classe trabalhadora.

Pois, toda essa pré-história da humanidade serviu de base para formação das condições históricas necessárias para que a classe trabalhadora pudesse controlar a produção. A grande questão é que o momento esperado por Marx já está estabelecido. Porém, ele não ocorre sobre o modo de produção capitalista. Na nossa visão, por ser o primeiro modo de produção global da história, esse é o último estágio da humanidade, pois o seu processo de transição se torna impossível, pelo espaço da ação revolucionária. Uma ação revolucionária focalizada tende a gerir processos de transição de forma mais efetiva. A extensão da ação no capitalismo trava as mudanças, pelas diferenças de estágios entre os países capitalistas da cadeia global.

Por isso, o mundo hoje é marcado pela insegurança ontológica, não existe garantias de sobrevivência sobre o capital devido a sua lógica global. As pessoas tem menos confiança no dia depois de amanhã e as ações programadas sofrem distorções devido a velocidade das mudanças que a divisão do trabalho capitalista traz para a humanidade.

A destrutividade estrutural que é marca desse sistema, está vinculada ao capitalismo desde o seu surgimento até os estágios mais desenvolvidos. A manutenção da guerra/conflito pela acumulação que faz com que o modo de produção inaugure um tipo de processo de produção que causa destruição por onde passa.

O aspecto que diferencia o mesmo, está no fato de que esse sistema envolveu grandes grupos humanos para desenvolver e expandir o sistema, para isso muitos povos tiveram a sua vida alterada pela ganância do processo de acumulação do capital, não existe limites para o tormento que a acumulação do capital traz para a humanidade. Por isso, acumulação capitalista em expansão é acumulação de tormento para aqueles que convivem com esse modo de produção.

A humanidade se vê no fim do túnel, sem luz do outro lado. Não tem no horizonte o sujeito revolucionário. Não tem nos processos do capital, pela lógica de acumulação, possibilidades de mudança. Será uma longa jornada até a força do capitalismo entrópico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é tarefa fácil escrever sobre o processo de finitude da sociedade devido a deterioração de um modo de produção em crise. Qualquer aceno para esse contexto leva a descrença e a criação de uma crítica estereotipada a respeito das teorias. Teorias “pós-modernas”, “escatológicas”, “trágicas”, “alarmistas”, “fatalistas” e etc. O que essas teorias tem apresentado é reflexo do momento atual da humanidade no contexto do capitalismo. O processo de descrença quanto ao sistema, quanto a segurança da vida, quanto os problemas reais que a humanidade tem enfrentado.

O contexto atual apresenta um cotidiano de muita dificuldade e de extremas desigualdades latentes. O sujeito entrópico se acostumou a ver as desigualdades, o sofrimento, as mortes, as privações, o desemprego e o desalento, como pertencentes a vida. Já chegamos no estágio histórico imaginado por Marx (1996), um mundo de riqueza e pobreza extremos e na medida que esse processo se desenvolve, pior são as condições que ele impõe a sociedade. O próprio Marx apresentou esse processo como de muito tormento para a humanidade.

O cotidiano em um capitalismo em deterioração apresenta para a humanidade um estado de sofrimento eterno, muitas convulsões sociais inesperadas, falta de ordenamento do sistema em partes focalizadas do globo, a extensão do domínio capitalistas em desordem passa a ser limitada. Pois, as suas condições de mercado global, já não atinge a todos os povos do mundo, zonas de pobreza, que levam a deterioração do humano em desumano. Uma situação de carência e brutalização que inibe processos racionais de organização.

Essas zonas de extrema pobreza ou bolsões de pobreza são reflexo de espaços onde o capital não consegue se desenvolver de forma alguma, pois todos os processos produtivos levaram ao esgotamento do processo econômico. Não existindo espaços para criação de acumulação. Vales ou zonas gigantescas de improdutividade que é o contrário daquilo que o capital necessita. Já existem atualmente regiões em que o capital simplesmente abandona por insuficiência de recursos e se desloca para outros espaços com recursos e condições fiscais de acumulação.

Esse processo é a tônica do *capitalismo entrópico*, anos de produção desenfreada que levam ao esgotamento de recursos e matérias-primas, gerando estagnação e espaços de pobreza e impossibilidade de reversão do ciclo dada a extração desenfreada que o capitalismo produziu nessas áreas. Nada disso me parece escatologia ou fatalismo. A

produção do capital é capaz de gerar esses processos, pois ela já gera atualmente esses processos. As várias formas como o capitalismo está assentado no globo cria várias formas de tormento para a humanidade.

Assim, criaríamos um mundo de riqueza e pobreza extremas e que dividiriam o globo, em zonas de extrema riqueza, com zonas de extrema pobreza, a tendência do capitalismo entrópico é trazer essas contradições a níveis geográficos, continentais e de países. Pois, esses desenvolvimentos se dão em locais determinados, em países que pelo processo de desenvolvimento do capital se posicionaram em direção a um desses polos.

Essa tendência da acumulação do capital já foi apontada pelo próprio Marx na *Lei geral de Acumulação Capitalista*. Não existe processo de reversão para esses processos, a não ser que se mude a forma de produção dessa sociedade. Esse processo tende a levar a humanidade a conviver com um desenvolvimento tecnológico e produtivo absurdos adensados por desigualdades extremas e estagnantes.

Estagnação que faz pensar como é possível que tal contradição exista no mundo? Capitalismo é contradição, assim como hoje vivem várias pessoas em condição de fome e pobreza no mundo. Ao mesmo tempo que o mundo tem abundância de alimentos e possibilidade de reversão desse processo. Porém, a lógica do capital não permite a resolução desse problema, ela é fundada nessa contradição. Por isso, que pensadores como Malthus (1986) casam com a defesa dessa ordem, a pobreza levaria a caridade humana. A caridade é o remédio para resolução do problema pelo capital.

Ao pensar que essa possibilidade é real, a preocupação e a tensão que um processo de desenvolvimento de tormento traria para a humanidade é algo assustador. Uma tendência de séculos sombrios de extremas dificuldades e processos desumanos. Essa extensão do desenvolvimento do capital que leva a processos de desumanização. Basta pensarmos como o desenvolvimento para romper o atraso leva para os precursores do desenvolvimento do capitalismo nos EUA, a aniquilar milhões de povos tradicionais para colocação de estradas de ferro para desenvolvimento do capitalismo no país.

Parece absurdo, mas as necessidades do capital desumaniza aqueles que tem as rédeas desse processo e que dada a necessidade de expansão da acumulação cometem as maiores atrocidades possíveis para desenvolvendo do capital.

Quando cria um mercado mundial de povos africanos escravizados, dá o tom daquilo que o ser humano se transforma nessa sociedade, é coisa, mercadoria. Assim, pode ser presa, escravizada e negociada como um artigo qualquer. Parece absurdo, mas a acumulação capitalista já forneceu também para o mundo essa lamentável situação.

Mas como fomos capazes de defender e aceitar tais atrocidades? O capitalismo caminha com teorias de defesa que convencem desses processos. Faz parte dos seus dispositivos de manutenção. Assim, se justificou a necessidade de escravizar esses povos e do porquê era necessário negociá-los. Como do porquê era necessário matar, pelo progresso humano, contra o atraso.

Esses processos desumanizam o gênero humano, comportamentos lastimáveis, que apresenta o que a acumulação do capital tem a oferecer no seu processo de desenvolvimento. A acumulação do capital em desenvolvimento é expansão de tormento para a humanidade. Os exemplos que essa acumulação já trouxe a alguns povos são demonstrativos de que se acumulação necessitar, toda a humanidade pode sofrer com esse processo.

Como é possível ter esperança em um modo de produção que traz esses resultados para a humanidade? Não existe esperança de melhoria. A expansão do capitalismo e o desenvolvimento da divisão do trabalho sobre o mesmo, agrega sofrimento e tormento. A devastação que a acumulação capitalista traz para a humanidade e também para a natureza, estagnação e esgotamento são os caminhos esperados pela produção do capital na periferia do capital.

A produção na periferia do capital comunga aspectos de alto desenvolvimento, com técnicas ultrapassadas de produção fruto das poucas pressões legislativas e regulamentadoras que existem nesses países, assim a vulnerabilidade que esses sistemas produtivos apresentam, comprometem a extração das matérias-primas necessárias; como também, o risco de tragédias como a que aconteceu em Bento Rodrigues e Brumadinho.

O futuro do capitalismo, no pós-capitalismo, a manutenção de um sistema em crise em deterioração acarreta para a humanidade um sofrimento sem precedentes. Desenvolvemos nas linhas desse trabalho o risco que a acumulação do capital em desenvolvimento traz para a humanidade.

O momento atual é marcado pelo paradigma dos riscos de produção, o desenvolvimento da divisão do trabalho é tão colossal que os efeitos nocivos que ela pode ocasionar empata com as possibilidades de desenvolvimento que ela pode apresentar para a humanidade. Assim, a lógica de produção do capital caminha entre *no limite destrutivo racional* da produção e da sua cumulação. A mudança da chave de limite destrutivo racional para *destrutividade estrutural*, está nos empecilhos que o mesmo encontra para acumular. Se existe barreiras para acumulação ou se necessita expandir a sua acumulação a ampliação a destrutividade estrutural é acionada para garantia da acumulação.

Se essa destrutividade incide de forma repentina ou é feita de forma posterior, se ela ocorre com a espoliação a determinados povos ou se ela ocorre pela necessidade de produção com baixo custo e de produção incessante, o efeito é sempre o mesmo e leva as mesmas consequências.

O caminho sobre a acumulação do capital é de extrema preocupação para as populações da periferia do capital, se a periferia do capital tem a oferecer as matérias-primas necessárias para o desenvolvimento capitalista, na maior parte das vezes retirados da natureza, os processos de esgotamento sobre a periferia do capital trazem riscos para as populações dessas localidades.

A estagnação e o esgotamento são reflexo dessa acumulação improdutiva, da criação de zonas improdutivas, de espaços fantasmas resultados da produção com processos vulneráveis. O capitalismo entrópico, a fórmula final do capitalismo ou o tipo ideal do desenvolvimento capitalista, representa o estágio de uma desordem insuportável, de um descontrole insuportável. A banalização e a naturalização dos processos, mecanismos de defesa do capital, possibilitam a existência de processos tão desiguais. O capitalismo surgiu, se estabeleceu e se desenvolveu como contradição imanente, suas últimas formas mantêm a contradição fundamental. É o que estabelece esse modo de produção, não é possível reverter.

A contradição fundamental permanecerá em todos os estágios desse sistema, não basta entender essa contradição, será preciso se unir contra a mesma. Porém, a fase atual demonstra que esse processo não está no horizonte. Acumulação ampliada de capital leva a destrutividade estrutural do sistema, quanto mais desenvolvimento da divisão do trabalho, maior o problema para a humanidade.

Eternidade; transição; finitude; ordem natural; revolução; ponto zero; fim da história; ruptura; descontinuidade da humanidade? Chegamos à conclusão desse trabalho, certamente o leitor atento percebeu quais são os pontos principais a serem destacados. Primeiramente, modos de produção focalizados e espaçados geograficamente não poderiam levar a humanidade ao colapso total, pois os seus processos ainda eram locais, o colapso das mesmas levaria a humanidade a um outro tipo de desenvolvimento. Como também, os modos de produção pretéritos nos ensinam que não existe transição, revolução, ruptura para outra ordem societária se não existir mudanças nos processos de produção de determinada sociedade. Um modo de produção se transaccional, apenas com mudanças na forma de produção. Mudanças políticas, culturais, religiosas, entre outras; não são capazes de tal ação revolucionária.

O próprio fato do modo de produção capitalista ser o único modo de produção que discute os seus processos teoricamente faz com que esse modo de produção seja algo novo na história. As teorias discutem melhorias no sistema, os modos de produção contrários pensados para transição e a possibilidade no horizonte mais recente de deterioração da humanidade, pela impossibilidade de transição e manutenção do processo acumulativo capitalista. Ou seja, o próprio sistema produz teoricamente a respeito dos seus problemas a melhorar, da necessidade de ruptura e revolução e dos riscos que a humanidade corre.

Juntamente desse processo temos o primeiro modo de produção global da história, que convive com a acumulação capitalista e acumulação primitiva de capital nos seus processos de produção global. Esse é o fator fundamental que consideramos para a não transição do capital, longas distâncias geográficas, que embora são diminuídas pelas tecnologias atuais, não conseguem articular movimentos para transição. A fluidez contemporânea dos movimentos sociais, do centro e da periferia, contribui para esse processo de continuidade do capital. Inclusive as contradições e disparidades entre os mesmos. Esse choque entre movimentos locais e globais é aquilo que dificulta uma transição sobre a ordem do capital, por isso os sistemas contrários se desenvolveram de forma espaçada.

Chegamos no limiar histórico que Marx considerava ser o momento que eliminaria o capitalismo da história, o momento no qual o sujeito universal tomaria as rédeas do controle sobre a sociedade em um outro modo de produção. Até o momento esse parece ser um sonho muito distante, por isso o próprio capitalismo tem tentado no estágio atual transformar a sua acumulação, tornando-a mais redistributiva, em busca do equilíbrio perfeito entre estado e mercado, que amenizaria as desigualdades e retiraria o poder político que tem contaminado o capitalismo. Os próprios socialistas, como vimos, têm tentado um capitalismo social ou socialismo social, que busca o empoderamento de estado e maior expansão de políticas públicas e diminuição das desigualdades.

O momento atual é de descrença quanto ao sujeito revolucionário da história. Os riscos que uma acumulação em deterioração pode causar a humanidade. Na visão desse trabalho, o pós-capitalismo caminha entre a desordem causada pela estagnação e esgotamento da periferia do capital, juntamente da destrutividade estrutural desse sistema. Embora pareça pessimista, essa análise leva em conta os aspectos destrutivos que uma acumulação do capital em deterioração traria para a humanidade.

Mas e a humanidade, o sujeito histórico, veria bestializado o seu processo de aviltamento no capitalismo? Sim, essa resposta não traz nada mais além do que o capital tem mantido desde a sua gênese, banalização e naturalização do sofrimento, inclusive teoricamente. O sujeito do pós-capitalismo, o sujeito entrópico, aquele que sofrerá com o processo de deterioração do sistema e será capaz de banalizar o processo que o leva a extinção.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **O fim da história: de Hegel a Fukuyama**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____ **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. 3ª Edição. S.Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____ **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2005.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BURGOS, Pedro. **Quanto tempo vão durar as reservas minerais do Brasil?** SUPER INTERESSANTE. 04/06/2018. Disponível em:

<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quanto-tempo-va-ao-durar-as-reservas-minerais-do-brasil/> Acessado em: 20/07/2021.

CARLAN, C. U. **As invasões germânicas e o Império Romano**. História: Questões Curitiba, n. 48/49, p. 137-146, Editora UFPR, 2008.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência – pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

DUROZOI, Gerard; ROUSSEL, Andre. **Dicionário de filosofia**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martin Fontes, 2000.

FLEURY, Fábio. **Mais de 80% da riqueza do mundo está nas mãos de 1% da população**. R7, 21/01/2018. Disponível em:

<https://noticias.r7.com/internacional/mais-de-80-da-riqueza-do-mundo-esta-nas-maos-de-1-da-populacao-22012018> Acessado em: 20/07/2021.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Zahar editores, 1975.

_____ **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. - 5. ed rev - São Paulo, Global. 2008.

FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. THE FREE PRESS A Division of Macmillan, Inc. NEW YORK, 1992.

GARATTONI, Bruno. **A próxima grande extinção**. SUPER INTERESSANTE. 31/10/2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quanto-tempo-vao-durar-as-reservas-minerais-do-brasil/> Acessado em: 20/07/2021.

G1. **1% mais ricos do mundo detêm mais do dobro de 6,9 bilhões de pessoas, aponta ONG**. 19/01/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/19/1percent-mais-ricos-do-mundo-detem-mais-do-dobro-de-69-bilhoes-de-pessoas-aponta-ong.ghtml> Acessado em: 20/07/2021.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 5. ed. São Paulo: Loyola 2011.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2016.

HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do Espírito**. Parte 1. 2º Edição. Vozes, Petrópolis – 1992.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. Tradução J. Ferreira. Porto: Vale Formoso, 1970.

_____ **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**. – Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

LOSURDO, Domenico. **Contra-história do liberalismo**. Aparecida, SP: Idéias & Letras 2006.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: IBRASA, 1963. xviii, 157 p. (Classicos da democracia ; v.11).

MACHADO, Carlos Augusto Ribeiro. **A antiguidade tardia, a queda do império romano e o debate sobre o “fim do mundo antigo”**. rev. hist. (São Paulo), n. 173, p. 81-114, jul.-dez., 2015.

MALTHUS, T. R. **Princípios da economia política: e considerações sobre a sua aplicação prática**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 387p (Os economistas).

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

_____ **Grundrisse : manuscritos econômicos de 1857-1858 : esboços da crítica da economia política** – São Paulo : Boitempo ; Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2011.

_____ **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Boitempo, 2004.

_____ **O Capital**. Livro Primeiro, Volume 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. (Coleção Os Economistas).

_____ **O Capital**. Livro Primeiro, Volume 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. (Coleção Os Economistas).

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauere Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____ **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. In: **Revista Outubro**. Nº 4. São Paulo: Xamã, março, 2000.

_____ **O Século XXI: socialismo ou barbárie?**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____ **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

NASSAR, N.T., e FORTIER, S.M. **Methodology and technical input for the 2021 review and revision of the U.S. Critical Minerals List**: U.S. Geological Survey, 2021, 31 p. Disponível em: <https://doi.org/10.3133/ofr20211045> Acessado em:20/07/2021

OLIVEIRA, Francisco de [et al.]. **A queda de Roma e o alvorecer da Europa** - 1ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

PERRAULT, Guilles (Org.). **O livro negro do capitalismo**. - 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2000.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a propriedade?** Lisboa: Editorial Estampa, 1975 [2ª edição].

RAJAN, Raghuram e ZINGALES, Luigi. **Salvando o capitalismo dos capitalistas: acreditando no poder do livre mercado para criar mais riqueza e ampliar as oportunidades**. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2004.

REUBEN, Anthony. **1% da população global detém mesma riqueza dos 99% restantes, diz estudo**. BBC News, 18 de janeiro 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn Acessado em: 20/07/2021.

RICARDO, Deivid. **Princípios de economia política e tributação**. Ed.1- São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

SEGALA, Mariana. **Mundo ganha milionários na pandemia; no Brasil, número de ricos cai e desigualdade aumenta**. InfoMoney, 22/06/2021. Disponível em:

<https://www.infomoney.com.br/economia/mundo-ganha-milionarios-na-pandemia-no-brasil-numero-de-ricos-cai-e-desigualdade-aumenta/>

Acessado em: 20/07/2021.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Ed.1- São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

STREECK, Wolfgang. **¿Cómo terminará el capitalismo?**. Traficantes de Sueños, 2017.

WEBER, Max. **The social causes of the decay of ancient civilization**. The Journal of General Education. Penn State University Press. Vol. 5, No. 1 (October 1950), pp. 75-88.

WRIGHT, Erik Olim. Alternativas dentro e além do capitalismo: rumo a um socialismo social. **Teoria e Pesquisa: Revista de Ciência Política**. Vol. 21, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2012.

WOOD, Ellen. **A origem do capitalismo**. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ZIZEK, Slavoj. **Vivendo no fim dos tempos**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____ **Problema no paraíso: Do fim da história ao fim do capitalismo**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda. 2015.